



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Avenida Goiás – Dinâmica de Ocupação

Ary Alencastro Veiga Filho

Brasília,
2010



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ary Alencastro Veiga Filho

Avenida Goiás – Dinâmica de Ocupação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Teoria, História e Crítica

Orientadora: Márcia Metran de Mello

Co-orientadora: Raquel Naves Blumenschein

Brasília,
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Veiga Filho, Ary Alencastro

Avenida Goiás – Dinâmica de Ocupação / Ary Alencastro

Veiga Filho. – Brasília, 2010.

130 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 2010.

1. Goiânia. 2. Avenida Goiás 3. Dinâmica de ocupação 4. Transformação - atividades e espaço urbano. 5. Popularização da avenida I. Título.



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ary Alencastro Veiga Filho

Avenida Goiás – Dinâmica de Ocupação

AVALIADORES:

Márcia Metran de Mello - UFG
(Orientadora)

Elane Ribeiro Peixoto - UNB
(Membro titular)

Reinaldo Guedes Machado - UNB
(Membro titular)

Anna Elisabete de Almeida Medeiros - UNB
(Membro suplente)

Brasília,
2010

Aos meus filhos

César, Jovana, Bernardo e ao meu neto

Ian César, pelo seu, meu, nosso amor incondicional

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me ter dado força e saúde, por ter colocado no meu caminho, na hora certa, as pessoas que muito contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho.

Aos meus filhos, pelo orgulho e incentivo demonstrados.

À minha orientadora, professora Dra. Márcia Metran de Mello, por aceitar este desafio, pelo apoio, e por demonstrar que o cadastro de imóveis era uma inédita e importante fonte de pesquisa.

À minha mãe, pela preocupação e incentivo constantes.

A todos os professores, pessoas que me ouviram, senhoras e senhores entrevistados, às encantadoras pessoas quase centenárias, como Iracy de Jesus Mello de Moraes, que, com muita disposição, me relatou suas lindas lembranças e me emocionou.

À Doutora Jaqueline de Castro, que, com muita vitalidade, teve o cuidado de me acompanhar várias vezes até altas horas da noite apoiando este trabalho.

Ao fotógrafo Helio de Oliveira e seu filho Hélio de Oliveira Filho, que gentil e carinhosamente, me receberam em sua casa, fornecendo importantes imagens para este texto.

Ao estudante Talles Henrique, que, com muita disciplina e boa vontade, me atendeu sempre, trabalhando comigo na elaboração dos mapas gráficos e na formatação geral do trabalho.

À Universidade de Brasília e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio concedido.

A todos os meus familiares, pessoas e amigos que me auxiliaram de alguma maneira na realização desta pesquisa, mesmo que apenas acompanhando o meu caminho ou torcendo para que eu cruzasse a linha de chegada.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica de ocupação da Avenida Goiás, principal via do plano urbanístico da cidade de Goiânia-GO, em seu trecho destinado à zona comercial. Projetado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima em 1933, a avenida está localizada no que corresponde hoje à região central do atual centro histórico de Goiânia. Foram investigadas e analisadas, a partir de uma abordagem histórica, as atividades exercidas e desempenhadas ao longo da via, no trecho que percorre a quadra 1 até a 14, durante as décadas de 80, 90 e 2000. O propósito do estudo foi demonstrar, através das mudanças das atividades comerciais dentro do período de tempo escolhido, a transformação da Avenida Goiás no centro da cidade, sua nova configuração de espaço urbano e a popularização da área. A escolha da área é relevante por ser a Avenida Goiás a principal avenida de uma cidade planejada, implantada no início da construção de Goiânia, mas resultante hoje de ações acumuladas através do tempo. O trabalho tem como principal fonte o arquivo de documentos ativos e inativos da empresa Imobiliary Alencastro Veiga Ltda. relacionado ao cadastro de imóveis localizados nos trechos analisados da Avenida Goiás. Com base nos dados levantados e análise das atividades desenvolvidas na Avenida Goiás foi possível compreender que por um longo período a avenida foi o local comercial mais importante da cidade, onde se instalaram as atividades e o comércio de alto padrão. Com a análise temporal nas décadas de 80, 90 e 2000 percebeu-se uma substituição de atividades neste trecho da avenida no qual as camadas sociais de maior poder aquisitivo, atividades, categorias profissionais e empresas mais qualificadas se deslocaram da avenida, na região central da cidade, para outros setores. As atividades de uma maneira geral se popularizaram, o comércio se popularizou, consolidou-se a informalidade com forte presença de camelôs, dando uma nova configuração ao espaço urbano.

Palavras-chaves: Goiânia, avenida Goiás, dinâmica de ocupação.

ABSTRACT

This paper has as its purpose analyze the dynamics of Goiás Avenue, main road of the urban plan of the city of Goiânia in its stretch destined to the commercial zone. Designed by the architect and town planner Atílio Corrêa Lima in 1933, the avenue is located where the central region of the current historical center of Goiânia is today. The activities executed and performed along the road, from block 1 to 14, in the decades of 80,90,2000 were analyzed and investigated in this study using a historical approach. This study intended to demonstrate through changes, within an specified period of time, the commercial activities, the transformation of the area center, a new configuration of the urban space and the popularization of the area. The choice of the area studied is relevant due to the fact that Goiás Avenue is the main road of a planned city; it was built at the beginning of the construction of Goiânia , being affected by accumulated actions through time. The paper has as its main source the archive of active and inactive documents of real estate agency Imobiliary Alencastro Veiga Ltda., related to the real estate data located in the stretches analyzed in the Goiás Avenue. According to the researches and analysis of activities developed in Goiás Avenue it was easy to understand that for a long period of time the avenue was the most important commercial spot of the city, where the activities and the higher class commerce took place. With the periodical analysis of the 80, 90, 2000 decades, it was noticed a substitution of activities in this stretch of the avenue in which higher class society, activities, professional groups and more qualified companies moved from the avenue, in the central region of the city, to different neighborhoods. The activities in general and also the commerce have become popular, the informality was established with strong presence of flea market, giving a new configuration to the urban space.

Keywords: Goiânia, Goiás Avenue, dynamic of occupation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Implantação da Avenida Goiás e a construção do Grande Hotel , 1936.	19
Figura 2 – Av. Goiás, à esquerda Sede do TRE e à direita nos fundos, o Grande Hotel ...	28
Figura 3 – Av. Goiás, em destaque, Sede do Banco do Brasil, na Quadra 03.	28
Figura 4 - Luminária e Palácio das Esmeraldas. 1948.	31
Figura 5 - Luminária e Palácio das Esmeraldas, 1951.	32
Figura 6 - Coreto, 1942.	34
Figura 7 - Coreto fechado, 1971.....	35
Figura 8 - Coreto reconstruído, 2010.....	35
Figura 9 - Coreto, Avenida Goiás e Relógio,1942.	36
Figura 10 - Correto, Av. Goiás e Relógio, 2010.....	36
Figura 11 - À esquerda, Tribunal Regional Eleitoral, 1936.	38
Figura 12 - Tribunal Regional Eleitoral, 1936.	39
Figura 13 - Tribunal Regional Eleitoral, 2010.	39
Figura 14 - Tribunal Regional Eleitoral, 2010.	40
Figura 15 - Praça Cívica, Obelisco, Coreto, TRE e Delegacia Fiscal, 1961.	41
Figura 16 - Delegacia Fiscal. Década de 1930.	41
Figura 17 - Procuradoria da Fazenda Nacional, 2010.	42
Figura 18 - Procuradoria da Fazenda Nacional,2010.	42
Figura 19 - Procuradoria da Fazenda Nacional, 2010.	42
Figura 20 - Edifício J. Ribeiro, 2009.....	44
Figura 21 - Edifício J. Ribeiro, 1999.....	45
Figura 22 - Edifício J. Ribeiro, 2010.	45
Figura 23 - Edifício Amália, 1940.....	48
Figura 24 - Edifício Amália, 2002.....	49
Figura 25 - Edifício Amália, 2009.....	49
Figura 26 - Edifício O Popular 1938.	51
Figura 27 - Edifício O Popular. Década de 1940.	51
Figura 28 - Edifício O Popular, 1954.	52
Figura 29 - Edifício O Popular, 2009.	52
Figura 30 - Edifício O Popular, 2008.	53
Figura 31 - Edifício O Popular, 2010.	53

Figura 32 - Edifício ACIEG. Década de 1950.	55
Figura 33 - Edifício ACIEG. Década de 1960.	56
Figura 34 - Edifício ACIEG - Pastelândia, 1997.....	56
Figura 35 - Edifício ACIEG - Financeira, 2008.	57
Figura 36 - Edifício restaurado, 2010.	57
Figura 37 - Ed. Leopoldo de Bulhões - Brasserie Bar e Sorveteria. Década de 1940, (primeiro à direita).....	59
Figura 38 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 2009.....	60
Figura 39 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 1997.....	60
Figura 40 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 2009.....	61
Figura 41 - Quadra 07 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 2009.....	61
Figura 42 - Ed. José Garcia. Década de 1950.....	63
Figura 43 - Ed. José Garcia, 1953.	63
Figura 44 - Ed. José Garcia, 2000.	64
Figura 45 - Ed. José Garcia, 2003.	64
Figura 46 - Ed. José Garcia - Rest. Hong Kong, 2009.	65
Figura 47 - Rest. Hong Kong - Det. Fachada, 2010.	65
Figura 48 - Restaurante Hong Kong, 2010.....	66
Figura 49 - Quadra 08 - Rest. Hong Kong. 2010.	66
Figura 50 - Estátua do Bandeirante, 1942.	68
Figura 51 – Estátua do Bandeirante. Década de 50.....	68
Figura 52 - Estátua do Bandeirante, 2000.	69
Figura 53 - Estátua do Bandeirante, 2010.	69
Figura 54 - Edifício Sandoval de Azevedo, 1953.....	74
Figura 55 - Edifício Sandoval de Azevedo, 1954.....	74
Figura 56 - Agência do Banco de Crédito, 1954.	75
Figura 57 - Agência do Banco de Crédito, 1955.	75
Figura 58 - Mezanino interno do banco, 1954.	76
Figura 59 - Circulação vertical (rampas), e maçaneta personalizada, 2010.....	76
Figura 60 - Edifício Sandoval e Av. Goiás, 2009.....	77
Figura 61 - Edifício Sandoval - Detalhes, 2009.	77
Figura 62 - Edifício GM (acesso Av. Goiás), 2009.....	79
Figura 63 - Edifício GM (acesso praça), 2010.	79
Figura 64 - Ed. Goiânia Magazine e Av. Goiás, 2010.....	80

Figura 65 - Ed. Goiânia Magazine, 2010.....	80
Figura 66 - Edifício Flávia, 2009.....	82
Figura 67 - Edifício Cical, 2009.....	83
Figura 68 - Veste Total, 2009.....	84
Figura 69 - Quadra 12 - Edifício Cical, 2009.....	84
Figura 70 - Edifício Fujioka, 2009.....	87
Figura 71 - Edifício Itumbiara, 2009.....	90
Figura 72 - Ed. Itumbiara - Jacob Bolsas, 2010.....	91
Figura 73 - Quadra 14 - Edifício Itumbiara, 2010.....	91
Figura 74 - Busto - Andreilino R. de Moraes, 2010.....	95
Figura 75 - Vendedora de Mapas na Av. Goiás, 2010.....	96
Figura 76 - Atividade informal - Engraxataria, 1953.....	100
Figura 77 - Atividades informais, 2010.....	101
Figura 78 - O Índio Xavante com suas compras na Avenida, 2009.....	101
Figura 79 - Barracas no calçadão, 2000.....	102
Figura 80 - Bancas fixas nas calçadas, 2010.....	102
Figura 81 – Vista Aérea, Av. Goiás, 1959.....	112
Figura 82 - Av. Goiás. Década de 1960.....	112
Figura 83 - Av. Goiás, 2010.....	113
Figura 84 – Canteiro central, 2010.....	113
Figura 85 – Av. Goiás, 2010.....	114
Figura 86 - Av. Goiás (Praça do Bandeirante), 2010.....	114
Figura 87 – Av. Goiás - Vista para o norte, 2008.....	115
Figura 88 - Av. Goiás - Vista para o sul, 2010.....	115

LISTA DE MAPAS

Planta 1 - Cidade de Goiânia	12
Mapa 2 - Avenida Goiás	27
Mapa 3 - Localização Geral dos Imóveis	29
Mapa 4 – Imóveis do Trecho 1	37
Mapa 5 – Imóveis do Trecho 2.....	70
Mapa 6 – Atividades dos estudos de casos na década de 1980	92
Mapa 7 – Atividades dos estudos de casos na década de 1990	93
Mapa 8 - Atividades dos estudos de casos na década de 2000.....	94
Mapa 9 – Numeração e Caracterização dos Imóveis.....	104
Mapa 10 - Atividades na Av. Goiás - Pav. Térreo. Dez. 2009	109
Mapa 11 - Verticalização na Av. Goiás.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - OS CENTROS URBANOS NO BRASIL.....	7
1.1. Goiânia , cidade projetada	13
CAPÍTULO 2 - A AVENIDA GOIÁS	19
CAPÍTULO 3 - INTERVENÇÕES E ATIVIDADES NA AVENIDA GOIÁS.....	26
3.1. Estudo de casos.....	30
3.1.1 A Praça Cívica.	30
3.1.1.1. O Obelisco	31
3.1.1.2. O coreto	32
3.1.2. As quadras - Trecho 1.....	37
3.1.2.1. Caso 01 (Quadra 01 – Lotes 01/02/03/04)	37
3.1.2.2 – Caso 02 (Quadra 02 – Lotes 01/02/03/04).....	40
3.1.2.3. Caso 03 (Quadra 03 – Lote 21)	43
3.1.2.3- Caso 04 (Quadra 04, Lotes 10/11).	46
3.1.2.4 - Caso 05 (Quadra 05, Lote 37).	50
3.1.2.5 - Caso 06 (Quadra 06, Lote 44).	54
3.1.2.6 - Caso 07 (Quadra 07, Lote 59).	58
3.1.2.7. Caso 08 (Quadra 08, Lote 60).	62
3.1.3. Estátua do Bandeirante	67
3.1.4. As quadras - Trecho 2.....	70
3.1.4.1. Caso 09 (Quadra 09, Lotes 65 e 67).	71
3.1.4.2. Caso 10 (Quadra 10, Lote 68).	78
3.1.4.3. Caso 11 (Quadra 11, Lote 81).	81
3.1.4.4. Caso 12 (Quadra 12, Lote 90).	83
3.1.4.5. Caso 13 (Quadra 13, Lote 94/101).	85
3.1.4.6. Caso 14 (Quadra 14, Lote 100).	88
3.1.5. Busto de Andreino Rodrigues de Moraes	95

3.1.6. Atividades Informais	96
3.1.7. Papel das Atividades na Configuração do Espaço Urbano.....	103
CAPÍTULO 4- AVENIDA GOIÁS, TRANSFORMAÇÕES E ATIVIDADES ATUAIS	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXO.....	127

INTRODUÇÃO

O tema adotado nesta pesquisa aborda a dinâmica de ocupação da Avenida Goiás, em um trecho comercial, considerando que foi a principal avenida do plano inicial de Goiânia e a primeira avenida implantada na cidade. Situa-se no âmbito da trajetória, transformações das atividades desenvolvidas e de uma nova configuração do espaço urbano da Avenida Goiás, na região central de Goiânia.

“O homem, sozinho na natureza, não precisa de forma. A forma é um fato eminentemente social, somente a sociedade precisa de forma.” (HUET, 2001, p.153). Para (MUMFORD, 1961, p.11), “a cidade é o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade; tem a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais: é a sede do templo, do mercado, da corte de justiça,” lugar de trocas e, sobretudo, de sociabilidade, de tolerância, de solidariedade. A cidade é a mais alta criação do homem e sempre chamou a atenção como marca civilizatória (HUET, 2001, p.154).

No mundo moderno, depois da industrialização e expansão do capitalismo, as cidades tomaram novas dimensões e se tornaram cada vez mais complexas. Os abrigos, as aldeias, os burgos, as vilas, as cidades preexistiam à industrialização. Para (LEFEBVRE, 1969, p.10), “as criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas”, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produto) datam de épocas anteriores à industrialização”, observadas na cidade clássica, na grega, na romana, nas cidades do Magreb, do Oriente Médio e da China.

No novo modelo de sistema capitalista, o processo produtivo muda as relações sociais nas cidades: esta passa a ser uma mercadoria, a ter um valor de troca, embora seja, tanto quanto a realidade urbana, dependente do valor de uso. A própria noção de criação se degenera e deixa-se de construir obras magníficas.

As transformações ocorridas nas cidades a partir da segunda metade do século XIX, tendo em vista a emergência desse novo modo de produção industrial, provocaram uma crescente e rápida urbanização. O novo modo de produção concentrado trouxe do meio rural um enorme contingente de pessoas atraídas pelas novas oportunidades de trabalho. Segundo Singer (1974), o capitalismo surge como fenômeno eminentemente urbano. Historicamente, foi na cidade que a economia de mercado se realizou, reorganizando as funções urbanas e constituindo as novas metrópoles e megalópoles.

As rápidas transformações apresentaram profundas mudanças na estrutura da sociedade urbana e em suas atividades. Segundo Frúgoli (1995), com as especificidades das transformações em curso, surgiram as multidões, numa profusão de novos tipos urbanos: nobres, mercadores, advogados, lojistas, agiotas, escreventes, elegantes batedores de carteira, jogadores profissionais, mendigos, inválidos, prostitutas, ébrios, vendedores de empada, tocadores de realejo, esfarrapados, uma população que passa a compor a paisagem urbano-industrial. Com esse grande aumento da população, o tecido urbano se alterou, sofrendo consideráveis transformações em sua configuração.

A exemplo de outras cidades européias, Paris foi invadida por um enorme contingente de camponeses que abandonaram as áreas rurais em direção aos centros urbanos. Convertida em grandes massas de operários, essa classe promoveria a crise habitacional que levaria às criações dos pavilhões residenciais nos arredores da cidade. Ulteriormente, no final do século XIX o barão Haussmann, homem do estado bonapartista, vendo a necessidade de modificar a realidade decadente desses bairros operários, substituiria as ruas tortuosas por longas Avenidas, formando os bulevares, trocando os bairros imundos por locais mais salubres, contribuindo para o embelezamento urbano e melhor controle do espaço.

De seu lado, Londres que, já no final do século XVIII, tinha um milhão de habitantes, em 1851 chegou a dois milhões e meio, isto é, superou qualquer outra cidade do mundo antigo e moderno. Isso, ainda no século XIX, tornou visível a necessidade de frear esse processo de degradação e de transformações cada vez mais profundas e rápidas das cidades.

A segunda metade do século XX, no entanto, continuaria marcada pela emergência de grandes cidades com tendência progressiva ao gigantismo. Disso decorreria uma mudança radical da paisagem: a dimensão das cem maiores cidades no mundo no início do século XIX era de duzentos mil habitantes; na primeira década do século XX, esse número passou para setecentos mil e, em 1950, alcançou 2,1 milhões. No final dos anos 90, atingiu 5.000.000 de habitantes.

Constitui ponto pacífico entre os sociólogos que todos os movimentos migratórios têm base econômica e são mais intensos nas regiões ou países onde as vantagens oferecidas pelo sistema econômico não estão satisfatoriamente distribuídas, mas altamente concentradas em poucas regiões. A intensidade do movimento migratório se estabelece em função de duas forças que se alimentam reciprocamente: a de expulsão, nas regiões economicamente atrasadas, e a de atração, nas cidades adiantadas. Assim, quanto menores

forem os atrativos econômicos de uma área, tanto maior será sua força de expulsão; mas isto se dá somente quando existem forças de atração capazes de deslocar o migrante. (FERRAZ, 1999, p. 16).

A migração do homem do campo atraído pelas luzes da cidade ou para matar a fome leva também a um aumento significativo da informalidade nas relações de trabalho, ao aumento do número de trabalhadores por conta própria, e a um maior número de trabalhadores empregados sem carteira. Além do mais, a medida se expande e intensifica o ritmo das migrações internas, acentuando o processo de urbanização pela localização dos migrantes ocupando áreas decadentes das cidades e na periferia, donde se originam novos bairros (FERRAZ, 1999, p. 35). Embora distintas na sua forma de produção e, sobretudo, na qualidade urbana que as acompanha, as periferias das grandes cidades industriais são um fenômeno presente em todas as metrópoles do mundo. (MEYER, 2001, p.30)

O processo de urbanização no Brasil permaneceu por um longo período concentrado na região litorânea, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Com a descentralização das indústrias e a expansão dos agronegócios, esse quadro muda: em 1970, o Brasil tinha cinco metrópoles com mais de um milhão de habitantes - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador; em 2000, surgem mais sete novas metrópoles: Brasília, Goiânia, Belém, Manaus, Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza. (MARICATO, 2001).

É importante mencionar que o processo de urbanização no Brasil provocou o surgimento de inúmeras cidades. Segundo Fernando Henrique Cardoso (2001, p.20), “temos hoje mais ou menos cinco mil municípios que vão crescendo, e vão criando novos, não há muitos lugares no mundo com a proliferação de cidades como há no Brasil”. Trinta por cento da população brasileira continuam morando nas maiores metrópoles, como mais de cinquenta por cento morando ilegalmente, vivendo em favelas, áreas públicas, beiras de córregos, ou em áreas de proteção ambiental.

Desprovida de infra-estrutura urbana, com o passar dos anos a periferia se expande e a precariedade do sistema de transporte leva a população de baixa renda a preferir morar em favelas e cortiços nos centros das metrópoles. Atualmente, grande parte dos moradores das grandes cidades habita cortiços, favelas, loteamentos clandestinos ou imóveis irregulares.

Os atributos mais característicos da vida moderna estão intrinsecamente associados à dimensão urbano-metropolitana. As transformações dos sistemas urbanos estão também relacionadas à evolução dos modos de vida e, nesse sentido, é indispensável

analisar as novas funções das metrópoles, conhecer e examinar os fatos que revelam sua nova condição de centros voltados para o atendimento das atividades ligadas a presente fase globalizada da economia (MEYER, 2001, p.26).

A cidade é um artefato extremamente complexo, efetivado pela alta densidade de relações sociais, de sinergias, multifuncionalidades, com grande capacidade de inovação e de adaptação. No entanto, parece importante ter em conta que o processo de urbanização que a humanidade em seu conjunto vive neste século é, ao mesmo tempo, gerador de elementos da cidade tanto quanto um seu destruidor. (BORJA, 2001, p.73)

O urbanismo contemporâneo tem desenvolvido conceitos e práticas comprometidas com as transformações urbanas demandadas de forma diversificada e ampla. Seu universo de reflexão, sua base de ação é a cidade existente, encerrada em questões de enorme espectro no âmbito local e sistêmico, tais como processo de marginalização social, destruição de sustentabilidade ambiental, ameaça de homogeneização em detrimento de identidades, avanço nocivo do espaço privado sobre o público e destruição de antigas áreas centrais. (MEYER, 2001, p.28)

Dado que o crescimento urbano, sobretudo nas grandes cidades, quase sempre é conduzido pela expansão da mancha urbanizada através da reprodução contínua de conjuntos habitacionais periféricos, resultado da política habitacional envolvida com a oferta em grande escala e o conseqüente alastramento da moradia em territórios precários e distantes, o processo de dissolução das áreas centrais e a decadência do seu espaço público acontecem de maneira quase inevitável.

A crise do centro e das áreas centrais possui relação intrínseca com a crise urbana vivida pelas grandes cidades e metrópoles. As faces da atual crise são resultado de crescimento periférico com baixa densidade de ocupação e pouca diversidade funcional, que prevaleceu ao longo do período de expansão e consolidação da cidade industrial.

A vida urbana metropolitana com qualidade depende em parte da possibilidade de uma autêntica vida coletiva e esse é um dos principais atributos da centralidade metropolitana. (MEYER, 2001, p.33).

A estrutura morfológica das cidades resulta da sedimentação das suas sucessivas fases de construção, cada uma delas respondendo a contextos sociais, econômicos e culturais diversos. Apesar da grande diversidade destes contextos e da grande diversidade das respectivas respostas construídas, cada cidade tem um fundo de continuidade e de permanência, que permite a identificação dos habitantes com o seu espaço de vida. Em cada época histórica, a cidade parece ser objeto de processos e de transformações que

rompem definitivamente com a tradição. Só com o distanciamento histórico se percebem os elos que, apesar de tudo, continuam. A nossa época não é, a esse respeito, diferente das anteriores. (FERREIRA, 1959, p.174)

Um estudo detalhado do tecido urbano, da sua estrutura e das suas características morfológicas é uma condição necessária para a intervenção na cidade. Segundo Meyer (2001), várias questões têm sido debatidas ao longo das últimas décadas, como a erosão dos espaços públicos conduzidos pela permanente e intensa adaptação dos centros às exigências da circulação viária e metroviária; a esterilização urbana consumada em nome de práticas esteticistas e passadistas pouco comprometidas com as funções contemporâneas das metrópoles; e as práticas de renovação urbana, nas quais a expulsão e a substituição dos antigos moradores por novos grupos sociais é desenvolvida em nome da reversão do processo de declínio habitacional e urbano.

Meyer (2001) refere ainda que se deve estabelecer um diálogo crítico e criativo com a cidade existente. A avaliação das potencialidades da área central só pode ser definida a partir de uma cuidadosa verificação de sua configuração atual, do seu funcionamento em escala local e metropolitana. Tal postura tem por objetivo evitar qualquer tentativa de impor um padrão de aproveitamento para áreas como essas sem considerar a sua consolidação histórica.

Dessas inúmeras pontuações é que resultou a motivação para o presente estudo que pretende demonstrar a dinâmica de ocupação, a trajetória e as transformações do espaço urbano da Avenida Goiás, na região central de Goiânia.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica de ocupação da Avenida Goiás, principal via do plano urbanístico da cidade planejada de Goiânia. Projetada para 50.000 habitantes pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima em 1933, o plano inicial corresponde hoje à região central, onde está localizada a Avenida Goiás, atual centro histórico de Goiânia.

METODOLOGIA

Foram investigadas e analisadas, neste estudo de caso, a partir de uma abordagem histórica, as atividades exercidas e desempenhadas em trechos pontuais ao longo da via, a saber, quadras 01 a 14 da Avenida, nas décadas de 1980, 1990 e 2000. O propósito é demonstrar através das atividades a dinâmica de ocupação da Avenida Goiás, sua configuração e o desenvolvimento de novas funções neste espaço urbano.

A escolha da área de estudo é relevante por ser a principal avenida da cidade planejada. Foi implantada no início da construção de Goiânia e é hoje resultante de ações acumuladas através do tempo.

A metodologia de trabalho adotada para atingir os objetivos propostos foi primeiro, a da pesquisa bibliográfica: levantamento de dados em acervos públicos e particulares, dissertações, e utilização do cadastro de imóveis da empresa Imobiliary Alencastro Veiga Ltda., empresa de propriedade de Wânia Alencastro Veiga, situada à Rua 03, nº 825, Setor Central, Goiânia-Go, como principal fonte ou arquivo de pesquisa de documentos ativos e inativos relacionados aos trechos analisados da Avenida Goiás.

Em seguida, foram feitas entrevistas durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2010.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho se estrutura em quatro capítulos e algumas considerações finais: o primeiro capítulo trata dos centros urbanos no Brasil e seus problemas atuais, com considerações que servem à cidade de Goiânia, relata a história e as finalizações dos planos e projetos, da sua fundação à realidade de hoje; o segundo apresenta a Avenida Goiás, objeto principal do trabalho; o terceiro historiciza a ocupação da avenida nas décadas de 1980, 1990 e 2000, relatando suas atividades e modificações através dos estudos de casos, estruturado em quatorze exemplos, um em cada quadra do trecho analisado; o quarto demonstra todas as atividades que se desenvolvem atualmente ao longo da avenida, apresentando tabelas, gráficos e mapas e a predominância dessas atividades. As considerações finais complementam o trabalho, avaliando as ocupações e a popularização da avenida e do centro histórico de Goiânia.

CAPÍTULO 1 - OS CENTROS URBANOS NO BRASIL

Dentre as questões que têm causado inquietude nos estudiosos do fenômeno urbano, destacam-se os processos de declínio dos espaços públicos, a exemplo das tradicionais áreas centrais citadinas. Contudo, nas últimas décadas, dentro do contexto de novas políticas urbanas, muitas cidades tiveram seus centros tradicionais parcialmente modificados, com vistas à sua adequação funcional e simbólica. Não raramente, esse processo induz à criação de novas centralidades, com consequências políticas para a população local (LIMA, 2007, p.54).

As cidades estão em permanente mudança em resposta ao incontrolável crescimento populacional e à dinâmica na qual estão inseridas. Surgem novas atividades e pólos econômicos, grandes empreendimentos, novos edifícios mais atualizados e aparelhados, novos centros comerciais, novas regiões mais atrativas, o que provoca o deslocamento para novas áreas.

Observando, no entanto, as grandes cidades brasileiras e de outros países com diferentes culturas e ou contextos econômicos e sociais, constata-se um problema comum: o esvaziamento dos centros urbanos. Decorrente desse esvaziamento e envelhecimento, tais centros, que são constituídos por um tecido urbano de relevante valor histórico, arquitetônico e cultural, têm sofrido, em geral, um processo de degradação urbana, patrimonial, ambiental e social. O surgimento de outras áreas urbanas, novas centralidades, passam tanto a competir com a área central como a configurar uma realidade multipolar, cuja força de cada um, seja o antigo centro, sejam os sub-centros posteriores, difere a partir do dinamismo econômico, do conjunto de empresas que abarcam, das políticas do poder público quanto ao desenvolvimento metropolitano, e dos grupos sociais que, com diferentes intuítos, situam-se nestas áreas (FRÚGOLI JR., 2006).

Segundo as pesquisas e análises de VILLAÇA (1998, p.335), existe uma diferença entre as metrópoles brasileiras e as dos países de primeiro mundo. A escassez das camadas de alta renda nas metrópoles brasileiras impede a formação de um círculo em volta do centro que lhe consiga assegurar uma estabilidade espacial mútua. Nessa relação entre o centro e a elite, é interessante observar que, mesmo quando esta abandona aquele e dele se afasta como local de moradia, de compras e de serviços por um período (em alguns casos ainda uma realidade), ele permanece ainda como local de concentração de empregos de alta renda.

O que é o centro? O centro é, por definição, aquilo que está no meio. No meio geográfico da cidade, agrupavam-se, antigamente, as atividades que precisavam de maior acessibilidade. Com o aprofundamento da divisão do trabalho, o número de atividades de maior acessibilidade aumentou, o que acarretou, ao mesmo tempo, o adensamento e a multifuncionalidade desses centros. Além dos equipamentos do poder, da religião e do comércio, instalaram-se neles todos os tipos de atividades e de serviços que deveriam dispor do melhor acesso possível e da frequência máxima de habitantes.

Segundo MEYER (2001, p.28), José Luis Sert, no VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), pontuou que o centro/coração deve garantir a possibilidade de ser, simultaneamente, o lugar de reunião e de consciência cívica; reino do pedestre; espaço simbólico da comunidade; lócus da arte como experiência e manifestação coletiva.

Em decorrência das diversas mudanças de planejamento nas políticas urbanas e nos interesses do capital imobiliário, os centros tradicionais foram perdendo suas características de centralidade para outras áreas. E raramente as ditas novas centralidades foram (ou são) antecipadas por estratégias explícitas ou planos de ordenamento, sobretudo quando implicavam um acordo de vários municípios e as oportunidades não eram suficientes para contentar todos (PORTAS, 2001, p. 127).

Em Goiânia, a expansão acelerada em todo o município, que adentrou os municípios vizinhos, obrigou à criação da atual região metropolitana. Como capital do Estado e centro comercial, a região metropolitana de Goiânia é constituída, oficialmente, pelo que determina a Lei Complementar n.027 de dezembro de 1999, por 13 municípios os quais constituem a denominada “Grande Goiânia”: municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Guaporé, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, e Trindade.

Na região sul da cidade, surgiu uma nova centralidade com atividades comerciais bastante claras e definidas ao longo da principal Avenida que separa Goiânia de Aparecida de Goiânia, Avenida Rio Verde. Com a construção de um novo *shopping* e o adensamento populacional nesse eixo estrutural, que corta vários bairros, essa importante via de escoamento sofreu impactos e mudanças sem estratégias de ocupação previamente definidas. Tal modelo de expansão não priorizou o planejamento geral e as suas regras ficaram à mercê do mercado especulativo, que desenhou uma cidade muitas vezes desordenada e perversa para os que a habitam. Os espaços públicos de vias como essa desconsideram quase sempre o indivíduo, priorizando cada vez mais os veículos motores.

AZEVEDO (2001, p. 136) discute o papel do estado nesse esforço de centralidade. Refere que o Estado, nestas questões, é o estado local, municipal e metropolitano, que tem que fomentar uma rede de solidariedade com a participação das organizações não governamentais e dos diversos grupos sociais interessados que convivem e produzem o espaço.

O reforço da centralidade representa a busca de uma nova ordem urbana sob o signo do uso coletivo, já que o centro é o útero da cidade. Nele está gravada a memória urbana e só nele a cidade está totalmente simbolizada. O centro é um significante do marco civilizatório da metrópole.

Segundo Morales (2001), o centro deve ter limites imprecisos e indefinidos, proporcionando um efeito de permeabilidade e osmose entre si e seu território imediato. É isso que irá garantir a sua sobrevivência. Ele é por definição uma situação de desequilíbrio. Se esse desequilíbrio não se mantém com um intercâmbio constante com o exterior, o centro se estrangula e morre. São os centros muito definidos, com perímetros que têm muralhas, os que não podem sobreviver.

Historicamente, quando falamos dos centros das cidades, não nos ocorre o edifício em geral, ou não nos ocorre o edifício tal, mas a praça, o parque, o bulevar, o campo, por vezes associados aos monumentos cívicos ou religiosos, por vezes estendidos a um conjunto de ruas ou praças, *downtown* etc. O modernismo, concebendo a cidade com um imenso prado, plantando edifícios repetidos e só ocasionalmente diferentes e diferenciados, estandardizou os centros com edifícios complexos, mega edifícios, que pontuaram os bairros que eram de fato homogêneos. (PORTAS, 2001, p. 29).

Destarte, os centros das cidades, de forma geral, apresentam uma contínua decadência física e ambiental, provocada pelo deslocamento das atividades que antes lhe tinham valorizado o solo. Abandonado pelas elites, pelas sedes dos poderes públicos, têm levado à desvalorização de seus imóveis e à popularização do seu comércio. Também é possível constatar uma deteriorização da paisagem urbana e a descaracterização de seus conjuntos históricos. De outro lado, o mesmo centro tem um lugar expressivo nessa estruturação. Além de ser a maior aglomeração diversificada de comércio e serviços, de emprego, lugar de gestão, lugar de monumentos, é também uma das áreas que atraem a maior quantidade de deslocamentos da força de trabalho e também de consumidores (VAZ, 2002, pg.50).

Villaça (2001) defende a tese de que o surgimento de subcentros, o deslocamento dos centros principais e o seu declínio estão vinculados também ao controle que as

camadas de alta renda exercem sobre o espaço da cidade através do estado e do mercado. Nesse processo, é preciso destacar tanto o papel de novas formas comerciais, como os *shoppings centers*, os hipermercados, as galerias, as áreas comerciais especializadas, quanto a força que elas têm nas transformações desses centros e no surgimento de novas centralidades urbanas.

Observa-se, então, uma tendência de o centro principal se deslocar territorialmente em direção à região de concentração das classes de mais alta renda. Até a década de setenta (VILLAÇA, 2001, p.282), esse deslocamento ocorria por contiguidade, configurando uma bipartição dos centros das cidades – “o nobre e o popular”, duas partes de um único centro. O centro antigo voltava-se para o atendimento das camadas populares, e a outra área passava a concentrar o comércio, os serviços e os profissionais orientados para o atendimento das elites. A partir de então, Villaça (Ibidem) identifica o surgimento de um novo fenômeno: a descontinuidade do deslocamento, de tal forma que aquelas duas partes já não fazem mais parte de um único centro.

A pesquisa e as análises de Villaça sobre as metrópoles brasileiras apontam para um padrão espacial de segregação por setores de círculo, materializado em grandes regiões. Segundo ele, essa característica encontra explicação na possibilidade que ela oferece à classe dominante de manter o poder sobre o espaço, “uma vez que permite controlar com mais eficiência os deslocamentos espaciais, o mercado imobiliário, o estado e a ideologia sobre o espaço urbano” (VILLAÇA, 2001, p. 35)

A exacerbada estratificação social, o acentuado desnível econômico e político entre as classes e os conflitos existentes entre elas fazem da segregação o processo mais significativo da estrutura intra-urbana (VILLAÇA, 2001, p.11 e 12). A cidade moderna passa a ser o espaço por excelência de uma constante interação entre grupos sociais, onde a diversidade e os conflitos sociais decorrentes se intensificam e ganham maior visibilidade e dramaticidade. As classes populares são, sem dúvida, as mais atingidas por esse processo, empurradas que foram para a periferia da cidade. Ao mesmo tempo, retiradas de seus antigos espaços, passaram a circular de forma mais intensa por todo o tecido urbano, o que aumentou a diversidade social dos espaços públicos, num movimento concomitante de sua expulsão como moradores e de sua reintegração como transeuntes ou eventuais consumidores (FRÚGOLLI, 2000, p.20).

Consoante o que já dissemos (VAZ, 2002), o centro tem um lugar expressivo nessa estruturação, porque aglomera comércio e serviços diversificados, empregos, gestão e monumentos, e atrai a maior quantidade de deslocamento da força de trabalho

A defesa do velho centro é muito importante do ponto de vista cultural, mas também do ponto de vista histórico, da memória e da alma de todos nós e da cidade. Também é importante do ponto de vista econômico, porque já temos nele um patrimônio construído e é mais barato recuperá-lo do que criar novas centralidades. Estas, o mercado imobiliário privado deveria criar sozinho para a realização de seus lucros (MARICATTO, 2001, p.97).

Planta Urbana da Cidade de Goiânia

Centro Expandido



LEGENDA:

 - Setor Central, Núcleo Urbano, Centro Histórico

Planta 1 - Cidade de Goiânia
Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Julho 2009
Autoria: Ary A. Veiga Filho
Realização: Talles Henrique C. da Cruz

1.1. Goiânia , cidade projetada

As grandes cidades brasileiras nasceram a partir de fortalezas segundo o modelo de cidades do Medievo português. Para FERREIRA (1959, p.358), “o mais antigo documento que conhecemos, é o regimento de Tomé de Souza, de 1548”. Neste documento, já se observava a preocupação de ocupar e defender o território. A fundação da cidade de Salvador, na Bahia, tinha como propósito não só a defesa do território, mas também o de construir um núcleo provedor de futuras vilas. Diz o regimento:

E, portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica a terra vejais com pessoas que o bem entendam o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte e que possa bem defender e que tenha disposição e qualidade para ali por o tempo adiante se ir fazendo uma povoação grande e tal qual convém que seja para dela se proverem as outras capitanias.

Em 1725, o bandeirante Bartolomeu Bueno, no sertão dos índios Goiás, funda o Arraial de Santana para explorar o ouro das minas nele encontradas. Onze anos depois, a carta régia de D. João determina que seja fundada a Vila Boa dos Goyaz. Outras dezenas de vilas também são fundadas, como Cuiabá e Vila Bela em Mato Grosso, Vila de Barcelos no Amazonas, Vila de Monte-Mor e Vila do Icó no Ceará, a cidade de Piracicaba na capitania de São Paulo. No Piauí, outra carta régia eleva Oeiras à cidade e cria mais oito vilas na capitania. Funda-se a cidade de Guarapuava, hoje no Estado do Paraná. Todas essas determinações em diferentes regiões do território brasileiro, efetivadas através de cartas régias, tinham o propósito de ocupar e defender o território.

É interessante mencionar que, nessas cartas, há uma frequente preocupação com o traçado e o modelo das cidades e vilas criadas. Determinavam que as vilas deveriam ser formadas através de uma praça maior em forma de quadrilátero, base para o traçado das ruas, fazendo levantar no meio dela o pelourinho e reservando áreas para edificar a igreja, a cadeia, as oficinas públicas. Delineavam as casas dos moradores por linha reta, de forma que ficassem de frente para a rua.

Mas, ainda demonstrando atenção a preceitos urbanísticos, determinavam, quando era o caso, as mudanças espaciais das vilas para outros locais mais apropriados onde pudessem se desenvolver, apontando as exigências relativas ao urbanismo dos novos núcleos.

Essa mentalidade mudancista, consequência da mentalidade criada pelos portugueses no século XVIII, continuou após a independência do Brasil, em 1822. Por isso, no século passado, já se pensava em mudar para um novo local a capital de Goiás e, para o planalto central, a capital do Brasil. A capital de Minas Gerais foi mudada para um novo sítio, sob rigoroso urbanismo, dando origem à cidade de Belo Horizonte. Posteriormente, houve a mudança da capital de Goiás para um novo local, criando dentro do urbanismo moderno uma nova cidade planejada.

Lévi-Strauss (1955, p.154) aponta que o sociólogo pode contribuir na elaboração de um humanismo global e concreto:

As grandes manifestações da vida social têm algo em comum com as obras de arte, que é o facto de nascerem ao nível da vida inconsciente, pois são colectivas ao primeiro caso, ainda que individuais no segundo; no entanto esta diferença é secundária, é de resto aparente, uma vez que as primeiras são produzidas pelo público e a segunda para o público e que este fornece a ambas o seu denominador comum e determina as suas condições para sua criação. Não é, portanto, de maneira metafórica que é possível comparar uma cidade a uma sinfonia ou a um poema, são objectos de natureza idêntica a cidade, talvez mais preciosa ainda, situa-se na confluência da natureza e do artifício (...) A cidade provém simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e criação estética. É, ao mesmo tempo, objecto de natureza, sujeito de cultura; individuo e grupo; vivida e sonhada; a coisa humana por excelência.

Ainda segundo Lévi-Strauss (1955), várias cidades brasileiras, como Londrina, Arapongas, Curitiba e talvez Goiânia, nascidas da decisão de uma equipe de engenheiros e financistas, entravam suavemente na diversidade concreta de uma ordem verdadeira. A idéia da construção de Curitiba surgiu após o governo adquirir terras baratas para criar um fluxo de população. Já em relação a Goiânia, o risco foi maior, uma vez que o primeiro objetivo foi criar a capital a partir de terras pouco habitadas.

Naquela época, para percorrer o caminho da costa até Belém, a navegação fluvial era o transporte mais utilizado. Lévi-Strauss refere que a única testemunha dessa antiga via provincial era a pequena capital do Estado de Goiás, a 1000 quilômetros do litoral e do qual estava completamente isolada. Assim ele a descreve:

Num local verdejante, dominado pelos perfis caprichosos dos morros empenachados de palmeiras, algumas ruas de casas baixas desciam as colinas por entre jardins e praças onde pastavam cavalos diante de igrejas com janelas ornamentadas, metade granjas, metade casa com campanários. Colunatas, ornamentos de estuque, frontões, sempre pintados de fresco com um revestimento espumoso como clara de ovo tinto de creme, de ocre, de azul, ou de cor-de-rosa, lembravam o estilo barroco das pastorais ibéricas. Um rio corria por entre cais musgosos, por vezes afundados ao peso das lianas, das bananeira e das palmeiras que haviam invadido as residências abandonadas; mas esta vegetação sumptuosa parecia marcar essas casa com o sinal da sua decrepitude silenciosa à suas fachadas deterioradas. (Idem, p.156)

(...)

Não sei se deveremos lamentar ou regozijarmo-nos com o absurdo do facto, mas o certo é que a administração decidiu esquecer Goiás, o seu campo, as suas rampas, a sua graça ultrapassada. Tudo aquilo era demasiadamente pequeno, demasiadamente velho (...) Acharam-na a cem quilômetros a leste, na forma de um planalto coberto apenas de ervas rija e arbustos espinhosos como se tivesse sido assolado por um flagelo destruidor de toda a fauna e inimigo da vegetação (...) De um dia para o outro os jornais foram cobertos por manchetes na primeira página. Nelas se anunciava a fundação da cidade de Goiânia; em redor dum plano pormenorizado como se a cidade fosse já centenária, eram enumeradas as vantagens concedidas aos habitantes: arruamentos, caminhos de ferro, água canalizada, esgotos [sic] e cinema. (Idem, p. 156)

Lévi-Strauss visitou Goiânia em 1937 e a descreveu como uma planície sem fim, que tinha algo de terreno baldio e campo de batalha, erigida de postes elétricos e estacas de agrimensor entremeadas por centenas de casas dispersas nos quatro cantos do horizonte. Ficou hospedado no Grande Hotel, ao qual chamou de paralelepípedo de cimento, que mais parecia uma aerogare ou um forte. Disse ainda que nada podia ser tão bárbaro, tão desumano como aquela iniciativa no deserto. Aquele edifício sem graciosidade era o contrário de Goiás: não havia história, duração ou hábito que lhe saturasse o seu vazio ou adoçasse sua rigidez. E ele ali se sentia muito mais como um passageiro e nunca como um residente.

O sociólogo retornou a Goiânia por volta de 1939 e assim a descreveu:

Atualmente, a recordação do grande hotel de Goiânia encontra-se com outras na minha memória, testemunhando, nos dois pólos do luxo e da miséria, o absurdo das relações que o homem consente em manter com o mundo ou que, melhor dizendo, lhe são impostas em grau crescente. Voltei a encontrar o hotel de Goiânia, ampliado de maneira desproporcionada em uma outra cidade não menos arbitrária. Uma que os cálculos políticos e o desenraizamento sistemático estão levando a um crescimento descontrolado. (Idem, p. 150)

Freitag (2000) defende o conceito de itinerâncias urbanas quando diz que é corriqueiro na história das aldeias, vilas e cidades brasileiras (desde o início da colônia) abandonar ou deixar atrás de si núcleos urbanos criados, para fundar outros paralelos, transferindo as funções do antigo para o novo. A cidade nova paralela passa a assumir as funções político-administrativas, econômicas e comerciais e atrai todas as atenções que concentram riqueza e prestígio - “poderes peregrinos”. É para essas cidades que se dirigem as ondas migratórias; é para elas que tradições e costumes regionais (indumentárias, comida, arte, música) são levados e refundidos, num verdadeiro *melting pot* das culturas – representações nômades.

O estado de Goiás, segundo IBGE, possuía na década de 1930, especificamente em 1936, logo após a transferência da capital, 55 municípios, sendo o município de Goiás o mais populoso com 30.948 habitantes. Em seguida o município de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis, com uma população de 30.830 habitantes, Catalão com 28.703 habitantes, e no sudoeste Goiano, Rio Verde com 26.403 habitantes. O município de Goiânia já possuía em 1933, segundo o anuário estatístico do Brasil, 18.970 habitantes, somando a população de Campinas, hoje o mais antigo bairro de Goiânia.

Atualmente são 246 municípios, sendo o mais populoso o de Goiânia com 1.281.975 habitantes, o município de Aparecida de Goiânia na região metropolitana, com 510.000 habitantes, Anápolis com 335.960 habitantes, Rio Verde com 163.021 habitantes e o município de Catalão com 81.109 habitantes.

Através de um decreto de 1933, o então interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira transferiu a capital do Estado para Goiânia e contratou um urbanista recém-chegado de Paris para desenvolver os projetos da nova cidade. O urbanista Atílio Corrêa Lima, que iniciou os planos da nova capital, concluíra o mestrado no IPUC, Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, vindo então para Goiânia com as idéias e os novos conceitos do urbanismo moderno. Traçou a cidade dividida em setores e já previa a zona industrial, grande motora das mudanças ocorridas nas cidades modernas.

No período em que esteve na França, Atílio Corrêa Lima trabalhara no escritório do urbanista Alfred Agache (1929), participando dos estudos iniciais do plano de extensão do Rio de Janeiro. Em 1931, volta ao Brasil e passa a ocupar a cadeira de urbanismo na Escola Nacional de Belas Artes. Participou da elaboração de vários planos urbanos, como o da remodelação da cidade de Recife, a Estação de Passageiros do Cais do Porto do Rio de Janeiro, entre outros. Em 1933, é contratado pelo governo goiano para elaborar o projeto e supervisionar a construção da cidade de Goiânia (DAHER, 2003, p. 47).

O arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima admirava a arquitetura colonial brasileira. Contudo, o contato com as idéias inovadoras de Le Corbusier e os preceitos da arquitetura modernista, dominou os seus projetos, que começaram a ter influência da nova arquitetura.

Para Goiânia, no entanto, desenvolveu o projeto urbanístico do núcleo central da nova capital inspirado nos fundamentos e princípios clássicos do urbanismo: buscou ressaltar o efeito de monumentalidade adotado em Versalhes, Karlsruhe e Washington, numa clara referência ao *patê d'oïe*, cidade radial, concêntrica, em que todas as vias convergem para o elemento de interesse principal da urbes: seu centro cívico. Atílio Corrêa

Lima revelou atenção estética ao conceber o centro administrativo com sua praça em forma de ferradura, ponto de encontro das avenidas radiais. Esse desenho é uma evocação à cidade barroca tão cantada por Camillo Sitte, como exemplo de beleza e harmonia utilizado pelo urbanismo francês, que primava pelo cuidado com o paisagismo, com a arborização das avenidas e as formas geométricas e sistemáticas de compor os jardins e o mobiliário urbano com bancos, postes, fontes e monumentos (DAHER, 2003, p.124).

Em 1934, o Governador Pedro Ludovico contratou a empresa Coimbra Bueno & Penas Chaves Ltda. para assumir a direção das obras da nova cidade em construção. Os empresários eram engenheiros recém-formados: seu sobrinho, Abelardo Coimbra Bueno, e Roberto Pena Chaves, neto de um ex- presidente. Os supostos motivos para a contratação seriam a necessidade de técnicos com “pulso forte” e coragem para enfrentar uma série infundável de dificuldades que envolviam os complexos problemas econômicos e sociais da cidade. De posse do novo trabalho, os Coimbra Bueno afastaram Corrêa Lima da execução das obras, tomando-as para gerência com fins políticos e financeiros, e sugeriram ao governo do Estado a nomeação de uma comissão de técnicos que emitisse parecer sobre os estudos que estavam sendo elaborados (DINIZ, 2207, p.b 47).

Segundo Álvares (1942), em 1935, o governo rompeu o contrato com a firma P. Antunes e Cia., representada em Goiás por Atílio Corrêa Lima. Em seguida, em 1936, o urbanista Armando Augusto de Godoy se tornou o consultor técnico dos engenheiros Coimbra Bueno & Cia e deu prosseguimento ao projeto de Goiânia, cujo plano da zona central já estava em execução. Os trabalhos de revisão foram iniciados e novas propostas foram criadas para os setores Norte, Sul e Oeste. Godoy localizou a zona universitária no setor Oeste, mas os demais setores em questão mantiveram as mesmas atividades designadas por Corrêa Lima: Setor central – zona comercial, residencial e centro administrativo; Setor Norte – zona residencial popular, zona industrial e estrada de ferro; Setor Sul - zona residencial; Zona Oeste - zona residencial a ser projetada mais tarde, quando o Setor Sul estivesse ocupado.

Para a zona comercial, ficou definido que, na sua função social, ela apareceria como órgão de distribuição das riquezas na sociedade. Assim fundamentada, no estudo da cidade resultou que ela deveria:

- a- estabelecer-se em zona de acesso igualmente fácil a toda a população, portanto em zona central;

- b- ter fácil acesso às zonas industriais , à estrada de ferro, aeroporto, rodovias, enfim a todas as vias de comunicações;
- c- estabelecer condições que favorecessem o desenvolvimento da oferta de vendas e da procura de compra.

Muito se debateu pela redução da zona comercial para uma extensão menor do que a prevista no anteprojeto de Corrêa Lima. Armando de Godoy criticou a zona comercial projetada. Reforçando a sua opinião em São Paulo com o renomado urbanista Anhaia Melo e outros, discutiu a disparidade da área reservada para a zona comercial. Afirmou que a área destinada ao comércio era cerca de quatro vezes maior que a indicada pelo urbanismo, considerando a cidade e o tipo de população prevista: uma zona comercial muito extensa traria como consequência um número grande de estabelecimentos comerciais para a população prevista da cidade, aumentando a oferta em relação à procura. Um desequilíbrio da lei de oferta e procura resultaria na existência de um grande número de pequenas casas, com deficiente movimento de vendas incapaz de se desenvolver e imprimir o progresso à cidade.

Destarte, o governador do Estado resolveu por fazer a parte possível da limitação proposta por Armando de Godoy.

Godoy não pôde desenhar toda a cidade dentro do modelo das cidades-jardim, porque os setores Central e Norte já se encontravam implantados. Apenas o Setor Sul se configurou segundo os preceitos de Unwin. As vias foram organizadas em *cul-de-sac*, de forma que as residências estariam voltadas para áreas verdes coletivas instaladas no centro das quadras (MONTEIRO,1938, p.136).

CAPÍTULO 2 - A AVENIDA GOIÁS

“A sociedade é a cidade e a cidade é a rua. Eu não conheço nada melhor no urbanismo contemporâneo do que a rua tradicional. A rua como integração de funções, a rua que promove o encontro, tudo aquilo que traduz a rua como a síntese da vida urbana” (LENER, 2001, p.54).

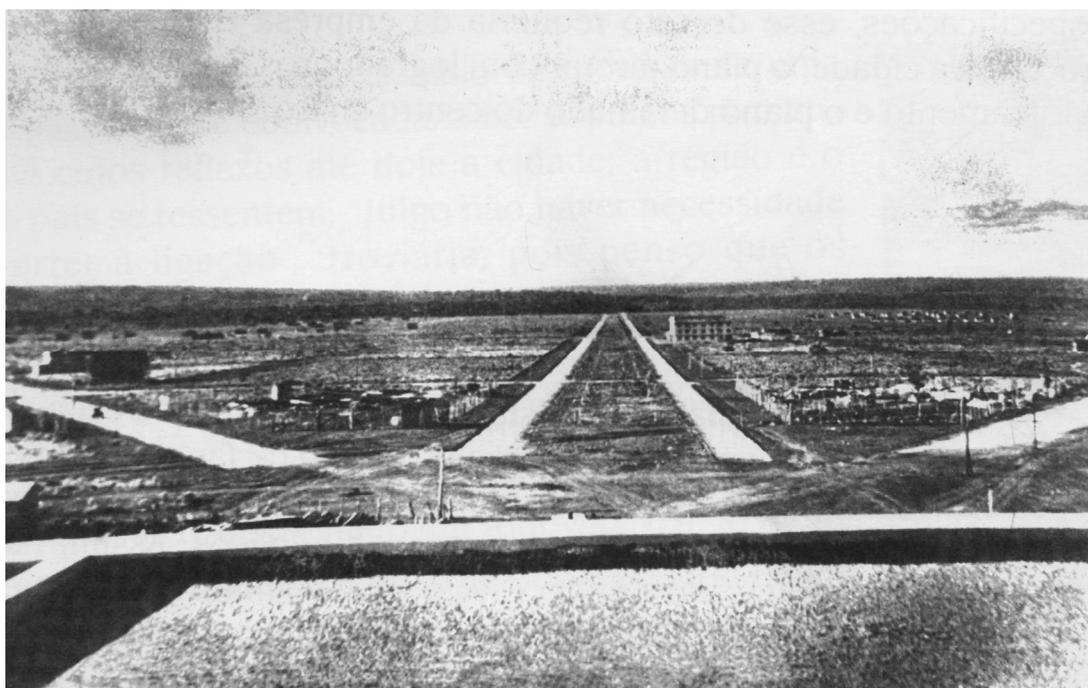


Figura 1 - Implantação da Avenida Goiás e a construção do Grande Hotel , 1936.

Fonte: SEPLAM

Por um longo período, a divisão social do espaço de Goiânia foi fruto da qualidade que cada um dos agentes implantou em suas respectivas propriedades e segundo seus objetivos, fossem eles de ordem econômica, política ou social (DAHER, 2003, p. 258).

Conforme o plano original aprovado em 1938, a classe A se instalaria no centro da cidade, próxima ao comércio principal de Goiânia, e seria servida dos melhores equipamentos urbanos. (DAHER, 2003, p. 260).

O plano inicial era constituído pela Avenida Anhanguera, eixo das principais comunicações com o exterior, e pela Avenida Goiás, que cruzava ortogonalmente com aquela, ligando o centro administrativo à estação ferroviária. O próprio modelo de urbanismo trazido por Atílio Corrêa Lima tinha como um de seus elementos principais o

zoneamento da cidade por setores de atividades. Assim sendo, o primeiro trecho da Avenida Goiás foi destinado à zona comercial, e o segundo trecho, à zona industrial.

Sendo a principal das vias, foi dada à Avenida Goiás a largura excepcional de 50 metros para uma aglomeração relativamente modesta, com 45% de área ajardinada e convenientemente arborizada, com aspecto monumental e pitoresco (MONTEIRO, 1938, p. 140).

As quadras da zona comercial na Avenida Goiás dispunham de áreas públicas internas, ruas internas, para uso do comércio, que poderia fazer a descarga de suas mercadorias sem interrupção e sem os longos estacionamentos na via pública. Assim também a coleta do lixo ficaria livre do desagradável aspecto que apresenta mesmo nas cidades grandes (MONTEIRO, 1938, p. 140). Os espaços internos criados nas quadras comerciais como acesso para veículos se abastecerem são também uma referência do sistema *cul-de-sac* de Unwin. (DAHER, 2003, p. 94).

Atílio Corrêa Lima praticamente não criou praças em Goiânia dentro do conceito de Sitte. Apenas a Praça Cívica atendeu às considerações do urbanista austríaco. O restante das áreas verdes distribuídas pela cidade e chamadas de praças não passavam de meras rotatórias e espaços ajardinados entre as pistas de carros, como a Avenida Goiás. (DAHER, 2003, p. 101).

As vias foram calculadas segundo a intensidade do tráfego. Foram estipuladas para o passeio público as larguras de 0,75m para um pedestre e 2,50m a largura da rua para um veículo. Esse cálculo está no livro de Jean Raymond, integrante da biblioteca particular de Corrêa Lima (DAHER, 2003, p. 82).

Na Avenida Goiás, só poderiam ser toleradas atividades como o comércio de luxo, hotéis, lojas, casas de moda, joalherias, cafés, bares e restaurantes com instalações de gosto. Seria, futuramente, o local onde a elite faria o *footing* à tarde e à noite.

A construção de Goiânia foi, até 1950, norteadas basicamente pelo plano inicial de urbanização (CORDEIRO, 1989, p. 53).

A cidade teve, ao longo de sua existência, quatro planos diretores: o primeiro, concluído e oficializado em 1938, foi desenvolvido inicialmente pelo arquiteto urbanista Atílio Corrêa Lima, de 1933 a 1935; na sequência, há o plano do engenheiro Armando de Godoy, de 1933-1937; o segundo, não oficializado, desenvolvido pelo arquiteto Luís Saia de 1959 a 1962 não teve a sua aplicabilidade e eficácia verificadas, devido ao momento político da Revolução de 1964; o terceiro foi desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Jorge

Wilheim, de 1967 a 1979; e o quarto, em vigor na atualidade, foi o da Engevix Engenharia S.A., desenvolvido de 1989 a 1992 e oficializado em 1994.

Sergio Moraes (apud VAZ, 2002), no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDGI 2000 -, analisou o processo de produção e transformação do espaço urbano da cidade, possibilitando a sua historicização. Considera as transformações e o desenvolvimento socioeconômico e político do País e identifica como atores predominantes na estruturação desse espaço, o estado e o promotor imobiliário.

A periodização de Sergio Moraes e do PDGI 2000 permite a menção de desenvolvimento da cidade de Goiânia em quatro fases:

1933 a 1950 – a criação do lugar;

1950 a 1964 – a ampliação do espaço;

1964 a 1975 – a expansão urbana;

1992 até os dias atuais – espaços urbanos segregados.

Segundo Gonçalves (2003), a população urbana da capital, na década de 1950, já atingia cerca de quarenta mil pessoas e praticamente todos os lotes do setor central já estavam ocupados ou nas mãos de particulares. A partir de então, o planejamento urbano não foi valorizado e a cidade ficou à mercê do mercado especulativo. A lei 176 veio inaugurar esta época, em que o poder público se omitiu e permitiu que o espaço urbano, até então regido por uma determinada ordem, obedecesse apenas à lógica desses empreendimentos, iniciando o processo de deslocamento de novas atividades.

No período da “criação do lugar”, a Avenida Goiás apresentava, em toda a sua extensão, uma única edificação, o Grande Hotel, a primeira atividade comercial da Avenida, na esquina da Rua Três. O hotel fora construído a mando do governo estadual, que precisava de um local de hospedagem para políticos empresários e visitantes ilustres. O Grande Hotel, com seus três pavimentos, tornou-se o maior edifício da cidade. Em 1936, numa Avenida Goiás quase imaginária, com dois riscos de terra batida e precários postes de eletricidade, tendo ao fundo o vulto do palácio, da secretaria geral e alguns barracões de obra em construção, o Grande Hotel reinava soberano e solitário.

As instalações do hotel eram uma imensa novidade: apartamentos, banheiros completos com água quente e fria, salas de estar, luminárias sofisticadas, telefones e campainhas em todos os quartos, um bar quase europeu e um restaurante de fino trato.

Nas décadas de 40 e 50, a paisagem do setor central, ainda em construção, está mais consolidada. A cidade se adensa, se urbaniza e uma vida mais citadina se instala. É uma paisagem eminentemente horizontalizada, com ampla visão (VAZ, 2002, p.75)

Por todo esse tempo e até os anos 60 (mesmo depois do golpe militar de 64), o Grande Hotel se tornaria um dos pontos de encontro da cidade, sobretudo depois de 1946, quando a Assembléia Legislativa instalou-se do outro lado da rua, junto à Brasserie, o bar-sorveteria mais refinado da cidade. Durante este tempo, as suas calçadas eram freqüentadas por intelectuais e políticos. Nas noites de sábado e domingo, o passeio defronte ou local do *footing* atraía toda a gente jovem da cidade.

De seu lado, as atividades de comércio e serviços comportadamente se instalavam na Avenida Goiás, na Avenida Anhanguera, nas ruas 6 e 7, conforme previa o Decreto 2148, de 1937.

Da década de 1940 para a década de 1950, o comércio varejista cresce de 183 para 445; o atacadista, de 08 para 19 estabelecimentos.

O arquiteto Saia é, então, contratado para a revisão e atualização do Plano Diretor de Goiânia, no período de 1959-1964, em razão do ritmo acelerado de crescimento da cidade. Muito pressionado pelo mercado imobiliário, o governo estadual, que já havia feito alterações na lei urbanística (1950), permite a aprovação de novos loteamentos pela iniciativa privada sem custos com a implantação de infra-estrutura. Iniciam-se em 1951 os arruamentos do Setor Sul e do Setor Oeste.

No período de 1950 a 1964, o crescimento desordenado gera uma ocupação muito diluída e muitas vezes descontínua, em razão de que nem todos os loteamentos aprovados eram imediatamente ocupados e de que muitos saltavam áreas, configurando vazios urbanos. No entanto, essa ampliação desenfreada não era capaz de retirar do centro o papel estrutural para o qual ele fora construído – econômico, social e funcional.

Na década de 1960, as atividades de comércio e serviço ainda estão majoritariamente no setor central: a Avenida Anhanguera, com o predomínio do comércio; e a Avenida Goiás, com a concentração de serviços.

Nessa mesma época, 17 das 32 instituições financeiras existentes na cidade se encontravam na Avenida Goiás, além de 1,5% do total de agências/unidades administrativas existentes na cidade. Ela ainda abrigava 38% das entidades representativas, 18% da administração pública e em torno de 90% dos profissionais liberais, além da grande maioria dos escritórios de construtoras. (VAZ, 2002, p. 93).

Esse período, chamado por Moraes (apud VAZ, 2002) de “a ampliação do espaço”, apesar dos esforços de Saia na revisão do Plano Diretor, foi marcado por um crescimento desordenado, ficando a cidade à mercê do mercado especulativo.

A partir de 1964, período da concentração de lugares (Moraes, apud VAZ, 2002), prevalece a expansão extensiva, principalmente após a criação do Banco Nacional de Habitação, em 1964. Ocorre a alteração dos lotes no Setor Central, que são lembrados para receber os edifícios em altura. A paisagem se verticaliza muito rapidamente e observam-se pequenos prédios entremeando a vegetação já adulta.

Segundo Vaz (2002, p. 159), desde a década de 70, todos os investimentos e intervenções urbanísticas realizadas no centro foram dirigidas, prioritariamente, para a implantação ou alteração do sistema de transporte urbano.

Em 1981, foi iniciada a implantação do eixo norte-sul na Avenida Goiás/Av. Oitenta e Quatro/Rua Noventa, com inserção de pistas exclusivas de ônibus e construção de plataformas para abrigar os pontos de embarque e desembarque. Neste caso, uma parte do “calçadão” da avenida, que substituiu os seus canteiros na década de 70, foi sacrificada para aumentar a caixa das pistas de rolamento. (VAZ, 2002)

Em 2000, foram iniciados estudos de viabilidade de construção de uma linha de metrô (preliminarmente definida no sentido norte-sul) e entrou em andamento, na mesma agência, a elaboração do novo Plano Diretor de Transporte Urbano. A criação da Área-Programa Centro Histórico, no bojo do PDIG2000, e da zona de revitalização funcional, na Lei de Zoneamento, coincidiu com a proliferação das discussões, estudos e ações revitalizadoras em diversas regiões do Brasil. (VAZ, 2000, p.160-161)

Segundo Vaz (2000, p. 160), em Goiânia, elas tiveram desdobramentos. No âmbito estadual, elas foram canalizadas para a requalificação da Praça Cívica em 1988, quando se demoliram muros e o prédio do Banco do Estado de Goiás, substituíram-se calçamentos e postes de iluminação pública, recuperaram-se as fontes luminosas e reformaram-se edifícios. No âmbito municipal, foram promovidos vários estudos sobre o Setor Central (centro tradicional e Bairro Popular). Todos estes documentos informaram sobre a sua degradação, a sua perda de competitividade e sobre a necessidade de implementação de ações/intervenções revitalizadoras.

O trabalho “Projeto Goiânia 21 – Operação Centro” (1998, p. 8) faz a seguinte observação: “A área central tem sido motivo de descontentamento por parte dos goianienses, pois percebe-se com nitidez que ela vem amargando um processo crescente de deterioração que está em seu limite máximo de suportabilidade”.

Esta avaliação (VAZ, 200, p. 161) deu sustentação à constituição da Associação Centro Vivo e para a elaboração de uma nova proposta de revitalização através de uma consultoria espanhola, possibilitada pela “parceria Prefeitura Municipal e iniciativa privada”.

Em 1998, foi encaminhado à SEPLAM um documento com as leituras sobre a área de estudo e sugestões de intervenções. Estes documentos serviram de base para a última proposta apresentada em setembro de 2000.

A contratação da equipe espanhola (professores e técnicos da cidade de Barcelona) foi feita pelas seguintes empresas e associações empresariais: Tropical Imóveis, Refrigerantes Bandeirante (Coca-Cola), Fuad Rassi Construtora, CCB Construtora, Flamboyant Shopping Center, Goiânia Shopping, Clube de Dirigentes Lojistas, Associação das Empresas de Incorporação de Goiás e Associação Comercial e Industrial de Goiás. À Prefeitura Municipal coube o apoio técnico à equipe espanhola. (Idem. Ibidem)

O estudo se desenvolveu em três escalas: a cidade em sua globalidade, “enquanto sistema”; a cidade como centro de atividades, em seu cotidiano; e a cidade localmente, em que se identificaram os pontos de intervenção. Foram justamente alguns destes pontos os objetos de interesse urbanístico do concurso público promovido pela Prefeitura Municipal, entre outubro e dezembro de 2000, conforme relatamos abaixo. (Idem. Ibidem)

As áreas selecionadas foram a Praça Cívica (incluindo o Bosque dos Buritis), a Praça do Trabalhador e a Avenida Goiás (no trecho compreendido pelas duas praças). Os objetivos norteadores das propostas enfatizavam para a Praça Cívica a necessidade de “resgatar o seu papel social como centro simbólico, cívico e administrativo”. Para tanto, seus espaços abertos deveriam ser contemplados com atividades culturais, de lazer e comerciais; para a Praça dos Trabalhadores, a necessidade de “criar um pólo multifuncional e intermodal”; e para a Avenida Goiás, a necessidade de “reafirmar sua função sociocultural”. (Idem. Ibidem)

Em setembro de 2002, foi aprovado o projeto de revitalização da av. Goiás por meio de concurso realizado pela Administração Municipal do qual participaram 15 competidores. O vencedor, Jesus Cheregati, urbanista e arquiteto de 40 anos (em 2003), é paulista radicado em Goiás desde 1985. Formou-se em Arquitetura pela Universidade Católica de Goiás, em 1990.

A mais importante via do traçado original de Goiânia ganhou em beleza e funcionalidade. E resgatou um pouco da história arquitetônica da capital. As obras foram iniciadas em 15 de abril de 2003. O projeto de revitalização, do arquiteto e urbanista Jesus

Cheregati, foi executado pela Comurg e buscou restaurar o conceito de bulevar para a av. Goiás, conforme idealizado originalmente pelo primeiro construtor da cidade, Atílio Corrêa Lima. Essenciais na nova concepção, o gramado e os jardins foram restituídos aos canteiros centrais da via. O novo calçamento foi de pedra portuguesa, com predominância da cor branca, e decorado, em alguns pontos, com mosaico, formando flores de ipê, nas cores branca, preta, vermelha e bege.

Em todas as ilhas da avenida foram construídas pérgulas, com estrutura metálica e de concreto, que caracterizam espaços de convivência. Cerca de 700 novos bancos, de madeira, foram instalados ao longo da via.

A estátua do Bandeirante recebeu uma limpeza completa e foi colocada a uma altura total de 9 metros - somente seu pedestal tem 6,5 metros. A altura original do Bandeirante era de 5 metros. A Avenida Goiás ganhou, também, cinco espelhos d'água. Os dois primeiros ficaram junto ao relógio, na parte alta da via.

Poucos dias antes da reinauguração, 430 novas mudas de árvores foram plantadas nos canteiros centrais. A arborização antiga, formada por cerca de 600 árvores - predominantemente mungubas -, foi mantida em sua maior parte, para ser substituída, paulatinamente, à medida que cada árvore for apresentando sinais de esgotamento.

A revitalização da Avenida Goiás foi possível graças à remoção negociada dos ambulantes que ocupavam parte dos antigos calçadões centrais da via. Eles foram reinstalados no mercado aberto, construído na Avenida Paranaíba, após longo processo de diálogo estabelecido entre a prefeitura e as entidades representativas dos camelôs, com participação de moradores, a Associação Centro Vivo e o Ministério Público

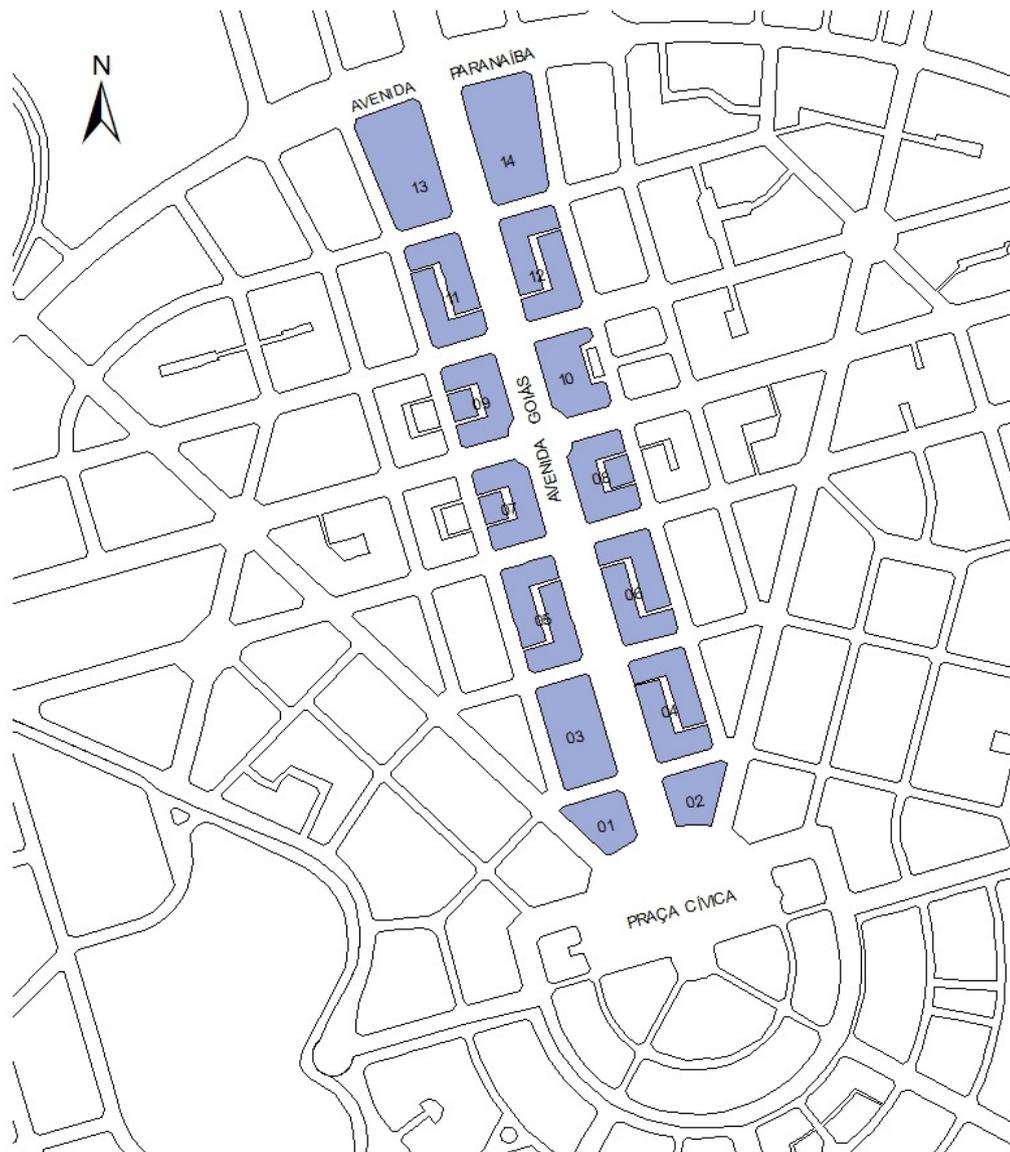
CAPÍTULO 3 - INTERVENÇÕES E ATIVIDADES NA AVENIDA GOIÁS

Conforme já dissemos, a construção de Goiânia foi, até 1950, norteadas basicamente pelo plano inicial de urbanização.

Segundo Gonçalves (2003), a população urbana da capital, na década de 1950, já atingia cerca de quarenta mil pessoas e praticamente todos os lotes do Setor Central já estavam ocupados ou nas mãos de particulares. A partir de então o planejamento urbano não foi valorizado e a cidade ficou a mercê do mercado especulativo. A lei 176 veio inaugurar esta época, em que o poder público se omitiu e permitiu que o espaço urbano, até então sobre uma determinada ordem, obedecesse apenas à lógica desses empreendimentos, iniciando o processo de deslocamento de novas atividades.

Durante esse período, que foi caracterizado pela ausência de planejamento no sentido de organizar a cidade, dá-se início aos planos diretores de ocupação.

Para entender o processo de ocupação e mudanças de atividades na Avenida Goiás, faz-se necessário analisar os agentes que interferiram e contribuíram para a atual configuração da avenida. No entanto, por estarem estreitamente ligadas, essas intervenções e atividades serão analisadas em conjunto. Partiremos da Praça Cívica e suas duas principais intervenções – o obelisco e o coreto – e seguiremos pelas 14 quadras da Avenida Goiás, divididas em dois trechos.



Mapa 2 - Avenida Goiás

Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Julho 2009

Autoria: Ary A. Veiga Filho

Realização: Talles Henrique C. da Cruz

A Avenida Goiás, com seu efeito monumental, inicia-se na Praça Cívica. Abrigo inúmeros edifícios bastante representativos na história da cidade. O primeiro empreendimento comercial construído, como já dissemos, foi o Grande Hotel. Além dele, abrigou a sede do TRE - Tribunal Regional Eleitoral, a Delegacia Fiscal, o edifício da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, já demolido, o prédio do jornal O Popular, e a primeira sede do Banco do Brasil, entre outros.



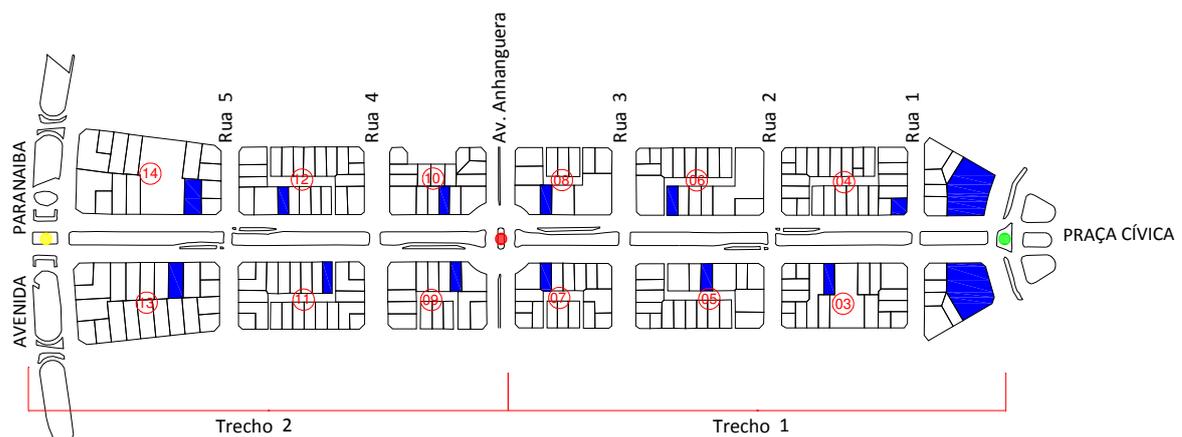
Figura 2 – Av. Goiás, à esquerda Sede do TRE e à direita nos fundos, o Grande Hotel
Fonte: SEPLAM



Figura 3 – Av. Goiás, em destaque, Sede do Banco do Brasil, na Quadra 03.
Fonte: IBGE

Foi realizado o estudo de caso de um imóvel em cada quadra totalizando (14) quatorze exemplos. Conforme dissemos, a pesquisa tem como principal fonte o cadastro de imóveis da empresa Imobiliary, buscando identificar por períodos (1980/1990/2000) as atividades desenvolvidas em cada imóvel através dos contratos de locação. Para análise dos estudos, a avenida foi dividida em dois trechos: O primeiro iniciando-se na Praça Pedro Ludovico Teixeira, Praça Cívica, a partir do Coreto até a Avenida Anhanguera, onde está localizada a estátua do Bandeirante. O segundo trecho, do Bandeirante até a Avenida Paranaíba, onde foi construído um busto em homenagem ao senhor Andreilino Rodrigues de Moraes (Nenzão), doador das terras para construção da cidade de Goiânia.

Localização Geral dos Imóveis



LEGENDA:

	Imóveis Pesquisados
	Coreto
	Bandeirante
	Busto

Mapa 3 - Localização Geral dos Imóveis
 Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Julho 2009
 Autoria: Ary A. Veiga Filho
 Realização: Talles Henrique C. da Cruz

3.1. Estudo de casos

3.1.1 A Praça Cívica. *

A Avenida Goiás inicia-se na Praça Cívica, principal espaço do projeto concebido por Atílio Corrêa Lima. As três maiores e mais importantes avenidas do seu projeto convergem para esta grande praça.

As praças são, segundo Soares (2009, p.9), as mãos de uma cidade. Elas representam o lugar de encontro ou da promessa de encontrar. A palavra praça vem do grego *platys*, pelo latim *platea*, e resume o sentido da ágora grega e do foro romano: o espaço do público, da reunião (Llorcal, apud SOARES, 1997). Ao longo da formação da sociedade humana, desde os primitivos espaços cercados de proteção utilizados pelas primeiras tribos sedentárias até a organização social mais civilizada, a praça sempre foi o cenário das festas, das reuniões, passeios, comércios, encontros e desencontros, descanso, desfiles cívicos, comícios, apresentações musicais, estacionamento de veículos, convulsões sociais. Basta lembrar que foi na Praça Cívica de Goiânia que se iniciou, com grande aglomeração, o importante momento histórico da campanha política “Diretas Já” em prol das eleições neste país.

Oriunda da Grécia e considerada o elemento urbano mais democrático já criado pela humanidade, a praça desafia os séculos. Ela supera os momentos de abandono e indiferença por sua capacidade de se adaptar às transformações do correr do tempo. Palco e cenário existencial, a praça, a todo momento, foi coadjuvante da história. A nossa praça, a Praça Cívica de Goiânia, o núcleo central da cidade, presenciou, desde o início da construção da cidade, muitas mudanças, inclusive a alteração do seu primeiro traçado no projeto inicial.

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Lorimá Dionísio Gualberto (Mazinho), realizada em 13 de março de 2010. Os períodos entre aspas referem-se às citações literais dos entrevistados

3.1.1.1. O Obelisco

A partir dela, no meio da praça, no coração da praça, havia um marco, talvez o marco das modificações, porque muitas delas caíram no esquecimento. Tratava-se de uma luminária art'déco, chamada de obelisco pela sua semelhança com os diversos e conhecidos monumentos construídos mundo afora.

Os obeliscos são monumentos criados originalmente no Egito, de formato retangular, com uma ponta triangular em forma de pirâmide. A luminária goiana, que também foi apelidada de 'pirulito', foi demolida para dar lugar ao Monumento das Três Raças, obra da escultora Neusa Moraes, que foi inaugurada no dia 06 de julho de 1967 e dedicada ao povo goiano: “Como justa homenagem àqueles que viveram a grande epopéia da construção de uma capital plantada em pleno sertão bruto de outrora”.

Da luminária, “por sorte restam ainda a lembrança de alguns e, talvez por obra do acaso, alguns registros fotográficos”. Na demolição, encontraram enterrada, segundo Mazinho, ou Lorimá Dionísio, jornalista entrevistado, uma caixa de metal com jornais da década de 1930, falando da nova capital, e a ata de inauguração da nova cidade.



Figura 4 - Luminária e Palácio das Esmeraldas. 1948.
Fonte: Anibal Machado.Acervo MZA/MIS.



Figura 5 - Luminária e Palácio das Esmeraldas, 1951.
Fonte: Hélio de Oliveira

3.1.1.2. O coreto

Nesta praça de fontes luminosas, do Palácio do Governo, das Secretarias de Estado, museu e jardins, “em um tempo (1942-1970) houve um coreto e, em outro tempo, não tinha mais coreto (1970-1979). Depois foram buscar o pedreiro que ajudou a construir o prédio original de 1941 a 1942, buscar o mesmo homem que o tinha construído para construí-lo de novo”: Por cuidado, Adolfo Boari, “esse homem, velhinho com 76 anos, quando iniciou a reconstituição, ainda tinha com ele algumas fôrmas dos afrescos, utilizadas na primeira construção. Trabalhou na elaboração e fundição de formas dos detalhes de acabamento do coreto. Nesse empenho, o coreto da Praça Cívica voltou e ficou no mesmo lugar. A prefeitura realizou a solenidade de reinauguração incluindo nas comemorações da independência do Brasil.

Sobre os coretos, alguns defendem que vem do italiano *coreto*, ligado à tribuna e ao coro da igreja; outros, na mesma linha, defendem que vem só de *coro*, com o sufixo diminutivo *eto*, pequeno coro. O coro é a parte da igreja onde se situa um estrado, uma parte alta, como se fosse um palanque ou o local mais elevado de onde se toca ou canta. Ou uma espécie de quiosque construído ao ar livre para concertos musicais.

Os coretos estavam presentes em várias cidades na Europa. Na França, era conhecido por *Tribune de musicien*. Mais tarde, nos princípios do século XX, surge o *Kiosque à musique*. Os coretos são pequenas construções no meio de uma praça, normalmente de formato redondo, protegidos por grades ou alvenaria, onde pequenas bandas de música se apresentam.

Sendo um dos poucos coretos de Goiânia além do construído na Praça Joaquim Lúcio, em Campinas, o coreto da Praça Cívica foi inaugurado oficialmente por ocasião do Batismo Cultural da cidade, em 05 de julho de 1942. Ao longo dos anos, foi palco de importantes episódios da nossa história, fazendo parte da vida social da cidade de Goiânia.

Sofreu, com o tempo, desde a ação do vandalismo até o desprezo da população, que não adicionava a ele mais nenhum significado e utilidade para a cidade. Assim, decidiu-se por substituí-lo e alterar o seu uso, desprezando sua função original. Fez-se então uma brusca mudança em suas atividades, transformando essa tribuna pública em um escritório fechado de atendimento ao turista.

O coreto havia sido construído em alvenaria, com cobertura suspensa por dois pilares centrais, escadas laterais, bancos e pisos em granitina, ricos afrescos em estilo art'decó, todo aberto.

Em 1970, pela administração do prefeito Manoel dos Reis, foi inteiramente fechado nos moldes da modernidade, introduzindo-se grandes placas de concreto, janelas de vidro, piso rebaixado e jardineiras contornando um escritório. Durante quase uma década, ficou desfigurado como um posto de informações da Secretaria Municipal de Turismo.

Segundo o jornalista Mazinho, ou Lorimá Gualberto, nosso entrevistado, que trabalhou no local, em média lá trabalhavam 08 pessoas em dois turnos: eram recepcionistas que distribuía folders sobre a cidade e o turismo no estado. Os funcionários da Secretaria alegavam que “o espaço era inadequado e que o Posto poderia ter sido construído em qualquer outro local, menos em cima de um símbolo da época da construção da nova cidade”. Após alguns anos fechado e abandonado, sem função alguma, na administração do prefeito Hélio Mauro Humbelino Lôbo, no ano 1979, a obra foi reconstruída, voltando ao modelo original.

As diversas alterações de uso e funções desse edifício levaram-no ao abandono de sua função original: raramente se vê retretas no final das tardes, como acontecia antes, quando as pessoas apreciavam as bandas tocando e o coreto fazia parte da cultura da cidade.

Atualmente, é comum, no final do ano, as administrações transformarem o coreto da praça em presépio natalino. Hoje, faz parte do Acervo Arquitetônico e Urbano art'déco de Goiânia, constituindo um importante patrimônio histórico e artístico, tombado pelo IPHAN em novembro de 2003.

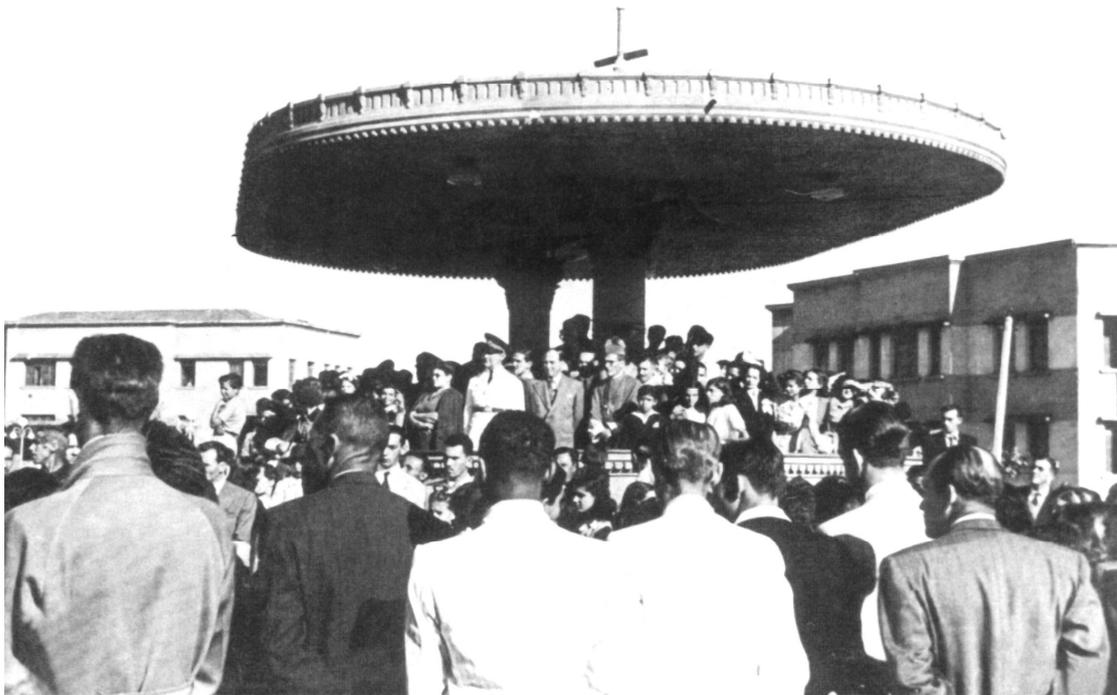


Figura 6 - Coreto, 1942.

Fonte: Autor desconhecido. Acervo MZA/MIS



Figura 7 - Coreto fechado, 1971.
Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 8 - Coreto reconstruído, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 9 - Coreto, Avenida Goiás e Relógio, 1942.
Fonte: Hélio de Oliveira

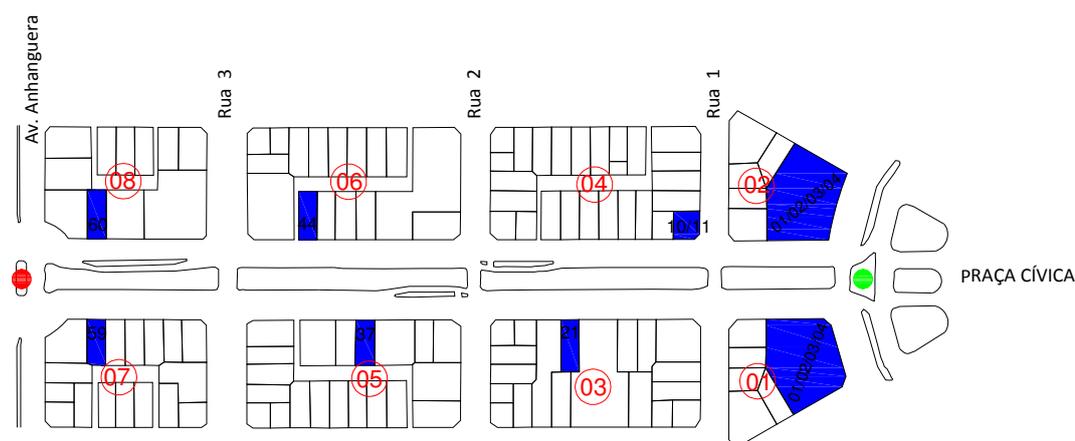


Figura 10 - Correto, Avenida Goiás e Relógio, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

Foi realizado o estudo de caso de um imóvel em cada quadra totalizando (14) quatorze exemplos. A pesquisa tem como principal fonte o cadastro de imóveis da empresa Imobiliary, buscando identificar por períodos (1980/1990/2000), as atividades desenvolvidas em cada imóvel através dos contratos de locação. Para análise dos estudos, a Avenida foi dividida em dois trechos: O primeiro iniciando-se na praça Pedro Ludovico Teixeira, praça Cívica, a partir do Coreto até a Avenida Anhanguera onde está localizado a estátua do Bandeirante. O segundo trecho do Bandeirante até a Avenida Paranaíba onde foi construído o busto em homenagem ao senhor Andreolino Rodrigues de Moraes (Nenzão) doador das terras para construção da cidade de Goiânia.

3.1.2. As quadras - Trecho 1

Serão analisados, nesse trecho da Avenida Goiás, (08) oito estudos de casos, o primeiro iniciando na quadra 01, próximo ao coreto, até a quadra 08, praça do Bandeirante.



Mapa 4 – Imóveis do Trecho 1
Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Julho 2009
Autoria: Ary A. Veiga Filho
Realização: Talles Henrique C. da Cruz

3.1.2.1. Caso 01 (Quadra 01 – Lotes 01/02/03/04)

Tendo o Estado de Goiás, por lei federal, Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, concedido títulos da dívida pública para a conclusão das obras de Goiânia, ele ficou obrigado a construir quatro prédios para as repartições federais.

O Edifício do Juízo Eleitoral, assim denominado originalmente, foi inaugurado no ano de 1937, tendo como responsáveis pelo seu início a Companhia P. Antunes Ribeiro. A partir de dezembro de 1934, a firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda. assumiu a sua construção, inaugurando-a três anos depois.

Atualmente, o edifício abriga o Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de Goiás, de propriedade do TRE- Tribunal Regional Eleitoral. No mesmo terreno, no final dos anos 1990, foi construído nos fundos um edifício anexo, com seis pavimentos, que manteve as características do original. Hoje, as duas edificações integram o mesmo terreno.

Construído na década de 30 para sediar a Secretaria do Estado, com construção em estilo art'déco, nesse edifício funcionaram diversas instituições públicas.

As atividades nele demandadas durante o período em estudo estão na tabela abaixo.

Tabela de Atividades		
Década de 1930	Década de 1990	Década de 2000
TRE – 1980/1990	TRE – 1990/2000	TRE – 2000/2010

Fonte: Ary A. Veiga Filho.



Figura 11 - À esquerda, Tribunal Regional Eleitoral, 1936.

Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 12 - Tribunal Regional Eleitoral, 1936.
Fonte: Eduardo Bilemjian. Acervo MIS-GO



Figura 13 - Tribunal Regional Eleitoral, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 14 - Tribunal Regional Eleitoral, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.2.2 – Caso 02 (Quadra 02 – Lotes 01/02/03/04)

Pela mesma obrigatoriedade do Estado de Goiás para com o governo federal foram construídos mais dois edifícios voltados para a Praça Cívica: o edifício do Correios e Telégrafos e o prédio originalmente edificado para abrigar a Delegacia Fiscal. A obra foi construída pela firma Coimbra Bueno e Pena & Chaves LTDA., mais tarde Coimbra Bueno & Cia Ltda. O edifício tem dois pavimentos com fachada austera, simétrica e curva. Foi inaugurado em abril de 1937 e nele está instalado o Ministério da Fazenda - Delegacia de Administração GO/TO, de propriedade do Governo Federal.

Foram as suas atividades nas décadas de 80 a 2000:

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Ministério da Fazenda – 1980/1990	Ministério da Fazenda – 1990/2000	Ministério da Fazenda – 2000/2010

Fonte: Ary A. Veiga Filho.

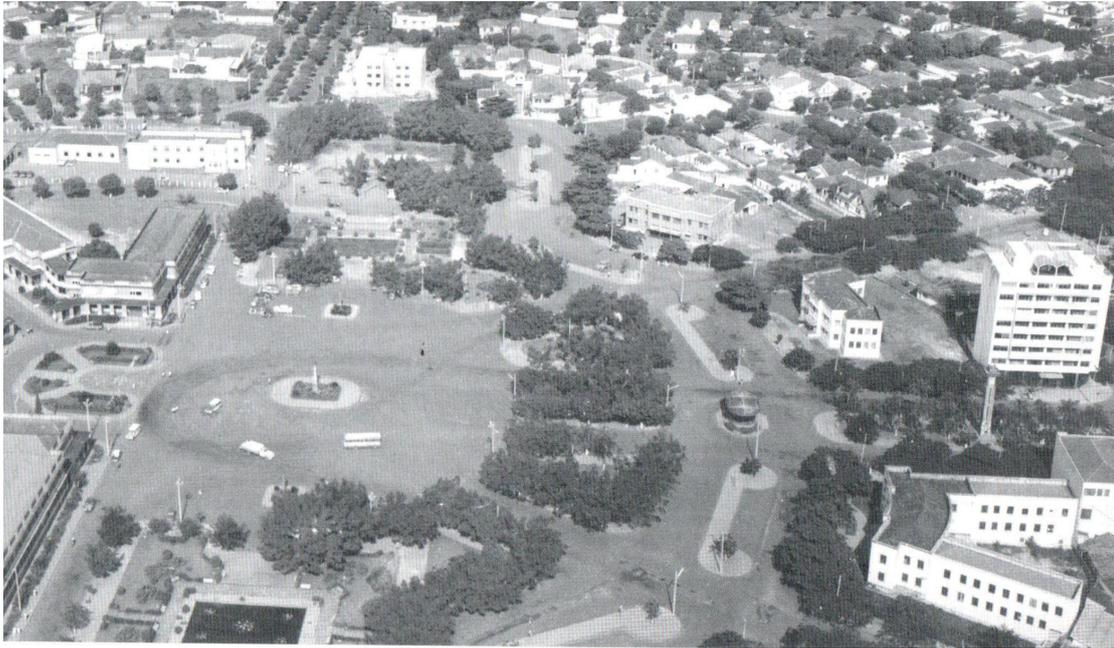


Figura 15 - Praça Cívica, Obelisco, Coreto, TRE e Delegacia Fiscal, 1961.
Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 16 - Delegacia Fiscal. Década de 1930.
Fonte: Eduardo Bilemjian. Goiânia – GO. Acervo MIS-GO



Figura 17 - Procuradoria da Fazenda Nacional, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 18 - Procuradoria da Fazenda Nacional, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 19 - Procuradoria da Fazenda Nacional, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.2.3. Caso 03 (Quadra 03 – Lote 21)*

O Edifício João Alves Ribeiro foi construído aproximadamente em 1948 pelo comerciante João Alves Ribeiro com o propósito de investimento. Seu principal objetivo era explorar a renda proveniente do aluguel do imóvel, construindo na parte inferior uma grande loja e na parte superior salas comerciais para escritórios autônomos. Natural de Araguari, segundo seu genro Sr. Oswaldo Rodrigues Ribeiro, “ele veio pela primeira vez a Goiânia com um grupo de pessoas acompanhadas do então prefeito de sua cidade”. Vieram “conhecer a nova capital”, verificar “as novas oportunidades e fazer investimentos adquirindo lotes. Vieram ver de perto a epopéia da construção” da nova cidade. “Enquanto conhecia a cidade”, pesquisava os preços e procurava terrenos para comprar. “Ofereceram a ele três quadras inteiras, bem localizadas na Avenida Goiás e Anhanguera. Surgiu então a dúvida e o receio em adquirir ou não os imóveis ofertados para venda. Na volta para Araguari o prefeito desestimulou a todos e a ele, desaconselhando a compra dos terrenos.” Argumentou que “a cidade não iria desenvolver, que jamais iria para frente”. Mesmo assim, escolheu três lotes: dois na Avenida Anhanguera e um na Avenida Goiás. Em um dos lotes na Anhanguera, esquina com a Rua Seis, construiu um edifício comercial onde funcionou o Bar Royal, bastante conhecido na cidade.

Durante a construção de Brasília era comum as pessoas não acreditarem também no futuro promissor da capital federal. Muitos deixaram de adquirir terrenos baratos por duvidarem do desenvolvimento. Isto ocorreu também durante o início da construção da capital do estado do Tocantins. Em Palmas, o descrédito foi grande, temos hoje uma realidade quase que inacreditável quando presenciamos o quanto estas cidades cresceram e desenvolveram em tão pouco tempo.

Os lotes da Avenida Goiás, no trecho comercial objeto desta pesquisa, tinham, em todas as quadras, pequenas ruas nos fundos chamadas “vuelas”, projetadas por Atílio Correa Lima com a função de facilitar a carga e a descarga de mercadorias do comércio. Os lotes tinham o seu fundo voltado para a pequena via.

Nesta quadra, especificamente, a rua foi toda invadida pelos proprietários dos terrenos: formaram-se terrenos irregulares, invadidos, que a prefeitura teve, posteriormente, de oficializar, eliminando totalmente o acesso para os lotes.

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com Sr. Oswaldo Rodrigues Ribeiro, realizada em 07 de março de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais dos entrevistados.

A primeira atividade desenvolvida no imóvel, segundo o Sr. Oswaldo Ribeiro, foi uma firma de vendas de tratores. Durante um período, instalaram-se no terreno ao lado e acima a Rádio Clube e o Jornal Folha de Goiás, do Grupo Chateaubriand, que introduzira a televisão no Brasil. Hoje, é local onde se encontra instalada uma Agência da Caixa Econômica Federal.

O edifício João Alves hoje pertence a uma filha de João Alves Ribeiro, estando a proprietária locando o imóvel para renda, como mostra a tabela.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Gráfica Rio Branco – 1980/1985	Lojas Ponto da Moda – 1990/2000	Lojas Ponto da Moda – 2000/2010
Desocupado – 1985/1990		

Fonte: Ary A. Veiga Filho.

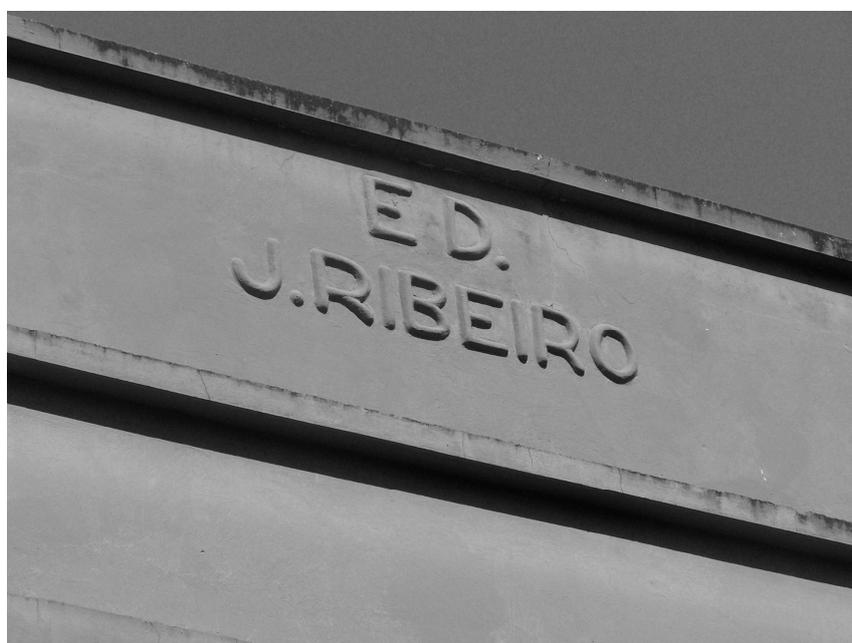


Figura 20 - Edifício J. Ribeiro, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 21 - Edifício J. Ribeiro, 1999.
Fonte: Projeto Cara Limpa



Figura 22 - Edifício J. Ribeiro, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.2.3- Caso 04 (Quadra 04, Lotes 10/11)*.

Este edifício, localizado na esquina da Avenida Goiás com Rua Um, foi construído no início da década de 1940 pelos irmãos e advogados Antônio Saturnino de Araújo Mello, apelidado de ‘Totó’, e Segismundo de Araújo Mello, ambos nascidos na cidade de Santa Luzia, interior de Goiás, hoje denominada Luziânia. Segundo a irmã dos proprietários, Iracy de Jesus Mello Moraes, uma ilustre senhora centenária nascida em setembro de 1909, os irmãos moravam em um sobrado de dois andares, localizado à frente da praça da igreja, onde havia “um farto quintal com grande variedade de árvores frutíferas”.

Em 1926, os irmãos foram levados para a cidade de Pires do Rio, para “tomar o trem de ferro que os levaria ao seminário em Uberaba”. Permaneceram em Uberaba até 1930, retornando para sua terra natal. Dois anos depois, juntamente com a família, saíram de Luziânia em busca de melhores condições de vida e maiores oportunidades de estudo.

Totó, com vinte anos, morou em Leopoldo de Bulhões, onde “trabalhou nas Casas Pernambucanas”. Em seguida, foi para a cidade de Goiás Velho, trabalhando na mesma loja daquela cidade. Em 1935, mudou-se para Goiânia, quando foi nomeado para o cargo de Coletor Municipal na nova capital do Estado. Em Goiânia, concluiu o curso de direito na Faculdade Federal de Goiás.

Segismundo, o irmão mais novo, teve seu primeiro emprego público na década de 1930, durante a mudança da capital. Casou-se e foi convidado a assumir o serviço de estatística do Departamento Nacional do Café, na cidade do Rio de Janeiro, onde “cursou à noite” a Faculdade Nacional de Direito, formando-se bacharel.

Juntos em Goiânia, montaram “um escritório de advocacia na Rua Um com Avenida Goiás, tendo advogado para os maiores bancos do país”. Como amigos, estabeleceram “uma parceria comercial que durou uma existência, um sempre colocava o outro em todas as oportunidades de bons negócios”. Ocuparam importantes cargos.

Segismundo Mello Moraes participou da transferência da capital federal para o Planalto Central, da constituição do Banco do Estado de Goiás, sendo o seu primeiro presidente, participou da constituição das Centrais Elétricas de Goiás - Celg (atual Central Energética de Goiás), de que ocupou a presidência, foi procurador do Estado de Goiás,

* Este estudo de caso teve por base as entrevistas com o Sr. Hélio de Araújo Mello, realizada a 02 de março de 2010, e Sra. Iracy de Jesus Mello Moraes e Senhora Amália Mello Moraes, realizadas a 13 de Março de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais dos entrevistados.

participou da criação da Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital - DF, sendo o primeiro integrante a ser nomeado para o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, portador da carteira de nº 01 expedida por aquele órgão, do qual veio a ser presidente.

Sua irmã, a senhora Iracy Mello Moraes, que também morou na Rua um com a Avenida Goiás, no Setor Central da cidade, relatou que, “quando residia em Luziânia, no sobrado com os irmãos, receberam em sua casa para um baile a força gaúcha”. Nesta festa, dançou “com o ex-presidente Castelo Branco”. O baile foi organizado em sua casa “por ter três salas grandes que comportavam um bom número de pessoas”. Decoraram “a parede da sala com uma frase escrita com pétalas de flores. que dizia: Salve Rio Grande e Goiás”.

Dona Iracy Mello, segundo seu genro e o pouco que pude observar, é uma mulher de personalidade forte, senhora de histórias incríveis, que relata com muita propriedade e confiabilidade fatos cronológicos.

De acordo com o relato da Senhora Amália Mello Moraes, membro da família, viúva do Sr. Totó, atual proprietária do edifício em estudo, o prédio foi construído “com o propósito de ser alugado para as atividades comerciais que se fortaleciam ao longo da Avenida”. O primeiro locatário a utilizar a parte inferior do edifício comercial foi o Saps - Serviço de Alimentação da Previdência Social, criado em 1940 pelo governo de Getúlio Vargas como parte de sua política trabalhista e com o encargo de promover a instalação de refeitórios em empresas maiores, vender alimentos a preço de custo a trabalhadores, proporcionar educação alimentar, formar pessoal técnico especializado e apoiar pesquisas sobre alimentos e situação alimentar da população.

Em seguida, instalou-se no local a Cobal - Companhia Brasileira de Alimentos, órgão federal ligado ao Ministério da Agricultura. Tinha como objetivo comercializar alimentos e levá-los a lugares distantes, nos quais a iniciativa privada não tinha interesse. A Cobal comercializava também alimentos às populações ribeirinhas, criou supermercados volantes em carretas para abastecer o interior do país, e assinava a própria marca – Cobal - em alimentos, como arroz, açúcar, óleo, farinha e gêneros de primeira necessidade, comercializando-os a preços abaixo do valor de mercado. Posteriormente, o prédio continuou no mercado de locação, estando alugado até a presente data, conforme tabela abaixo.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Desocupado – 1980/1985	Madelon Hipermercados Ltda – 1990/1994	Fináutria Banco de crédito – 2000/2002
Materiais de construção – 1985/1990	Desocupado – 1994/1995	S.O.S. Computadores – 2002/2010
	Lojas Star Chic – 1995/1997	
	Desocupado – 1997/1999	
	Fináutria Banco de crédito – 1999/2000	

Fonte: Imobiliary.



Figura 23 - Edifício Amália, 1940.

Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 24 - Edifício Amália, 2002.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 25 - Edifício Amália, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.2.4 - Caso 05 (Quadra 05, Lote 37).

Foi criada em 1935, na cidade de Goiás, a firma J. Câmara e Companhia, que é hoje o maior complexo de comunicação do Centro-Oeste. Tinha como sócios J. Câmara e Henrique Pinto Vieira.

Em 1937, a papelaria e tipografia da firma transferiram-se para Goiânia, numa sociedade que reunia os irmãos Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara. A idéia de fazer circular um jornal foi consolidada no dia 3 de Abril de 1938: com apenas dez funcionários e sob a direção de Joaquim Câmara Filho, circulou, pela primeira vez, o Jornal O POPULAR.

O Edifício O Popular, inaugurado em 1938, foi uma das primeiras edificações comerciais construídas na Avenida Goiás. Tem uma grande importância no contexto da Avenida, uma vez que guarda em sua história a marca e o início da trajetória de um grande grupo empresarial. O POPULAR foi o embrião e abriu caminhos para a consolidação da organização Jaime Câmara (OJC), *holding* que reúne as empresas do grupo. O POPULAR abriu caminhos para que fossem criados os demais veículos que a integram, entre os quais novos jornais e emissoras de rádio e televisão.

O Edifício O POPULAR foi a primeira construção da quadra em questão. Na década de 1940, construíram ao lado do Jornal a sede do BCIMG – Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, na qual, posteriormente, funcionou a Prefeitura de Goiânia. Neste trecho da Avenida, situam-se estão os edifícios mais antigos que abrigaram as principais e mais importantes atividades comerciais da cidade.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Jornal O Popular - 1980/1990	Loja de Classificados O Popular - 1990/2000	Loja de Classificados O Popular - 2000/2004
		Arquivo – fechado – 2004/2010

Fonte: O Popular.

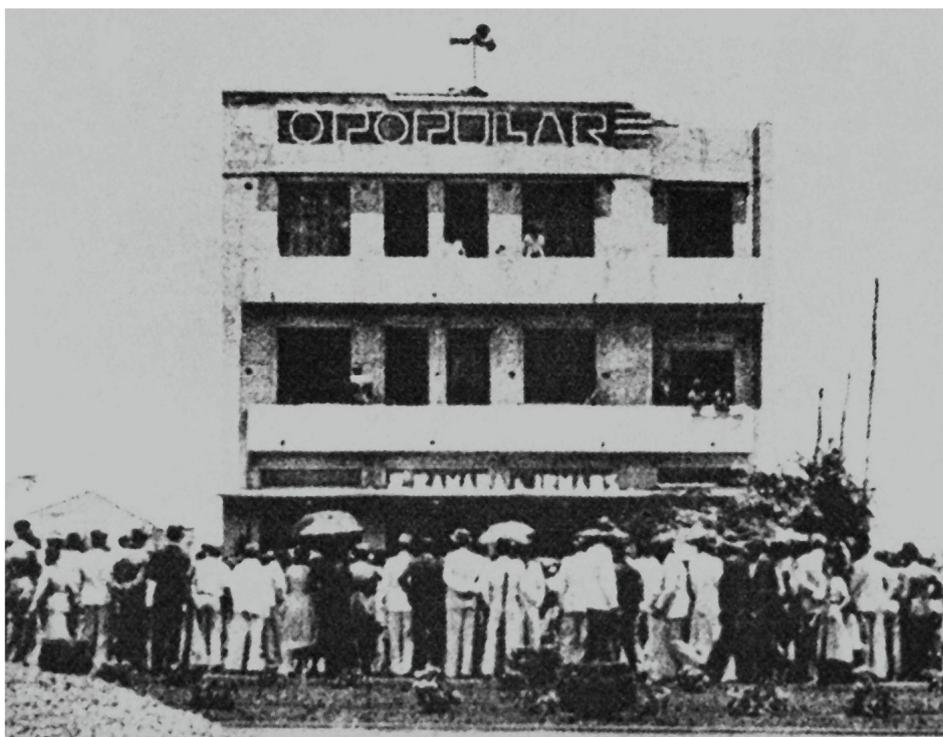


Figura 26 - Edifício O Popular 1938.
Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 27 - Edifício O Popular. Década de 1940.
Fonte: Silvio Berto. Acervo MIS-GO



Figura 28 - Edifício O Popular, 1954.
Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 29 - Edifício O Popular, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 30 - Edifício O Popular, 2008.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 31 - Edifício O Popular, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.2.5 - Caso 06 (Quadra 06, Lote 44)*.

A ACIEG - Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás -, quando constituída, localizava-se no Setor Campinas, em um prédio ao lado do Cine Teatro Campinas, na Praça Coronel Joaquim Lúcio. Seu primeiro presidente foi Licardino de Oliveira Ney.

A cidade de Goiânia foi se expandindo e os comerciantes também. A ACIEG cresceu junto. Já com vários associados, resolveu transferir a sua sede para o centro da cidade de Goiânia. Na década de 1950, foi construído o edifício, sede própria para abrigar a associação, na Avenida Goiás, em frente ao Jornal O POPULAR. Em atividade na Avenida Goiás, segundo Heno Jácomo Perillo, presidente em exercício de 1985 a 1988, hoje com oitenta anos, “as reuniões eram realizadas nas quintas-feiras, às 19:00hs, com grande número de empresários. Eram sessões concorridas, muitas vezes com presenças ilustres de governadores de Estados. Quando vinha alguma autoridade ou empresário de outros locais, era na associação comercial o local das reuniões”. Depois, ainda segundo Heno Perillo, o prédio “ficou pequeno, resolveram construir uma nova sede no Setor Oeste, transferindo para um local mais atrativo, com instalações mais modernas e amplas”. Recentemente, foi adquirida outra área, próxima ao Paço Municipal, para a construção e a transferência da nova sede.

O primeiro edifício-sede situado na Avenida Goiás foi vendido no ano de 2008 para que os recursos provenientes da venda elaborassem os projetos da atual sede. O antigo prédio da Goiás “ficou hipotecado por um período, em função de uma ação trabalhista. Fizeram reunião com empresários a fim de angariar recursos para a quitação do débito, tiveram muito êxito na arrecadação, liberando o edifício do ônus, pagaram a hipoteca” e o edifício foi colocado à venda, também com êxito.

Heno Perillo argumentou que a Avenida Goiás, historicamente,

é a mais importante avenida da cidade. Inicia-se na Praça Cívica, junto ao palácio do Governo, com grandes pistas com canteiros centrais, bancos onde frequentemente as pessoas sentavam. Nesta Avenida, até o limite da Paranaíba, abrigou o que tinha de melhor em termos empresariais. Quatro importantes bancos na Praça do Bandeirantes, um em cada esquina, prefeitura, assembléia

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Heno Jácomo Perillo, realizada em 06 de março de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.

Legislativa , jornal O POPULAR e FOLHA DE GOIÁS, Rádio Clube, restaurantes, lojas, agência da Varig, companhia aérea, Telegoiás, importante empresa de telecomunicações, INSS, previdência social, conservatório de música, entre outras.

Quando a ACIEG se transferiu para o Setor Oeste no ano de 1987, o edifício entrou para o mercado de locação, abrigando as seguintes atividades:

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Banco Agropecuário – 1987/1988	CEF - 1990/1993	Pastelândia – 2000/2004
CEF - 1988/1989	Pastelândia – 1994/2000	Rest.Kg. Brasileiro – 2004/2005
		Citi-financeira – 2005/2009
		Credcard-financeira -2009/2009

Fonte: Imobiliary.



Figura 32 - Edifício ACIEG. Década de 1950.

Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 33 - Edifício ACIEG. Década de 1960.
Fonte: Imobiliary



Figura 34 - Edifício ACIEG - Pastelândia, 1997.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 35 - Edifício ACIEG - Financeira, 2008.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 36 - Edifício restaurado, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.2.6 - Caso 07 (Quadra 07, Lote 59)*.

Após 1946, a Assembléia Legislativa instalou-se na Avenida Goiás junto ao edifício Leopoldo de Bulhões, construído aproximadamente em 1940 pelo senhor Issa Jabur, um comerciante nascido na Síria que mascateava mercadorias a cavalo no Vale do Rio Paranaíba. Era conhecido também como Manoel Jerônimo, devido a uma sua travessia no rio Paranaíba, segundo relatou seu filho, Jued Bittar, gêmeo de Jed Bittar: “De um lado do rio morava Manoel, do outro lado Jerônimo e, quando tinha que fazer a travessia, gritava de um lado pelo Manoel e, do outro lado, pelo Jerônimo. Como sua passagem era freqüente, ficou conhecido por Manoel Jerônimo”, nome adotado em português e que ficou registrado em uma placa na Igreja Ortodoxa de Goiânia São Nicolau, localizada na Avenida República do Líbano, como doador do terreno para a construção do templo.

O Sr. Issa casou-se em Catalão em 1903 e voltou para a Síria com a esposa e duas filhas. De volta ao Brasil, completou sua família de onze filhos, sendo cinco homens e seis mulheres. Chegou a Goiânia pela primeira vez no Governo de Coimbra Bueno. Trouxe sua atividade de comércio geral, no qual era atacadista de secos e molhados, e vendia tecidos, combustível e alimentos. Sendo “um homem de visão”, segundo seu filho Jued Bittar, construiu um edifício na Avenida Goiás para aplicação de capital, “pois acreditava muito na nova cidade do Estado”. Como empreendedor, após o término de sua obra, alugou a parte inferior do edifício, onde funcionou a Brasserie, confeitaria e bar mais refinado da cidade. Na parte superior, foi instalado um hotel, que “hospedou Getúlio Vargas na campanha para presidente” na década de 50. Getúlio Vargas não havia sido hóspede do palácio do governo porque era oposição ao partido do governador Coimbra Bueno. “O quarto em que se hospedou era simples, apenas com duas camas, onde dormiu juntamente com Gregório Fortunato, seu segurança particular, um homem negro muito agradável, eficiente e simpático com as pessoas”.

A Brasserie era o local onde a elite se encontrava, onde se realizavam “também grandes bailes de carnaval com muitos confetes e serpentinas”.

Hoje, o antigo edifício da SGPA, ao lado da Brasserie onde a Assembléia Legislativa havia se instalado, foi demolido, e o antigo edifício da refinada confeitaria

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Jued Bittar, realizada em 18 de Fevereiro de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.

encontra-se com sua fachada totalmente escondida atrás do painel de uma loja de utilidades domésticas.

Durante essas décadas, o edifício foi vendido para novos proprietários, que exploram o prédio como renda de aluguel no mercado de locação.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
	Ipanema Magazine – 1992/2000	Loja Mais – 2000/2010

Fonte: Ary A. Veiga Filho.



Figura 37 - Ed. Leopoldo de Bulhões - Brasserie Bar e Sorveteria. Década de 1940, (primeiro à direita).

Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 38 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 39 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 1997.
Fonte: Projeto Cara Limpa



Figura 40 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 41 - Quadra 07 - Ed. Leopoldo de Bulhões, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.2.7. Caso 08 (Quadra 08, Lote 60)*.

O edifício José Garcia foi construído em 1948 pelo comerciante Manoel Garcia, de origem espanhola. Quando chegou ao Brasil, com nove anos de idade, instalou-se em Urutaí – Goiás, onde foi um próspero comerciante de secos e molhados. Suas mercadorias eram comercializadas em uma espaçosa loja na cidade e para consumidores ao longo da estrada de ferro. Construiu uma escola agrícola: a Fazenda Modelo.

Veio para Goiânia em 1945, mas, no ano de 1938, já tinha adquirido imóvel na Avenida Anhanguera. Mudou-se para Goiânia porque “acreditava muito na nova capital.” Seu pai lhe dizia que nunca poderia “esquecer a cidade que estava nascendo”.

Sua atividade principal era o comércio e, quando chegou a Goiânia, comprou o bar Brasserie, mantendo o mesmo nome. Foi proprietário do Restaurante Marabá e também do Bar Royal.

O edifício José Garcia foi construído para abrigar o Bar Restaurante Marabá, que funcionou por um período de oito anos. Inicialmente, antes da década de 1980 o prédio foi locado pela primeira vez para o BEG, Banco do Estado de Goiás, em seguida para a empresa de telecomunicações Telegoiás, estando até hoje no mercado de locação com as seguintes atividades:

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Banco BBC – 1980/1989	Banco BBC – 1990/1999	American Bingo – 2000/2004
	Desocupado – 1999/1999	Restaurante Hong Kong – 2004/2009

Fonte: Imobiliary.

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Altamir Garcia, realizada em 29 de janeiro de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.



Figura 42 - Ed. José Garcia. Década de 1950.
Fonte: Hélio de Oliveira

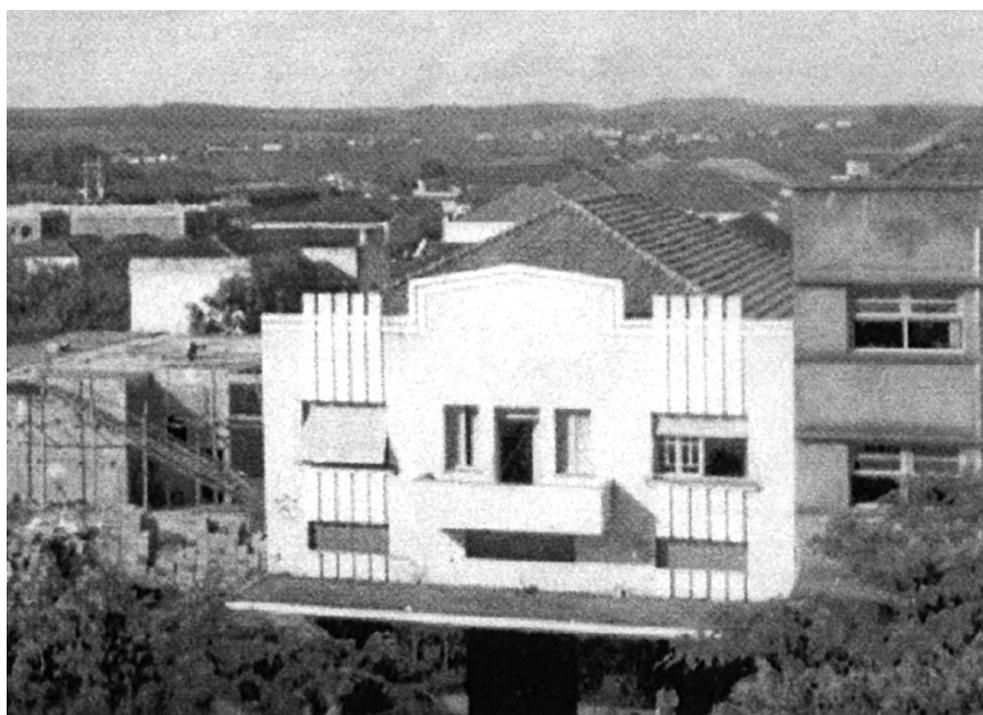


Figura 43 - Ed. José Garcia, 1953.
Fonte: Altamir Garcia



Figura 44 - Ed. José Garcia, 2000.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 45 - Ed. José Garcia, 2003.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 46 - Ed. José Garcia - Rest. Hong Kong, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 47 - Rest. Hong Kong - Det. Fachada, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 48 - Restaurante Hong Kong, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 49 - Quadra 08 - Rest. Hong Kong. 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.3. Estátua do Bandeirante

Goiânia, ainda hoje, é uma cidade modesta com relação aos seus monumentos. Possui poucos monumentos de expressividade.

Atílio Corrêa Lima propôs, na elaboração do projeto da cidade, em seu memorial descritivo, a construção de dois importantes monumentos: no cruzamento dos eixos das Avenida Goiás, Araguaia e Tocantins, ruas 10, 26, 34, e 35, deveria ser erguido um monumento comemorativo das bandeiras, das descobertas e das riquezas do Estado, figurando como homenagem principal a figura do Anhanguera; e na praça formada pelo cruzamento da Avenida Pedro Ludovico, deveria também ser construído um marco comemorativo da fundação da nova capital, em aroeira - madeira que serviu para a fundação da cidade.

Dentre os monumentos construídos em Goiânia, destaca-se a estátua do Bandeirante, localizada no cruzamento da Avenida Goiás com a Avenida Anhanguera, no coração da cidade, região central, hoje um monumento-referência.

Antônio Sylvio Cunha Bueno, de origem paulista, juntamente com outros estudantes goianos, liderou, em 1938, uma campanha pela qual os paulistas iriam homenagear os goianos com um monumento para a novíssima capital.

Segundo Rocha (2003, p.80), no dia 19 de março de 1938, os acadêmicos de direito abriram um livro de ouro para receber doações que foram colocadas em uma conta de uma agência paulista do City Bank. O dinheiro custeou as despesas do monumento esculpido pelo artista plástico Luiz Morrone. A inauguração demorou um pouco, pois se deu a 9 de novembro de 1942

Desde sua instalação, o calçamento, os jardins, as rótulas, ora espelho d'água, ora canteiros sem acesso, foram modificados, sendo que, no Projeto de Revitalização, ou seja, na reforma da avenida pela administração do prefeito Pedro Wilson, executado no ano de 2004, mais uma vez em função do transporte coletivo eixo Leste - Oeste, diminuiu-se a praça e aumentou-se a altura de sua base em quase três vezes mais do que era no projeto inicial. A perspectiva encontrada pareceu diminuir, no entanto, o tamanho da estátua do Anhanguera.



Figura 50 - Estátua do Bandeirante, 1942.
Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 51 – Estátua do Bandeirante. Década de 50.
Fonte: Hélio de Oliveira



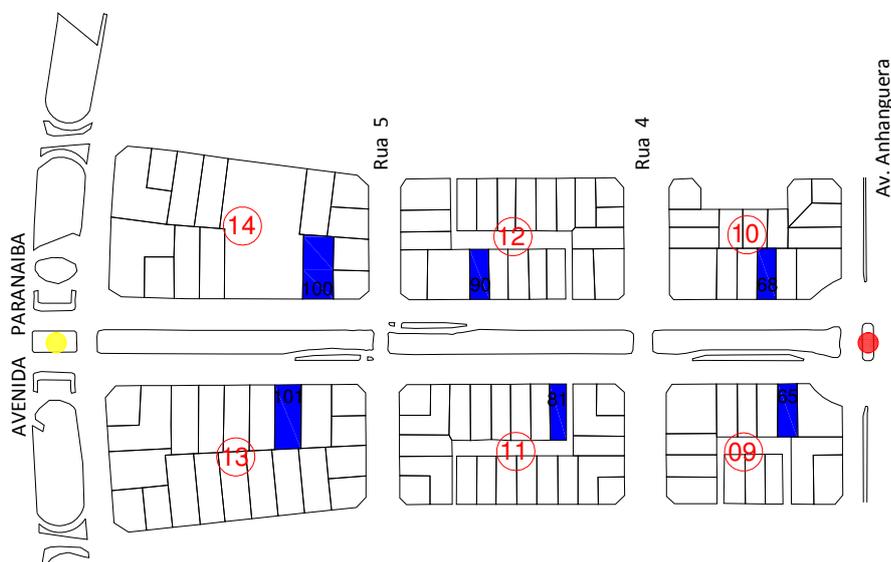
Figura 52 - Estátua do Bandeirante, 2000.
Fonte: Maria Diva Araújo



Figura 53 - Estátua do Bandeirante, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.4. As quadras - Trecho 2

Serão analisados, nesse trecho da avenida, (06) seis estudos de casos, da praça do Bandeirante, na quadra 09, até a quadra 14, antes da Avenida Paraníba, onde está localizado o busto em homenagem ao senhor Andreino Rodrigues de Moraes (Nenzão), doador das terras para construção da cidade de Goiânia.



Mapa 5 – Imóveis do Trecho 2
Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Julho 2009
Autoria: Ary A. Veiga Filho
Realização: Talles Henrique C. da Cruz

3.1.4.1. Caso 09 (Quadra 09, Lotes 65 e 67)*.

O Edifício Sandoval de Azevedo foi construído em 1954 pela empresa Sotenge Ltda, contratada pelo Banco Real de Crédito de Minas Gerais, para construir a sede da agência deste banco na cidade de Goiânia.

O responsável pela obra foi o Sr. José Cavalcante Mundim, gerente do banco e conhecido como Sr. Mundim. Quando chegou a Goiânia, transferido de Ipameri, segundo seu filho Lupércio Mundim, foram morar na rua 10, entre a Praça Cívica e o córrego Botafogo:

não havia luz, nem água encanada, não tinha asfalto no bairro. Entre as vias na rua 10, não tinha o canteiro central como hoje, com calçamento e bem arborizado. A luz vinha do lampião. Apenas o centro da cidade, entre a Avenida Araguaia e Tocantins, tinham energia e ruas asfaltadas.

O arquiteto mineiro Sandoval de Azevedo, que foi homenageado com o seu nome no prédio, veio de Belo Horizonte como responsável técnico pela obra. Foi um dos primeiros prédios comerciais da cidade, um dos mais altos na época: de cima tinha uma vista estonteante - via-se o Palácio das Esmeraldas de um lado e a estação ferroviária do outro, viam-se Campinas e o Bairro Popular no sentido leste-oeste, tinha-se uma visão geral da cidade.

Lupércio Mundim sempre pedira ao seu pai que, quando o edifício ficasse pronto este o levaria até a última laje. E com doze anos de idade, no término da obra, a promessa foi cumprida. Chegou ao local em “um carro americano de nome Pontiac, onde circulavam tranquilamente pelas avenidas, pois o trânsito era muito tranquilo, estacionar era fácil inclusive os veículos paravam de bico para o canteiro central da Avenida Goiás, estacionavam em forma de escamas”.

Pegaram um elevador da obra “todo de madeira”, conduzido pelo trabalhador responsável pelo serviço. Ficaram alguns minutos observando a bela paisagem e, segundo disse Lupércio Mundim “foi uma pena não ter uma máquina fotográfica”, pois teria feito belas fotos. Chamaram o maquinista, entraram no elevador de madeira para descer, mas, de repente, foram surpreendidos pela falta do freio: “houve um defeito, despencamos do último andar”. O Sr. Mundim agarrou o filho e, segurando em uma trave de madeira, o

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Péricles Lupércio Cavalcante Mundim, realizada em 09 de março de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.

abraçou. Foi um impacto grande: bateram “forte no chão” e, por sorte, o filho estava preso no colo do pai. O Sr. Mundim teve apenas algumas “escoriações e fortes dores na perna que dias depois desapareceram”.

Quando a obra foi finalizada, conforme relatou Lupércio Mundim,

não se falava em crise. Foi feita uma construção de projeto arrojado, primoroso, com todo o acabamento vindo de Belo Horizonte, as maçanetas personalizadas com a logomarca do banco, as luminárias não havia nada parecido em Goiânia, tudo de primeiríssima.

Ficaram espantados com o resultado final: “era uma edificação primorosa, um banco muito bonito”.

Na inauguração, as pessoas “exclamavam e admiravam, pois foi muito bem decorado, com um mobiliário bastante moderno”. Uma grande rampa lateral iniciava-se no piso térreo e ia até o mezanino, onde ficava a gerência. Após o mezanino, no terceiro andar, em ambiente fechado, ficava a parte administrativa, exclusiva dos funcionários. No andar superior, estava a residência do gerente.

O apartamento tinha uma ligação com o banco através de uma escada privativa de acesso só para os moradores do apartamento e alguns trabalhadores do banco. Lupércio Mundim muitas vezes descia à noite a escada para “assustar os funcionários do banco que estavam trabalhando na tesouraria e na limpeza”. Descia armado com seu “revólver de espoleta, chapéu de cowboy e gritava: ‘Mãos ao alto, é um assalto!!!’ O Sr. Walter, o tesoureiro, ficava no escritório “contando as notas em uma mesa cheia de dinheiro”. Um dia, o filho foi repreendido pelo pai, a pedido do Sr. Walter, o que sempre era surpreendido pelo falso assalto.

O banco financiou a construção do Aeroporto Santa Genoveva, a estrada asfaltada ligando Goiânia a Inhumas e a Hidrelétrica de Cachoeira Dourada.

O Edifício Sandoval de Azevedo abrigou importantes atividades, escritórios consultórios e empresas. Na cobertura do edifício, funcionou o Clube dos Funcionários, onde sempre ocorriam *happy hours*, aniversários, noivados e até casamentos. Era um bar-restaurant “bonito, com garçons bem vestidos de ternos brancos”. Tinha duas varandas e vistas opostas para a Avenida Goiás e Campinas, lugar requintado com vista larga, uma espécie de bar que atendia aos funcionários e convidados.

Foi um dos primeiros edifícios com elevador na cidade. Por trauma, Lupércio

Mundim não confiava muito no equipamento que, “às vezes, disparava ou ficava preso e enguiçava”. Preferia descer o prédio pelas confortáveis e amenas rampas, que ligavam todos os andares. De fato, as rampas são bastante interessantes para edifícios altos com vários pavimentos: sendo um dos poucos prédios em Goiânia com essa solução de circulação vertical.

Ao lado, na parte térrea, porta a porta, funcionou a empresa de transporte aéreo Real Aerovias, que encerrou suas atividades dando lugar à extinta VASP. Foi um importante edifício comercial, abrigando escritórios de médicos e dentistas, construtoras, inclusive o escritório da Bolsa de Valores.

Após o encerramento das atividades em 1996, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi adquirido pelo Banco Bradesco, que continuou instalado na parte térrea por mais cinco anos.

A loja térrea com frente para a Avenida Goiás e fundos para a viela, onde funcionaram as agências dos bancos, foi leiloadada posteriormente pelo Banco Bradesco e abrigou as seguintes atividades:

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Banco real de Crédito de Minas Gerais – 1980/1990	Banco real de Crédito de Minas Gerais – 1990/1996	Banco Bradesco – 2000/2001
	Banco Bradesco – 1996/2000	Desocupado – 2001/2004
		American Indústria e comércio Ltda. (Jogos eletrônicos) – 2004/2006
		Ektimal Al Jlais comércio ltda. (Premium Cyber Café) – 2006/2007
		Desocupado – 2007/2010

Fonte: Imobiliary.



Figura 54 - Edifício Sandoval de Azevedo, 1953.
Fonte: Mundim



Figura 55 - Edifício Sandoval de Azevedo, 1954.
Fonte: Mundim



Figura 56 - Agência do Banco de Crédito, 1954.
Fonte: Mundim



Figura 57 - Agência do Banco de Crédito, 1955.
Fonte: Mundim



Figura 58 - Mezanino interno do banco, 1954.
Fonte: Mundim



Figura 59 - Circulação vertical (rampas), e maçaneta personalizada, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 60 - Edifício Sandoval e Av. Goiás, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

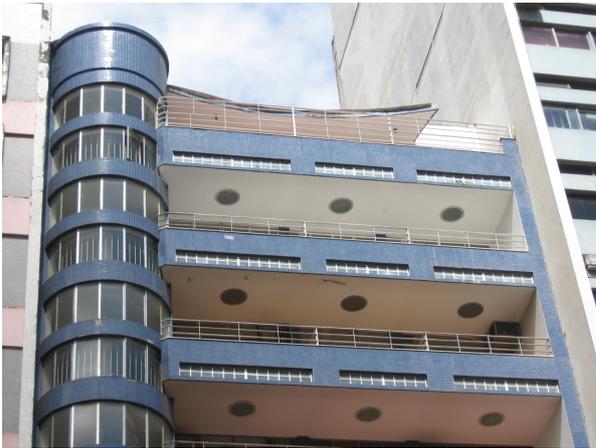


Figura 61 - Edifício Sandoval - Detalhes, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.4.2. Caso 10 (Quadra 10, Lote 68)*.

Este edifício comercial GM (Goiânia Magazines) é constituído de uma grande loja térrea com um pavimento superior. Possui acesso pela Avenida Goiás e por uma praçinha localizada nos fundos. É possível atravessar a quadra de um lado para o outro passando pelo interior da loja. Segundo Humberto Luis Castro, o comerciante instalado no local, o terreno ficava ao lado de uma viela - as pequenas ruas internas propostas por Atílio Corrêa Lima no projeto urbano inicial. Posteriormente, parte da viela foi adquirida da prefeitura para ampliação da construção. Foi construído na década de 1960, com a finalidade de investimento e renda de locação.

Segundo Humberto Castro, o Banco Geral do Comércio permaneceu no local anteriormente por uns 20 anos, com uma agência no edifício. Após a desocupação do banco, e depois de aproximadamente um ano fechado, o comerciante interessado no imóvel ficou “durante um tempo analisando o local com o intuito de instalar uma loja de 1,99”. Decidido a montar o negócio, procurou o proprietário com o qual ficou “seis meses negociando a locação, porque, a princípio, não tinham interesse em realugar o prédio”. O banco fechou em 1995 e, em 1996, iniciou-se a loja de 1,99, a primeira loja de Goiânia com esse *modus operandi* comercial que, hoje, é atividade bastante difundida e concorrida, com muitas lojas do mesmo tipo na região central da cidade.

Quando procurou o local para instalação da loja sabia que

necessitava de um ponto com grande fluxo de pessoas, a Avenida Goiás ainda não tinha o fluxo desejado pois as pessoas circulavam em grande quantidade muitas vezes superior na Avenida Anhanguera, próximo à Praça do Bandeirante, que era também o ponto dos camelôs espalhados pelas calçadas .

Os camelôs concentrados na Avenida Anhanguera foram removidos para o calçadão da Avenida Goiás. Estavam espalhados por todos os lugares da região central. Dificultavam os negócios dos comerciantes locais,

porque os produtos vendidos na loja eram os mesmos contrabandeados do Paraguai: eletrônicos brinquedos, porcelanas etc. Vendiam mais barato pelo fato das lojas terem que comprar suas mercadorias através de importadoras, aumentando o custo final do produto.

Quando se instalou na Avenida Goiás, segundo o comerciante, o fluxo de pedestres não era tão grande. Como estava próximo da Anhanguera, apostou, em “trazer e

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Humberto Luís Barbosa de Castro, realizada em 19 de março de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.

atrair o pessoal da Anhanguera para a Goiás”, que era tradicionalmente um local de mais escritórios e bancos. No momento, o fluxo de pessoas na Avenida Goiás é “apenas um pouco menor do que o da Anhanguera, satisfazendo a sua demanda”. Hoje a loja mudou o seu produto, tornando-se um comércio de variedades.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Banco Geral do Comércio – 1980/1990	Banco Geral do Comércio – 1990/1995	Goiânia Magazine – 2000/2010
	Desocupado – 1995/1996	
	Goiânia Magazine – 1996/2000	

Fonte: Imobiliary.



Figura 62 - Edifício GM (acesso Av. Goiás), 2009.

Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 63 - Edifício GM (acesso praça), 2010.

Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 64 - Ed. Goiânia Magazine e Av. Goiás, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 65 - Ed. Goiânia Magazine, 2010
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.4.3. Caso 11 (Quadra 11, Lote 81)*.

O Edifício Comercial Flávia foi inaugurado em 23 de Janeiro de 1963, no segundo trecho abaixo da Avenida Anhanguera, quando se iniciou a verticalização do centro da cidade, na década de 1960, e onde estão localizadas as edificações mais recentes. É uma construção com seis pavimentos e um elevador, composta de salas comerciais que abrigaram escritórios e empresas.

No local, instalaram-se agências de publicidade, como a conhecida e pioneira Cannes Publicidade, também a Pedreira Izaira, Terra Cap Imobiliária, Serra Negra Engenharia, Mineração Serra Grande, mais um escritório político do PMDB.

A entrada do prédio é feita pela lateral, com acesso pela viela. No início, o local foi frequentado por empresários que estacionavam seus carros na viela, segundo um proprietário atual de uma sala com escritório:

O movimento de carros na avenida, naquele trecho, era pequeno. Os carros estacionavam na viela e eram vigiados por um rapaz que praticamente se apropriou do espaço público - atendia a todos com muita simpatia, cuidava dos carros, manobrava quando necessário, lavava e dava notícias de todos. Era uma figura marcante e sempre presente no local. Pelo seu trabalho recebia gorjetas.

A Avenida Goiás sempre foi caracterizada como uma via comercial. No entanto, ao lado do Edifício Flávia, objeto desse estudo de caso, antes de sua construção, foi edificada uma residência assobradada, em estilo colonial, praticamente a única da Avenida. Interessante é que essa casa não foi demolida. Mesmo com algumas alterações, podem-se observar as características do antigo sobrado, como o alpendre revestido em pedras, a escada na sala e, no pavimento superior, os quartos onde o proprietário da loja reside. Na parte térrea do Edifício Comercial Flávia, possui uma loja comercial onde funcionaram diferentes atividades. A Bolsa de Valores foi a primeira atividade do imóvel, permanecendo no local até o ano de 1973. Outras empresas se instalaram conforme tabela abaixo.

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Luís Antônio de Carvalho, realizada em 23 de fevereiro de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Consórcio Coplavem – 1980/1982	Paraíso Colchões – 1990/1995	Livraria Opção Cultural – 2000/2010
Desocupado – 1982/1984	Desocupado – 1995/1996	
Malharia Catarina – 1984/1987	Livraria Opção Cultural – 1996/2000	
Desocupado – 1987/1989		
Paraíso Colchões – 1989/1990		

Fonte: Ary A. Veiga Filho.



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 66 - Edifício Flávia, 2009.

Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.4.4. Caso 12 (Quadra 12, Lote 90).

O Edifício Cical foi construído na década de 1990 para ser sede da empresa Cical Indústria e Comércio, que ficou por um período instalada no local. Posteriormente, foi vendido para um comerciante que instalou, na parte térrea, uma loja de roupas. Os dois outros pavimentos superiores foram locados para a escola Cebrac, escola de cursos profissionalizantes. Está localizado no segundo trecho da avenida, onde as construções são mais recentes e modernas, ao lado da sede do BRB, uma imponente agência do Banco Regional de Brasília. Neste trecho da avenida, onde o fluxo de pedestre é menor, predomina também o comércio de produtos populares.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
-	Cical Ind.e Comércio – 1990/2000	Veste Total – 2000/2009

Fonte: Imobiliary.



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 67 - Edifício Cical, 2009.

Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 68 - Veste Total, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 69 - Quadra 12 - Edifício Cical, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.4.5. Caso 13 (Quadra 13, Lote 94/101)*.

Em fase de expansão, o Grupo Fujioka adquiriu um terreno na Avenida Goiás para construção de uma sede. Na época, a revelação de fotografia era uma técnica bem comercializada nas lojas. Acreditaram que aquele local na avenida seria “um bom ponto comercial, pois estava no centro, com fácil acesso” e necessitavam de uma nova sede com estacionamento. Funcionou durante muitos anos com grande movimento e, “até hoje, atende, sendo um local bastante procurado e conhecido” pela sua fiel clientela. Desde sua inauguração, mantém a atividade comercial para a qual foi planejado.

Segundo Katsume Fujioka, a história desse imóvel na Avenida Goiás, de número 959 e que mantém ainda hoje o mesmo número inicialmente registrado, começa em novembro de 1974:

Adquirimos o terreno e a nossa intenção foi de colocar neste lote um prédio que abrigasse nossa diretoria administrativa, sendo que, em uma parte, abrigaria uma loja comercial e, no fundo, uma central de laboratório de revelação colorida.

A década de 1970 foi a década da fotografia colorida e o laboratório neste local foi e é hoje uma das maiores centrais de laboratórios fotográficos do Brasil.

Fomos para Avenida Goiás por uma questão de oportunidade, ao encontrar um terreno bem localizado em uma larga avenida, onde prevemos na parte da frente um recuo para estacionamento de veículos.

Na época, tivemos também a oportunidade de comprar o lote do fundo com frente para a Rua Sete. Acabamos fazendo um imóvel muito bom que abrigou durante um bom tempo todas estas atividades, que eram a loja, a administração do Fujioka e a central de laboratório. Com isto foi para nós um período de maior redenção de nossa empresa.

Neste local, construímos a sede e diria que foi um dos maiores marcos na história da empresa, porque montamos o laboratório que começamos modestamente e acabamos sendo o maior laboratório de Goiânia.

Em 1979, com o tamanho sucesso que teve a fotografia colorida, a empresa Fujioka expandiu-se para Brasília, iniciando-se um outro histórico. De 1979 a 1988, “ não podemos esquecer que o nosso sucesso foi o laboratório da Avenida Goiás. Este laboratório nos proporcionou, na época, a centralização dos laboratórios fotográficos”.

Na década de 1980 e 84, começaram a surgir laboratórios de revelação em uma hora e, então, o laboratório central da firma deixou de ser importante, desde que, para cada loja da empresa, foi adquirido um equipamento de revelação: “tudo que fazíamos na década de 1970 era enviado para o laboratório central. Aí veio a modernidade de revelação em 1 hora, onde instalamos em cada loja os equipamentos de revelação”.

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Katsume Fujioka, realizada em 30 de março de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.

Contudo, o grupo ainda manteve o laboratório central, modificando-lhe as funções: “hoje é um conceito totalmente diferente. Hoje é um laboratório digital agregando junto uma gráfica rápida com tecnologia digital. Mudou, hoje está totalmente mudado, é uma nova oportunidade de negócio, porém ainda concentrado neste imóvel”.

Desde 1974 até hoje preservamos a atividade mais importante da empresa que é a fotografia onde mantemos até hoje na Avenida Goiás. Por isto esta sede é tão importante para o Fujioka. É para nós um edifício bem localizado que cumpriu e cumpre muito bem sua função.

Interessante também são os primeiros edifícios residenciais localizados ao lado do Fujioka, configurando a verticalização da Avenida Goiás. São os conhecidos edifícios da família real: Princesa Isabel, Dom Pedro I, Dom João VI, Dom Pedro II, com doze e oito pavimentos.

Estes edifícios foram, por um período de tempo, os melhores e mais caros prédios de apartamentos da cidade, morando ali apenas pessoas de alto poder aquisitivo. A sua desvalorização deveu-se a que não possuem garagens - na época de sua construção os carros eram deixados em estacionamentos e ao longo da Avenida Goiás, que havia espaço suficiente para todos, não sendo a garagem uma prioridade dos empreendimentos.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Fujioka – 1982/1990	Fujioka – 1990/2000	Fujioka – 2000/2010

Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 70 - Edifício Fujioka, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.4.6. Caso 14 (Quadra 14, Lote 100)*.

Quando o Sr. Gilberto Marques foi construir o edifício que leva o seu nome, no início da década de 1950, ficou sabendo de um engenheiro italiano que fazia obras em São Paulo:

então o meu pai o contratou e veio para Goiânia construir o edifício. Desde então é conhecido como “balança mais não cai”, que na verdade tinha outro nome. Meu pai mesmo não importava com esta denominação. Ele mesmo também o chamava de balança mais não cai.

O edifício ficou conhecido popularmente por esse nome, porque, quando estava sendo construído, já com a estrutura pronta, o Sr. Gilberto Marques teve um desentendimento com o engenheiro italiano, que foi embora, abandonando a obra.

Ora!!!! Meu pai sendo um homem muito inteligente, muito empreendedor e corajoso disse: ‘bem agora a estrutura que era o mais importante já está pronta, já feita. Agora é só levantar as paredes. Então, não vou atrás de um outro engenheiro, até porque em Goiânia não tem e tenho que trazer de São Paulo ou outro estado mais desenvolvido’.

Segundo Gilberto Marques Filho, ele, então, concluiu a obra sem o acompanhamento de um engenheiro, embora toda a estrutura já tivesse sido feita sob a coordenação do engenheiro italiano. Com a edificação da obra sem o engenheiro, segundo Gilberto Marques Filho, o então governador embargou os trabalhos.

A obra foi embargada e ele não deu muita importância. Eu devia ter uns dois anos... sendo um dos primeiros prédios. Tanto é que, quando íamos para a fazenda de minha avó, víamos na saída o prédio no descampado, que, na época, era bastante alto e avistado de longe. Ficava isolado, era único.

De forma que, pelo fato de ter sido embargado, correu pela cidade o boato de que aquele edifício tão grande, construído por um fazendeiro que não tinha noção nenhuma de edificações, sem a presença do engenheiro, balançava. As pessoas chegavam a jurar que viram o prédio balançar. Por isso veio o apelido de “Balança Mais não Cai”. Bem, isto, obviamente, que era uma ilusão: o concreto não balança; se balançar ele cai.

A verdade é essa, era fantasia do povo. Faziam fuxico, querendo destruir o empreendimento que meu pai tinha feito com a intenção de alugar os apartamentos. Não construiu para vender, construiu para alugar. Foi um investimento, porque Goiânia estava crescendo e chegando várias pessoas de diversos lugares: Rio, São Paulo - o que ajudou a este prédio ser habitado. Pessoas de fora o habitaram, até porque eram menos desconfiados, tinham conhecimento em edificações. Cariocas, paulistas diziam que era uma beleza,

* Este estudo de caso teve por base a entrevista com o Sr. Gilberto Marques Filho, realizada em 22 de março de 2010. Os períodos entre aspas ou vazados referem-se às citações literais do entrevistado.

sabiam que o prédio não ia cair, sabiam que não balançava, pois, se balançasse, cairia também.

Não tem sentido, como meu pai dizia: ‘concreto não balança e se balançar cai’. Este pessoal de fora, de grandes centros que começaram a alugar os apartamentos. pois o goiano tinha medo de morar no prédio.

Segundo Gilberto Marques Filho, o edifício foi o primeiro prédio residencial com elevador. Em Goiânia, havia apenas o Grande Hotel com esse equipamento, de propriedade do estado, mas não funcionava. Só o Hotel Presidente tinha também um elevador para os hóspedes e era pequeno.

Mais tarde, o prédio passou a ser habitado também por estudantes, geralmente jovens e mais atirados, que vinham do interior para estudar na capital. Já era habitado também por pessoas de fora, mais esclarecidas, que não temiam os boatos.

O embargo foi feito no governo de Juca Ludovico. Era estranho, porque não era atribuição do governo e, sim, competência do município. Não sabemos por que o governador teria entrado nesta questão. Mas, de qualquer forma, não era da minha época. Mas meu pai dizia que foi o Dr. Juca.

Então, este imóvel foi de propriedade de meu pai por longos anos... Tanto que cheguei a frequentar e morar no local posteriormente. Levava os companheiros e amigos que queriam andar de elevador, porque não tinha em outro local, apenas no Grande hotel, mas lá não iam andar, e não funcionava. No Hotel Presidente não autorizavam.

No edifício, havia filas populares para andar de elevador. “As pessoas ficavam curiosas e meu pai autorizava: ‘vamos, sim, deixar as pessoas conhecerem’. O elevador sempre funcionou... não sei hoje como está o estado do prédio. Na época, o pai era o proprietário e deixava o elevador em condições de uso. Dizia que toda a tubulação de água foi feita em canos de cobre e que foram muito bem instaladas. Não tenho certeza, mas penso que deve ter sido construído no final de 1940 ou início da década de 1950. Quando tinha 08 anos é que de fato vim frequentar o prédio. Meu pai o vendeu bem depois. Foi proprietário deste edifício durante muito tempo. Vendeu para o Sr. Antônio, que mudou o nome para de Ed. Itumbiara. Depois meu pai continuou a construir outros prédios na Vila Nova, não saiu totalmente da atividade de construtor.

O Ed. Itumbiara é composto de quatro pavimentos residenciais, na parte térrea contituído de quatro pequenas lojas comerciais.

Atualmente, o imóvel é patrimônio familiar, herdado do Sr. Antônio M. dos Santos, vulgo “BUTELO”, e nele residem até hoje os seus filhos.

Em decadência, o prédio é composto de vários apartamentos e quitinetes por andar, possui um fosso de elevador com o equipamento totalmente desativado há vários anos.

Durante muitos anos, pequenas lojas térreas foram locadas para pequenos comerciantes, predominando lanchonetes, bares e restaurantes.

Tabela de Atividades		
Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Bares e lanchonetes – 1980/1990	Bares e lanchonetes – 1980/2000	Restaurante Nunes – 2000/2010
		Jacob Bolsas – 2009/2010
		Suki Salgados – 2007/2009
		Dolce e Merenda – 2009/2010

Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 71 - Edifício Itumbiara, 2009.

Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 72 - Ed. Itumbiara - Jacob Bolsas, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 73 - Quadra 14 - Edifício Itumbiara, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

MAPA DE ATIVIDADES DOS ESTUDOS DE CASOS NA DÉCADA DE 1980



Legenda:

	Bancos		Jornal O Popular
	Bares e lanchonetes		Livrarias
	Imóveis desocupados		Lojas
	Instituições públicas		

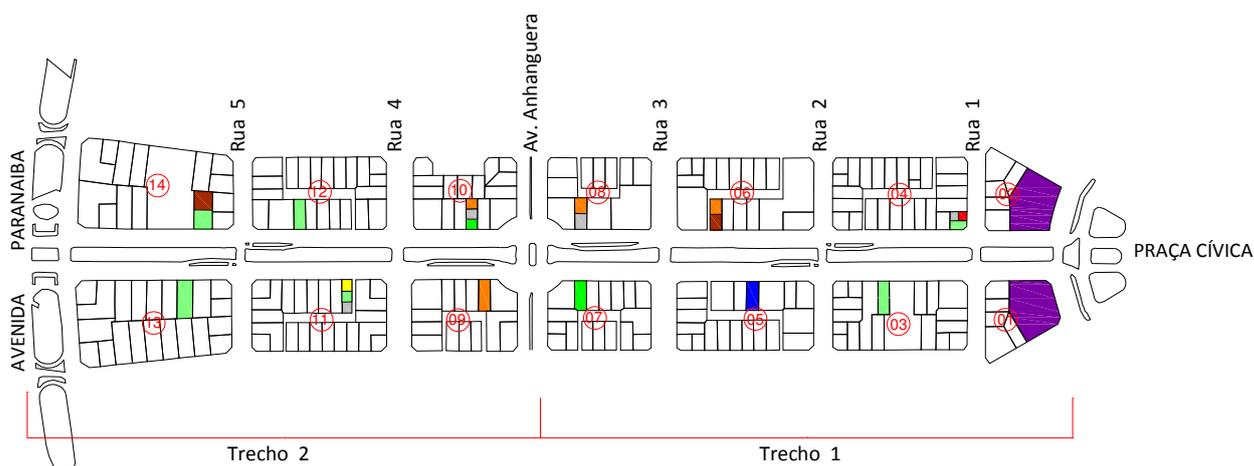
Mapa 6 – Atividades dos estudos de casos na década de 1980

Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Dezembro 2009

Autoria: Ary A. Veiga Filho

Realização: Talles Henrique C. da Cruz

MAPA DE ATIVIDADES DOS ESTUDOS DE CASOS NA DÉCADA DE 1990



Legenda:

	Bancos		Jornal O Popular
	Bares e lanchonetes		Livrarias
	Financeiras		Lojas
	Imóveis desocupados		Lojas de utilidades domésticas
	Instituições públicas		

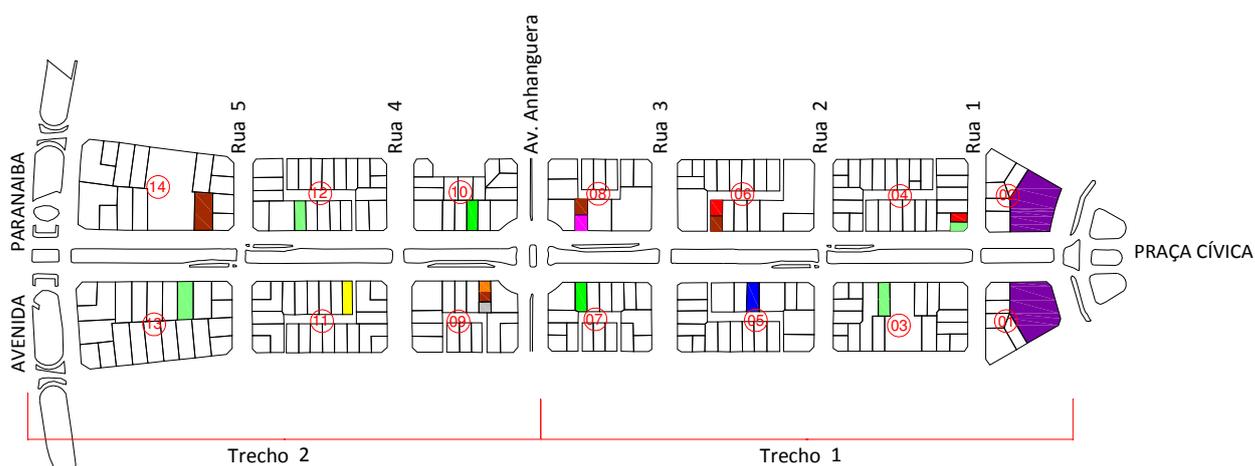
Mapa 7 – Atividades dos estudos de casos na década de 1990

Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Dezembro 2009

Autoria: Ary A. Veiga Filho

Realização: Talles Henrique C. da Cruz

MAPA DE ATIVIDADES DOS ESTUDOS DE CASOS NA DÉCADA DE 2000



Legenda:

	Bancos		Jornal O Popular
	Bares e lanchonetes		Livrarias
	Financeiras		Lojas
	Imóveis desocupados		Lojas de utilidades domésticas
	Instituições públicas		Restaurantes

Mapa 8 - Atividades dos estudos de casos na década de 2000

Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Dezembro 2009

Autoria: Ary A. Veiga Filho

Realização: Talles Henrique C. da Cruz

3.1.5. Busto de Andreino Rodrigues de Moraes

A Paranaíba foi concebida originalmente com uma larga faixa que cruza e separa, na Avenida Goiás, a Zona Comercial, da Zona Industrial. Com grandes canteiros centrais e largura monumental, deveria ser bem arborizada, reservada para feiras e todos os divertimentos ou comércios periódicos. As árvores antigas, mangubas, que antes sombreavam as calçadas no canteiro central foram retiradas na administração do prefeito Pedro Wilson para dar lugar a um mercado aberto com cobertura permanente. Nele são vendidos produtos populares.

Da Praça Cívica até a Avenida Paranaíba, finalizamos a nossa pesquisa onde foi construído o busto em homenagem ao Senhor Andreino Rodrigues de Moraes (Nenzão), doador das terras para a construção da cidade de Goiânia.



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 74 - Busto - Andreino R. de Moraes, 2010.

Fonte: Ary A. Veiga Filho

3.1.6. Atividades Informais

As atividades informais têm sido, tradicionalmente, identificadas, no Brasil, com as práticas de trabalho mais relacionadas à luta pela sobrevivência. Nos dias de hoje, prolifera em todas as cidades brasileiras, principalmente na sua forma de comércio de rua.

Na maior parte das vezes, esse comércio é exercido por um conjunto expressivo da população que se encontra excluída das regras formais da proteção social e trabalhista. Não há cidade ou vila cujas ruas e calçadas não tenham sido palco do cotidiano de ambulantes e feirantes, exercendo uma forma comercial tão antiga, assistemática e informal.

A nova era denominada de pós-mercado, em que o emprego é cada vez mais escasso, impõe alternativas ao chamado trabalho formal. Os salários cada vez mais achatados, o ritmo acelerado do trabalho, o desemprego tecnológico, a crescente distância entre os pobres e os ricos, a dramática diminuição da classe média semeiam a incerteza no meio do denominado exército de reserva, ou melhor, na massa de desempregados.

O avanço tecnológico extinguiu milhões de postos de trabalho na economia formal e, intimamente ligado à vida e à evolução das próprias cidades brasileiras, o trabalho informal prolifera e torna-se um dos problemas crônicos das metrópoles. Goiânia não foge à regra e, embora nela tenham sido criados vários espaços destinados a este tipo de comércio, eles nunca parecem ser suficientes.



Figura 75 - Vendedora de Mapas na Av. Goiás, 2010.

Fonte: Ary A. Veiga Filho

Luzia Sabino de Paiva*, separada, mãe de duas filhas, há muitos anos trabalha na informalidade. Hoje possui um ponto fixo na Avenida Goiás, onde vende mapas.

Meu trabalho aqui é durante toda a semana de segunda a sexta feira das 9:00 horas da manhã até as 17:00 horas. Trabalho toda a semana. Primeiramente atribuo a esta meu trabalho uma porta que Deus abriu para mim aqui neste lugar, neste ponto. Já fazia este trabalho há alguns anos, vendendo mapas nas agências bancárias do centro. Depois parei de andar e me estabeleci neste local, dando também continuidade ao trabalho do Sr. Pedro Damasceno, um antigo vendedor de mapas que tinha um ponto aqui na Avenida Goiás, na praça do Bandeirante. Ficou aproximadamente 33 anos exercendo esta atividade. Foi o seu principal trabalho e sua principal fonte de renda, sustentou toda a família com recursos provenientes da venda dos mapas.

Graças a deus, é através desta atividade que tiro o meu sustento. Vim para a rua porque não tinha outras alternativas de trabalho e isto aqui foi uma porta que se abriu para mim. Gosto muito de fazer este trabalho e me sinto muito bem em estar aqui na rua.

Conheci muitas pessoas aqui, tenho meus clientes, tem gente de todos os lugares, vendo muito para pessoas de outros estados e até mesmo de outros países, para estrangeiros. Tenho clientes que voltam e que me indicam para outras pessoas.

A senhora Luzia de Paiva conhece muitas pessoas que trabalham nas calçadas e que também sobrevivem dessas atividades informais. São amigos, trabalhadores, “pessoas corretas que lutam pela sobrevivência”.

Chego aqui de manhã e já monto os mapas que ficam dependurados em uma corda presa na parede. Fico a maior parte do tempo em pé. Trabalhando com vendas de mapas tem apenas eu com o meu ponto, estando aqui há mais de sete anos neste local sendo a única vendedora de mapas nas proximidades.

Vendem todos os tipos de mercadorias aqui nas calçadas. Tenho uma autorização da prefeitura para vender, se não tiver não permitem, é um documento de autorização. Não posso te mostrar como é porque deixei em casa. Passo o dia todo e a semana aqui, almoço no restaurante ao lado. Quando vou embora no final do expediente, guardo a mercadoria no restaurante Hong Kong, ao lado. É muita coisa para levar para casa, não tem como levar de ônibus. Moro de aluguel no setor dos funcionários.

Segundo ela, mantém a sua casa com esta atividade, sua única renda: paga o aluguel, ajuda as filhas, está satisfeita com o trabalho. Gosta de trabalhar na rua, porque já se acostumou a isso: “converso o dia todo. A hora de almoçar é muito engraçado: compro meu marmiteira e sento em um banquinho, as pessoas passam e olham para minha marmiteira, passam perto e ficam curiosas para saber o que tem dentro”.

Está no local porque o movimento é grande, gosta do centro da cidade e acha o local muito bonito. Tem disposição e responsabilidade:

* Luzia Sabino de Paiva foi entrevistada dia 31 de março de 2010. As aspas e os vazados referem-se à citação literal da entrevistada.

Às vezes as pessoas procuram um determinado mapa e naquele momento não tenho. Aí, marco para a pessoa voltar e pegar no outro dia. Tenho que ter compromisso e responsabilidade com o cliente. Compro os mapas de fornecedores de uma editora de Goiânia e outras três de São Paulo. São mapas atualizados, com material plastificado. Tenho mapas só do Brasil, outro dos estados: tenho de um em um estado, várias cidades, continentes, mapa-múndi e também do corpo humano, de anatomia. De Goiânia é a Editora Centro-Oeste, e uma de São Paulo, a Multimapas.

Já aconteceu de passar o dia todo sem vender nenhum mapa, mas isto é muito raro, tanto que continuo aqui mantendo este meu trabalho, esta atividade que é minha principal fonte de renda.

A cidade tem um papel nas transformações do processo de produção, nos quadros da reprodução social. A cidade se revela apresentando o quadro da generalização da troca da constituição do mundo da mercadoria, da instauração do cotidiano, da concretização, na ordem local, da ordem distante, apontando, no lugar, a realização da sociedade enquanto sociedade urbana. Nessa perspectiva, o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando conceitos parciais, e impõe o método que pensa a prática urbana em sua totalidade num plano mais amplo do que aquele da reprodução das relações sociais.

A realidade urbana, em sua totalidade, desenha possibilidades no horizonte da vida cotidiana na cidade, numa perspectiva capaz de iluminar a armadilha da redução do sentido da cidade àquele de condição de reprodução do capital, ou da dominação do Estado, esvaziada do seu sentido humano. É assim que a problemática urbana se refere ao homem, à sociedade, colocando a apropriação do espaço em primeiro plano.

Singer (apud Leão/Leite, 2005) afirma que, atualmente, estamos atravessando uma Terceira Revolução Industrial, que vem provocando um aumento da produtividade mediante o desemprego tecnológico, combinado com o desaparecimento de postos de trabalho.

Assim, o resultado dessa Terceira Revolução no mundo do trabalho é que muitas atividades desconectam-se do grande capital monopolista e começam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, transformando empregos formais em ocupações que não garantem direitos aos trabalhadores.

Segundo LEÃO/LEITE (2005, p.129), os principais fatores que caracterizam as atividades informais dos camelôs que atuam no centro de Goiânia são como se seguem.

Os camelôs que ocupam comercialmente as ruas goianienses são desempregados provenientes de Goiânia ou do interior. A busca de uma atividade por conta própria torna-se a sua única saída, vez que são trabalhadores que não dispõem da condição de ‘empregabilidade’ exigidas para o ingresso no mercado formal de trabalho: possuem baixa

escolaridade e idade avançada para os parâmetros de eficiência das empresas formais; grande parte de seu número são mulheres (o mercado formal reserva para as mulheres o trabalho precário ou em tempo parcial, com remuneração reduzida).

As atividades informais, inicialmente concebidas como estratégia de sobrevivência para escapar do desemprego, transformam-se, aos poucos, em ocupação de principal fonte de renda da família. De outro lado, organizam por si o tempo dedicado ao trabalho. Apesar disso, os trabalhadores autônomos estão excluídos do gozo dos direitos trabalhistas.

É dessa forma que o centro de Goiânia, abandonado pelas classes média alta e alta, se modifica e passa a ser ocupado pelas atividades voltadas às camadas mais populares.



Figura 76 - Atividade informal - Engraxataria, 1953.
Fonte: Hélio de Oliveira



Engraxate
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Vendedor de redes
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Ambulantes
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Escultura viva
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Vendedor de bebidas e churasco
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Vendedores de frutas e pequi
Fonte: Arv A. Veiga Filho



Família de trabalhadores
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Lojas e ambulantes
Fonte: Ary A. Veiga Filho

Figura 77 - Atividades informais, 2010.



Figura 78 - O Índio Xavante com suas compras na Avenida, 2009.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

A luta pela sobrevivência conduz uma expressiva parte da população excluída das regras formais de trabalho a diversas atividades informais na Avenida Goiás, no centro tradicional da cidade de Goiânia.



Figura 79 - Barracas no calçadão, 2000.
 As barracas azuis dos camelôs localizadas no calçadão e uso inadequado das calçadas –
 disputa por espaço, disputa por clientes, dificuldade para circular .
 Fonte: Ma. Diva Araújo e Jamil Coelho Vaz - 2000



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho



Fonte: Ary A. Veiga Filho

Figura 80 - Bancas fixas nas calçadas, 2010.

3.1.7. Papel das Atividades na Configuração do Espaço Urbano

As atividades desenvolvidas em uma determinada região, setor ou local interferem de alguma maneira na configuração do espaço. O espaço urbano enquanto território possui propriedades de estabelecer relações entre os indivíduos, seja como lugar de atividades diversas, relações de poder e estratégias identitárias. Isso significa que a arquitetura da cidade e o espaço urbano estrutura-se para afirmar relações ideológicas e culturais onde acontecem diversos processos de troca e vivências urbanas. Constitui assim um arranjo dinâmico, associado desde o princípio ao universo de processos sociais existentes no cotidiano.

Existe uma tendência generalizada, segundo Vilaça (2001), de se acreditar numa inter-relação profunda entre espaço e formação social, que as transformações das estruturas sociais provocam transformação no espaço. Em menor grau há afirmações – mas poucas demonstrações – de que inversamente, o espaço provoca transformações no social. A maioria dos estudos socio-espaciais produzidos nas últimas décadas partem das transformações na estrutura social (particularmente das transformações econômicas) para deduzir e explicar, então, as transformações do espaço.

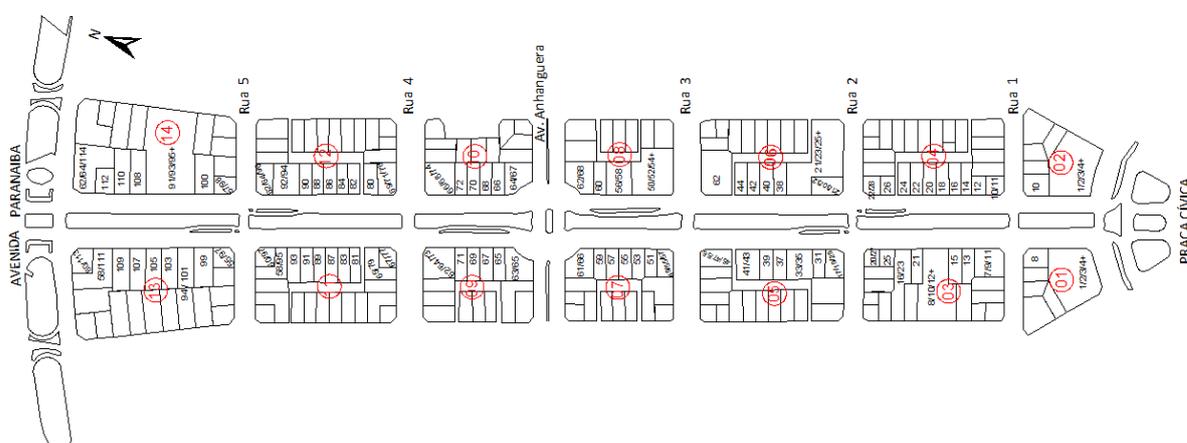
Uma mudança na geografia das atividades que implica na constituição de novas relações entre vários componentes pode alterar a configuração do espaço urbano. A mobilidade das atividades, sejam religiosas, administrativas, políticas, sociais ou econômicas, ou seja, que tem vida própria por menor ou maior que seja, organizadas em torno de uma via, de um local ou região, em torno de um centro polarizador podem modificar a configuração do espaço urbano.

Hillier (apud Claudio Ugalde/Décio Rigatti/1996) demonstra que a configuração espacial condiciona a funcionalidade urbana, a distribuição de usos do solo residencial e comercial, segurança pública, variação de densidade, qualifica as cidades como economias do movimento. Argumenta que o movimento natural desencadeia efeitos multiplicadores, com a presença de atividades de atração de população e geradoras de oportunidades.

A Avenida Goiás se alterou com mudanças de usos e usuários, caracterizando hoje uma configuração de atividades com caráter mais popular.

CAPÍTULO 4 - AVENIDA GOIÁS, TRANSFORMAÇÕES E ATIVIDADES ATUAIS

Este capítulo apresenta o levantamento de todas as atividades que se desenvolvem atualmente ao longo da avenida, nas quadras de 1 a 14, e o gráfico de predominância dessas atividades. A pesquisa foi realizada em novembro de 2009.



Mapa 9 – Numeração e Caracterização dos Imóveis

Fonte: Base Cartográfica MUBDG – Dezembro 2009

Autoria: Ary A. Veiga Filho

Realização: Talles Henrique C. da Cruz

QUADRA 01		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
01/02/03/04	Tribunal Regional Eleitoral - Go.	Instituição Pública
08	INSS – Previdência Social	Instituição Pública

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 02		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
01/02/03/04	Procuradoria Da Fazenda Nacional	Instituição Pública
10	CASAG – Caixa de assistência dos advogados	Ed. salas comerciais

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 03		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
07/09/11	Goiás fomento - Banco do Povo	Banco
13		Estacionamento rotativo Lanchonete
15		Estacionamento rotativo
08/10/12	CEF – Caixa econômica Federal	Banco
21	Ponto da Moda Tainikis, 2º pav.	Loja de vestuário Agência de Turismo
23		Estacionamento rotativo
25		Estacionamento rotativo
20/27	Edifício comercial, 11 pavimentos	Imóvel desocupado

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 04		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
10/11	SOS.	Curso profissionalizante
12		Estacionamento rotativo
14	Edifício Tropical, 08 pav. Comerciais Térreo Térreo	Ed. salas comerciais Financeira Financeira
16	Banco de Crédito Bonsucesso	Financeira
18	Edifício residencial Cascatinha, 18 pav. Térreo – (BGN)	Ed. Residencial Financeira
20	Térreo – Flexcred Primeiro pavimento	Financeira Cursos profissionalizantes
22	Bicbanco	Imóvel desocupado
24	Edifício São Judas Tadeu, 16 pavimentos Térreo BGM	Ed. salas comerciais Financeira
26	BMC/BV/SOFISA	Financeira
22/28	Ed. Residencial Fenelon, 18 pavimentos Térreo - Real Fácil	Ed. residencial Financeira

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 05		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
17/19	Edifício Carlos Chagas, 10 pavimentos MRV Engenharia Barcelos	Ed. salas comerciais Stand de vendas Livraria
31	Edifício Visconde de Mauá, 13 pav. Térreo - Losango	Ed. salas comerciais Financeira
33/35	Edifício Itamaraty, 11 pav. Térreo- Unibanco	Ed. salas comerciais Banco
37	Ed. O Popular. 02 Pavimentos	Arquivo do jornal
39	Pan Americano, 02 pavimentos	Banco
41/43	INSS - Previdência Social, 03 Pavimentos	Instituição Pública
45/47/56	Edifício comercial João Pessoa Levycred Zapping Ave Maria, Pague menos	Advocacia Financeira Lan House (Internet) Livraria, Farmácia

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 06		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
21/30/32	Edifício Vila Boa, 09 pav. Térreo- Itaú	Ed. salas comerciais Banco
21/23/25	Téo Car	Estacionamento rotativo
38	Edifício, 01 pav. Térreo - San Siro	Cursos profissionalizantes Loja de vestuário
40	Edifício Marlene Alvarenga, 03 pav. Térreo - BV Crédito pessoal	Ed. salas comerciais Financeira
42	Ed. Bitencourt, 02 pav. Térreo- Goiás Utilidades	Cursos profissionalizantes Utilidades domésticas
44	Edifício Acieg, 02 pav. Térreo- Credcard	Cursos profissionalizantes Financeira
62	Edifício Bradesco, 10 pav. Bradesco	Banco

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 07		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
49/55/57	Edifício Mercantil, 08 pav. Comerciais Térreo - Mercantil	Ed. Comercial Banco
51	Biglar	Utilidades domésticas
53	Imagem color Biglar Bela Brazil	Fotografia/celular Utilidades domésticas Loja de vestuário
55	Fuji Som	Loja de Instrumentos musicais
57	Procon municipal	Instituição pública
59	Lojas Brasileiras	Utilidades domésticas
61/66	Bradesco	Banco

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 08		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
50/52/54	Grande Hotel - Casa de cultura municipal	Cursos de arte
56/58	Brasil Telecom - Oi	Imóvel desocupado
60	Hong Kong	Restaurante
62/68	Ed. Beg, 09 pav. Térreo - Itaú	Ed. Salas comerciais Banco

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 09		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
63/65/65	Edifício Moacir Telles, 08 pav. Térreo- Real	Ed. salas comerciais Banco
65	Ed. Sandoval de Azevedo, 08 pav Térreo	Ed. salas comerciais Edifício vago
67	Ed. Magalhães Pinto, 08 pav. Térreo	Ed. salas comerciais Edifício vago
69	Mundiais Utilidades 1º Pavimento	Utilidades domésticas Cursos profissionalizantes
71	Unibanco	Banco
62/64/73	Bandeirantes Surpresinha Star Chic Paraná crédito Ortobom FTC, 1 pav.	Lanchonete Loteria Loja de calçados Financeira Loja de colchões Curso profissionalizante

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 10		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
64/67	Edifício minas Bank - 20 pav. Paulista Paris IBI	Loja de enxovais Ótica Ed. salas comerciais Financeira
66	Fininvest	Financeira
68	Goiânia Magazine	Utilidades domésticas
70	Edifício Mercantil, 9 pav. Paulinas	Ed. salas comerciais Livraria
72	Casa Grande	Loja de enxovais
66/68/74	Edifício Bemosa, 24 pav. Cacique Agittus	Ed. Residencial Financeira Loja de calçados

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 11		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
67/77	Bradesco	Estacionamento rotativo
65/79	Bradesco	Estacionamento rotativo
81	Edifício Flávia, 5 pav Opção	Ed. Salas comerciais Livraria
83	Livros e Cia.	Livraria
85	Portocred	Financeira
87		Lote vago
89	Effe X	Estacionamento rotativo
91	Effe X	Estacionamento rotativo
58/95	Phoenix	Loja de tecidos
60/97	Phoenix	Loja de tecidos

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 12		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
69/71/78	Drogasil Status Lanche	Farmácia Lanchonete
80	Edifício Brasul, 17 pav. Shop Jota Ká	Ed. Residencial Utilidades domésticas
82	Shopping dos cosméticos	Loja de cosméticos
84	Doka´s	Utilidades domésticas
86	Monark Assistência técnica Bolsas	Conserto de bicicletas Loja de vestuário
88	Unibanco	Estacionamento rotativo
90	Veste total Cebrac	Loja de vestuário Curso profissionalizante
92/94	BRB Banco Regional de Brasília	Banco
62/64/96	BRB Banco Regional de Brasília	Banco

Fonte: Ary A. Veiga Filho

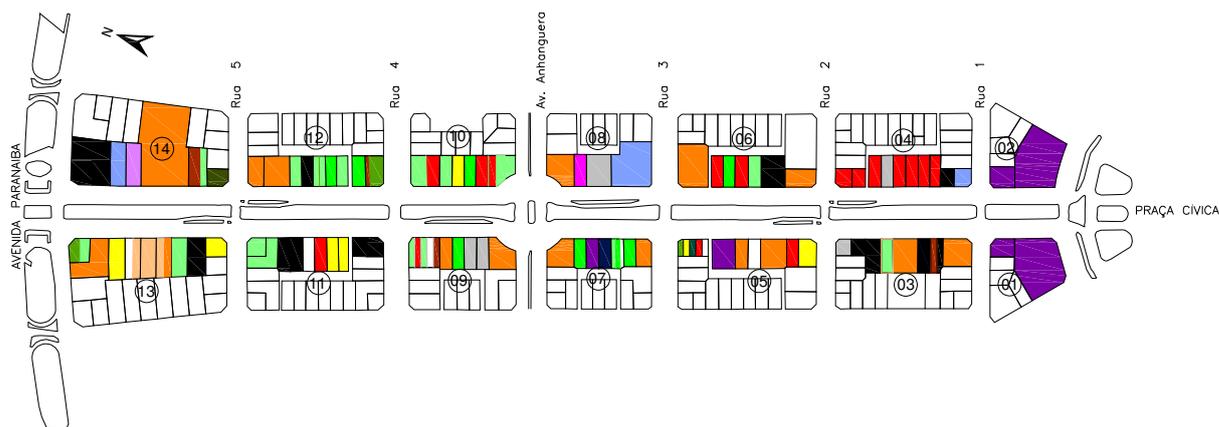
QUADRA 13		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
55/97	Ed. Nicolau Peres, 13 pav. Armazém do livro	Ed. Residencial Livraria
99	Santo Antônio	Estacionamento rotativo
94/101	Fujioka	Loja de fotografia
103	Ed. Princesa Izabel, 2 pav. Agência Fitta	Ed. Residencial Agência de viagem Banco
105	Ed. Dom Pedro I, 12 pav. Brisatur	Ed. Residencial Agência de viagem
107	Ed. Dom João VI, 08 pav. One Travel Joelma Hair	Ed. Residencial Agência de Viagem Salão de beleza
109	Ed. Dom Pedro II, 12 pav. Casa Publicadora Brasil	Ed. Residencial Livraria
58/111	Santander	Banco
60/113	Ed. Marquês de Olinda, 23 pav. Starchic Farmalev	Ed. residencial Loja de calçados Farmácia

Fonte: Ary A. Veiga Filho

QUADRA 14		
LOTE	IMÓVEL	ATIVIDADE
57/98	Z+Z	Posto de combustível
100	Ed. Itumbiara, 04 pav. Sukil Nunes Bolsas	Ed. Residencial Lanchonete Lanchonete Loja de vestuário
91/93/95	Banco do Brasil	Banco
108	IGR- Instituto Goiano de Radiologia	Clínica de radiologia
110	IGR- Instituto Goiano de Radiologia	Clínica de radiologia
112	Prepara	Curso profissionalizante
62/64/114		Estacionamento rotativo

Fonte: Ary A. Veiga Filho

ATIVIDADES NA AVENIDA GOÍAS – PAVIMENTO TÉRREO DEZEMBRO - 2009



Legenda:

	Agência de turismo		Imóveis desocupados
	Bancos		Instituições públicas
	Bares e lanchonetes		Lan house (internet)
	Clínica		Livrarias
	Cursos profissionalizantes		Lojas
	Estacionamentos rotativos		Lojas de utilidades domésticas
	Farmácias		Posto de combustível
	Financeiras		Restaurantes

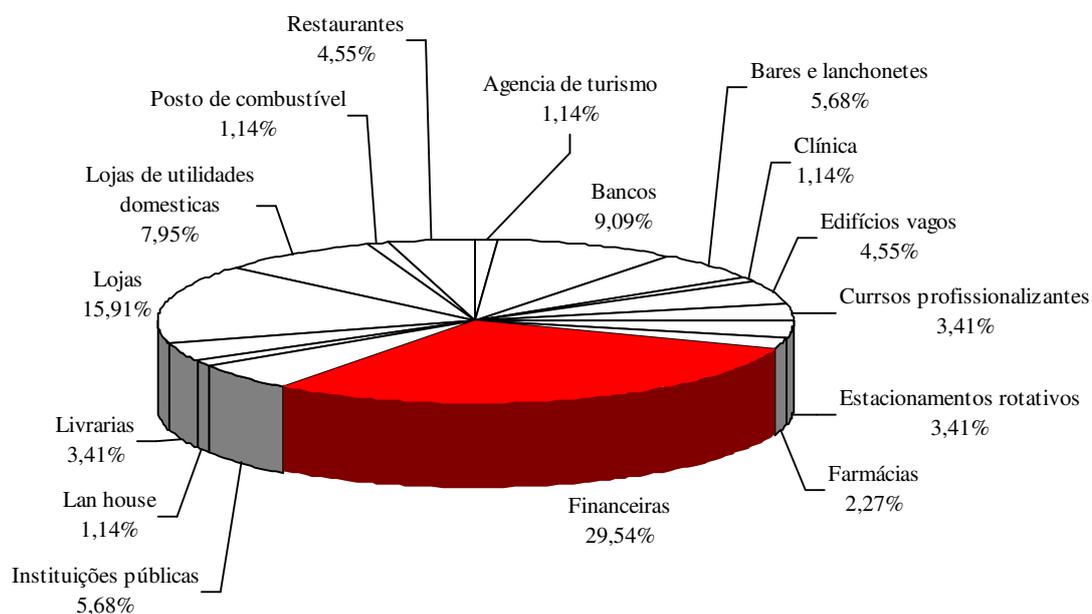
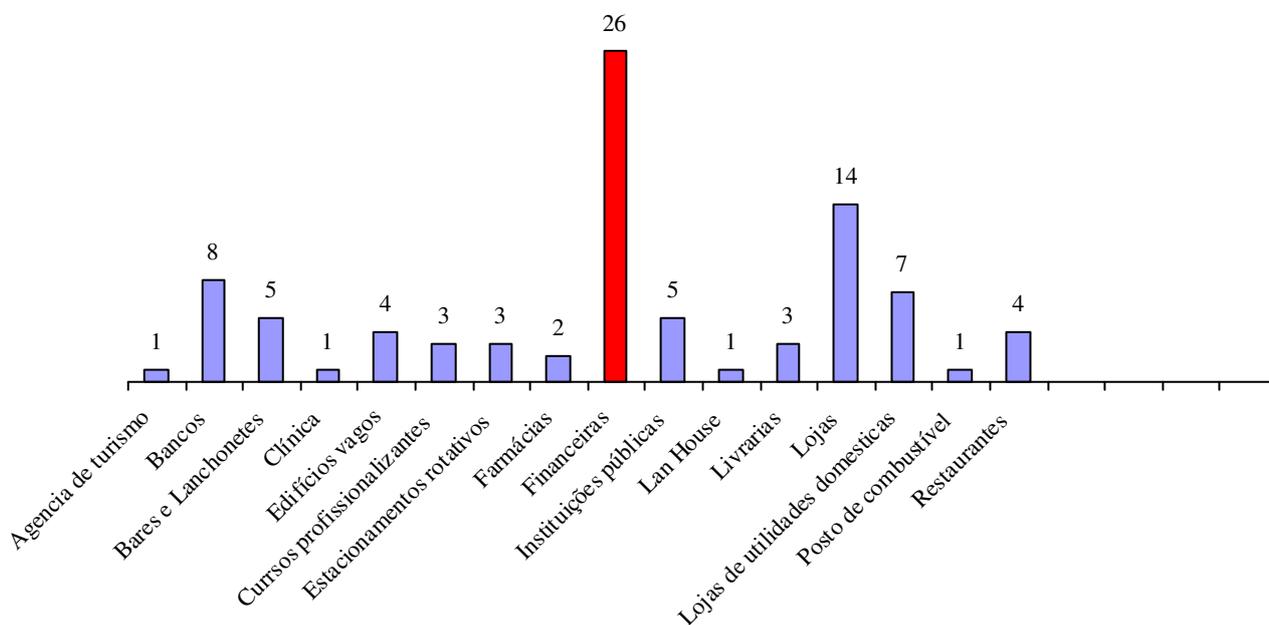
Mapa 10 - Atividades na Av. Goiás - Pav. Térreo. Dez. 2009

Fonte: Base Cartográfica MUBDG

Autoria: Ary A. Veiga Filho

Realização: Talles Henrique C. da Cruz

GRÁFICOS DE ATIVIDADES NA AVENIDA GOIÁS - DEZEMBRO - 2009



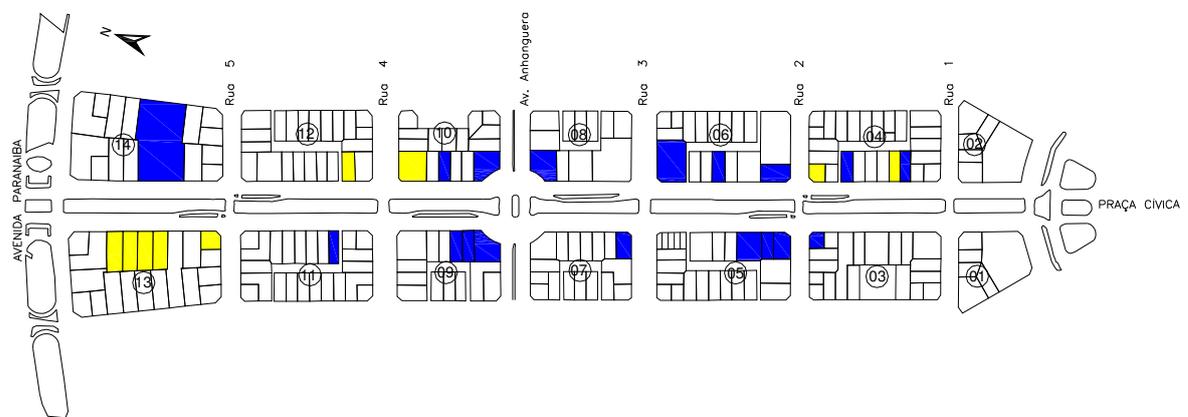
Gráficos 1 – Atividades na Avenida Goiás

Fonte: Ary A. Veiga Filho

Conforme os gráficos das atividades, observa-se que predomina-se no Trecho 1 da avenida uma grande quantidade de financeiras, seguido por lojas, bancos, lojas de utilidades domésticas, com outras atividades diluídas no Trecho 1 e 2, predominando uma popularização do comércio e presença de atividades informais concentradas no cruzamento da Avenida Anhanguera com Avenida Goiás.

VERTICALIZAÇÃO DA AVENIDA GOIÁS - DEZEMBRO - 2009

Edifícios entre 05 e 23 pavimentos



Legenda:

	Edifícios residenciais		Edifícios comerciais
---	------------------------	---	----------------------

Mapa 11 - Verticalização na Av. Goiás

Fonte: Base Cartográfica MUBDG

Autoria: Ary A. Veiga Filho

Realização: Talles Henrique C. da Cruz



Figura 81 – Vista Aérea, Av. Goiás, 1959.
Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 82 - Av. Goiás. Década de 1960
Fonte: Hélio de Oliveira



Figura 83 - Av. Goiás, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho

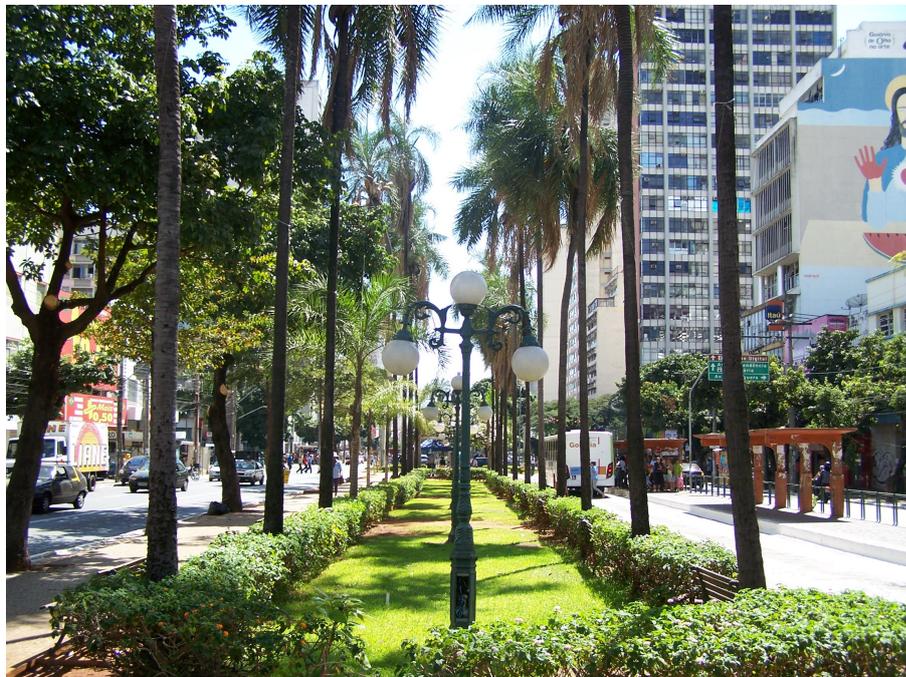


Figura 84 – Canteiro central, 2010.
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 85 – Av. Goiás, 2010
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 86 - Av. Goiás (Praça do Bandeirante), 2010
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 87 – Av. Goiás - Vista para o norte, 2008
Fonte: Ary A. Veiga Filho



Figura 88 - Av. Goiás - Vista para o sul, 2010
Fonte: Ary A. Veiga Filho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem desenha, traça, cria e inventa o espaço. O homem ocupa-o, transforma-o, altera os usos e suas atividades de acordo com sua vontade e interesse. Reinventa o espaço em que habita, desconhece o criador, dá a ele a forma e a função que lhe é necessária, insere-se nele da maneira que imagina e que lhe é conveniente. O espaço recriado muda, distante do ideal, mas muito próximo da realidade de quem o ocupa.

Ary Alencastro Veiga Filho

Entre tantas justificativas para a mudança da capital de Goiás, atribuíram o pouco e ponderável progresso do Estado ao fato de nele não ter surgido um centro urbano com todos os elementos necessários para expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo.

Quando o urbanista Atílio Correa Lima foi contratado para elaborar o projeto da futura capital, recém-chegado de Paris, com pós-graduação na Sorbonne como aluno do curso de urbanismo do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, projetou Goiânia, a cidade-capital, dentro dos princípios do urbanismo clássico formal, coerente com sua formação.

O zoneamento da cidade aparece como elemento principal no projeto urbano, que foi dividido em setores de atividades. As zonas de atividades, prática do urbanismo moderno, foram projetadas no espaço da cidade. Criaram-se os setores comercial, industrial, residencial urbano e residencial suburbano.

Segundo Atílio Corrêa Lima, a zona comercial estaria localizada na área central da cidade, também com atividades comerciais na Avenida Goiás, que corta o setor central até a grande praça do centro administrativo. A Avenida Goiás, ainda segundo ele, teria um caráter pitoresco e monumental, constituída de uma Avenida-jardim.

Pela sua largura excepcional e pelo seu aspecto luxuoso proposto, na avenida só poderia ser tolerado o comércio de luxo: casas de moda, joalherias e hotéis. As calçadas deveriam ter largura maior, pois a circulação de pedestre seria mais intensa. Seria o local onde a elite faria o *footing* “à tarde e à noite”.

Por um período, até a década de 1970, a avenida ainda cumpria, embora com uma dinâmica própria, a proposta idealizada. Conforme demonstramos em nosso trabalho, neste

trecho definido como comercial, iniciou-se a história da cidade, que foi o local onde se instalaram as mais importantes atividades comerciais e institucionais.

No início da avenida, em frente ao coreto, foram construídos dois edifícios públicos para duas importantes atividades federais, o Tribunal Regional Eleitoral e a Delegacia Fiscal. Pouco abaixo, em uma edificação de propriedade particular, funcionou o Saps, Serviço de Alimentação Público Social. Em seguida, abaixo, a empresa que editava O Popular, J. Câmara & Irmãos, onde estava a redação gráfica e a livraria, que se instalaram em um ponto privilegiado da Avenida Goiás. A Brasserie, confeitaria e bar mais refinado da cidade a essa época, encontrava-se na quadra de baixo, próxima à estátua do Bandeirante. A Brasserie era o local onde a elite fazia o *footing*, no canteiro central da Avenida, nas calçadas em frente ao Grande Hotel.

Foi a principal, a monumental e mais importante avenida da cidade - abrigou o primeiro hotel, o Grande Hotel, que teve como hóspedes ilustres e conhecidas personalidades: em 1937, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, na transição entre as décadas de 40 e 50, um dos maiores escritores da época, juntamente com o cineasta que começava a se tornar também um dos maiores de seu tempo, o americano John dos Passos, e o francês Georges-Henri Clouzot; ainda Pablo Neruda, Monteiro Lobato, Jorge Amado entre tantos outros. A Avenida abrigou também a primeira sede do Banco do Brasil de Goiânia.

Em 1947, sem sede, o legislativo, a assembléia, ocupou dois andares do edifício Palácio da Pecuária, Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, construído ao lado da Brasserie. Este foi o único edifício da cidade com abrigo antiaéreo: era um porão, onde funcionou, depois, a boate Porão Boite 47 e, no quinto andar, o Terraço, restaurante dançante, aberto dia e noite. Este edifício era um belo exemplar art'déco, que foi demolido para dar lugar a um prédio comercial que hoje abriga uma loja popular de utensílios e variedades domésticas.

A prefeitura de Goiânia também se instalou na avenida, ao lado do Ed. O Popular. Na década de 1940, foi construída, ao lado do jornal, a sede do Bcimg - Banco Comercial e Indústria de Minas Gerais, local onde a Prefeitura Municipal de Goiânia se instalou. Esse interessante edifício, com fortes elementos art'déco também foi demolido para dar lugar à construção de um prédio comercial que abriga hoje, na loja térrea, uma agência do Unibanco.

No ano de 1943, criava-se o serviço regular de telefonia, serviço telefônico de Goiânia exercido pela Telegoiás (Companhia Telefônica do Estado de Goiás) instalada na

Avenida Goiás ao lado do Grande Hotel. Esse edifício, de propriedade da empresa OI, encontra-se hoje fechado, em processo de degradação há quase uma década.

A primeira emissora de rádio da nova capital, a Rádio Clube de Goiânia, pertencente à Sociedade Técnica Paulista, que noticiou o suicídio de Getúlio Vargas, abrindo uma série de edições extraordinárias sobre a morte do Presidente, e o jornal Folha de Goiás se instalaram na Avenida Goiás ao lado do Ed. J. Ribeiro. Seriam, posteriormente, incorporados ao grupo de comunicações fundada pelo jornalista Assis Chateaubriand. Foi um importante marco na história do jornalismo do Estado. Também demolido, abriga hoje uma sede da Caixa Econômica Federal.

Também na Avenida Goiás, no número 34, esteve instalada a matriz da conhecida empresa Emig, Eletro Mecânica Importadora de Goiás, do segmento de material de construção, material elétrico, ferragens e sanitários, máquinas de costura e escrever, artigos fotográficos. Essa empresa deu início a um importante grupo empresarial que veio a ser o primeiro representante a comercializar os carros da marca Wolkswagen em Goiás. O número 34 estava localizado ao lado da antiga sede da Acieg, Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás.

A Casa Alencastro Veiga, fundada em 1908, na cidade de Goiás, antiga capital, veio para Goiânia na década de 1940 e foi a primeira loja departamentalizada da cidade. Instalou-se com a tradição das raízes fincadas na cidade de Goiás, segundo Rocha (2003): criou fama por vender produtos confiáveis e de qualidade, inspirada no magazine Mappin, de São Paulo. Destacava-se com produtos de qualidade para homens e mulheres, bijuterias, jóias, artigos de luxo para presente, livraria, material escolar e discoteca, máquinas de escrever, porcelanas, louças, cristais, malas, cutelaria fina, possuía uma discoteca, relógios, sendo a distribuidora exclusiva dos relógios suíços Omega e Tissot.

Com a falta constante da energia e o desconforto causado, em 1952 adquiriu em São Paulo um gerador de alta potência para iluminar a loja, que ocupava quase todo o quarteirão com suas diversas vitrines, localizada de frente para a rua 3 esquina com a Avenida Goiás. Iluminada, a loja projetava luz para o quarteirão, com suas aproximadamente quinze vitrines. Um dos proprietários da loja, o Sr. César Alencastro Veiga, tinha uma especial predileção pelos artefatos indígenas, que colecionava, selecionava e vendia como arte, expondo-os frequentemente nas vitrines da loja. A luminosidade espalhada pelo quarteirão e as bonitas vitrines atraíam as pessoas a ponto de fazer com que o hábito do *footing* se estabelecesse naquele trecho. Foi uma importante loja

com grande contribuição para a atividade comercial da cidade, que se consolidava e crescia na década de 50.

O Restaurante Kabanás, na Goiás, abaixo da Avenida Anhanguera, era o *point*, o lugar de reuniões de políticos, intelectuais, empresários, local que as pessoas de melhor poder aquisitivo freqüentavam. Era uma boa churrascaria, com instalações de gosto, da maneira como havia idealizado Atílio Corrêa Lima: servia a alta sociedade, era um bar confiável com boa comida e boa bebida, não adulterada: whisky, cerveja e cachaça eram o hábito goianiense, que o vinho era pouco consumido, não tinha muitos apreciadores.

O Conservatório de Música da UFG, Universidade Federal de Goiás, durante a década de 60 se instalou também na Avenida Goiás, esquina com a rua 1, próximo ao relógio art'déco construído no canteiro central da avenida. Foram anos fecundos, com recitais de renomados musicistas nacionais e internacionais, vários cursos de extensão ministrados por professores de outros estados e outras escolas de músicas. Em 1964, fez acontecer o primeiro festival de música erudita, sediou também concursos nacionais de piano, de canto e encontro nacionais de corais.

Na inauguração do piano de cauda da marca Bluthner, houve nele a apresentação do grande pianista Arnaldo Estrela: o público lotou o auditório e os alunos sentaram-se no estrado em volta do piano, tornando essa prática quase comum nas apresentações posteriores de renomados pianistas. Mais tarde, foi adquirido outro piano de cauda da marca americana Steinway.

Durante um importante recital, um pianista foi surpreendido com as badaladas do relógio do canteiro central da avenida e interrompeu a sua apresentação. Uma professora chamou um relojoeiro que o desligou até o dia seguinte. Outros nomes importantes apresentaram-se neste conservatório, como o pianista Dorensk, ex- diretor do Conservatório de Moscou e Hans Graff, professor de música na Áustria.

Na criação do Conservatório Goiano de Música, foi decisiva a participação do maestro belga Jean Douliez, que apoiou totalmente o movimento liderado pelas professoras, a pianista Belkiss Spenciére Carneiro de Mendonça, que dirigiu a instituição durante 17 anos, Maria Lucy da Veiga Teixeira (Fifia) e Maria Luiza Póvoa da Cruz, entre outras. O conservatório de Goiânia seria responsável pela formação de muitos novos talentos musicais.

Grandes bancos, como o extinto BEG, Banco Estadual de Goiás, Unibanco, Real Itaú e tantos outros se instalaram ao longo da avenida, caracterizando-a como centro financeiro da cidade. O centro de Goiânia, a Avenida Goiás, foi o local que já abrigou as

atividades mais diversificadas e importantes da cidade. É hoje o centro histórico onde tudo se iniciou, é o marco da fundação da cidade, onde surgiram as primeiras atividades comerciais que impulsionaram o seu desenvolvimento.

O centro tradicional de Goiânia, a Avenida Goiás, apresenta-se hoje com atividades diversificadas: é utilizada por comércio e residências, concentrando prestação de serviços e pequenos comércios, atividades formal e informal.

Com relação à concentração de atividades informais, o enfoque é a comercialização de rua, a economia de rua, a expressão da economia informal ou comércio ambulante de um grande número de camelôs vendendo toda a gama de produtos: mapas, roupas em geral, produtos eletrônicos, alimentos, churrasquinho, brinquedos, loterias, produtos artesanais, remédios caseiros, frutas da estação, que mudam o cheiro e cor da rua, numa crescente informalização ou uma profusão de tipos que determinam um uso e uma nova configuração do espaço urbano.

Nas calçadas, desde a primeira quadra da Praça Cívica até a Avenida Paranaíba, estão instalados outros tipos de atividades autorizadas pela prefeitura: são pequenas e improvisadas bancas de fotografias, pastelaria, bancas de revistas, lanches, chaveiros, banca de bolsas e artesanatos. Somadas, são ao todo 15 bancas de revistas, 15 quiosques de lanches e outros de todos os tamanhos e diferentes formas. Algumas bancas de revistas chegam a ocupar mais da metade da largura da calçada, espremendo e afunilando a passagem. A avenida é utilizada por enorme quantidade de pedestres, um grande número de motos, moto-boys, veículos, ônibus, bicicleta, camelôs etc.

No período noturno, com a diminuição do intenso movimento, após a paralisação do transporte coletivo, os canteiros centrais do espaço público são mais uma vez ocupados por outras atividades: alguns pontos dos camelôs são ocupados por prostitutas e garotos de programa.

De acordo com o gráfico de atividades, predominam as financeiras com 29,54% de ocupação; em seguida, lojas de artigos pessoais: vestuários, sapatarias com 15,91%; os bancos com 9,09%; lojas de utilidades domésticas com 7,95%; bares e lanchonetes com o mesmo percentual das instituições públicas, ou seja, 5,68%; edifícios vagos, 4,55%, com o mesmo percentual dos restaurantes; estacionamentos rotativos com 3,41% e demais atividades diluídas, com forte presença de atividades informais

As classes mais abastadas saíram do centro e as empresas que iniciaram suas atividades na avenida cresceram ou encerraram o seu negócio nesse espaço, deslocaram-se

para novas áreas com estacionamentos, novas instalações mais aparelhadas e modernas e locais mais atrativos para o tipo de negócio que promovem.

As camadas mais pobres ocuparam o centro, dada a facilidade de deslocamento para a região. É para ele que converge, de todos os lados, um grande fluxo diário de pessoas de todos os bairros; é nele que se exerce, com toda a força, a informalidade, vinda dos diferentes locais da grande região metropolitana; é no centro que se encontra uma profusão de tipos que transita e circula, é no centro que se insere grande parte do comércio de rua.

Goiânia é uma cidade jovem, que se transforma rapidamente. Nesse sentido, o centro histórico também se modifica, apresenta significativas transformações com relação ao seu uso. A avenida, há muito, vem sendo ocupada indistintamente.

Dentre as questões urbanas observadas e discutidas, destacam-se os processos de declínio dos espaços públicos e privados nas tradicionais áreas centrais, assim como em muitas capitais centenárias brasileiras. O centro de Goiânia, cidade planejada e ainda jovem, sofreu, nas últimas décadas do século XX, significativos impactos - nasce idealizado e, da mesma forma, e se transforma rapidamente.

As cidades possuem uma dinâmica complexa, feita de alta densidade de relações locais, com grande capacidade de adaptação. O processo de urbanização que as cidades brasileiras viveram neste final de século é ao mesmo tempo provocador, inovador e destruidor de cidades. Os centros sofreram em seu conjunto significativas privações, perderam a importância: diversificaram-se os grupos sociais que os ocupavam, alterou-se o seu uso, substituíram-se as suas atividades, desenharam-se-lhe uma outra configuração sócio-espacial.

Durante muitos anos, o canteiro central da Avenida Goiás, após a retirada dos jardins, substituído por um calçadão sem canteiros e vegetação, totalmente plano, se transformou em local bastante apropriado para a instalação irregular de bancas, para a invasão de camelôs que o ocuparam inteiramente com barracas plásticas de lona azul: apropriando-se desse espaço público, tiraram de muitos o direito de ir e vir.

A avenida sofreu um grande impacto com a resistência desses ambulantes. Permaneceram no local, causando grande depreciação do espaço, dos imóveis locais. A passagem de pedestre de um lado para o outro ficou impossível, os furtos aumentaram, a paisagem transfigurou-se. Muitos proprietários se desfizeram de seus imóveis, diversos comerciantes formais se transferiram para outro local, mais seguro e mais apropriado para o tipo de atividade que exerciam. Passou a ser uma avenida rejeitada, evitada pelos

comerciantes e consumidores formais. Foi o comércio popular, informal, explícito se expandindo e adentrando as lojas e calçadas.

Ainda hoje presenciamos o mau uso do espaço público por comerciantes formais e informais: nota-se grande quantidade e acúmulo de lixo em sacos plásticos diariamente nas calçadas. Não existem regras nem normatização para o depósito do lixo.

As calçadas, de forma geral, encontram-se danificadas, as fachadas escondidas por grandes painéis publicitários dos próprios estabelecimentos. Os equipamentos urbanos, como lixeiras, postes de iluminação do canteiro central, encontram-se também danificados, as bancas de revista nas calçadas são totalmente despadroneadas. Os pontos de ônibus, elemento bastante visível e impactante, estão ultrapassados na sua forma e função - feitos de concreto pré-moldado em nada contribuem para o embelezamento e melhoramento visual do espaço público. A sinalização pública é mal colocada, as placas informativas, em alguns casos, fixadas nos postes de iluminação pública. Os edifícios de particulares, muitas vezes danificados, alguns fechados, não são reformados. Não há preocupação com a manutenção constante, uma vez que o comércio popular que se estabelece na região não exige alto padrão.

A grande maioria dos investidores evita a aquisição de imóveis no centro. Argumentam que o centro da cidade se depreciou: porque velhos, comprar imóvel no centro pode ser um péssimo negócio. Tal argumento é hoje muito frequente, faz parte da cultura urbana que desvaloriza o centro da cidade. Ao longo da avenida, no trecho analisado, encontram-se cinco bons imóveis desocupados, inclusive um edifício com 11 pavimentos, desocupado há anos.

Sob outro ponto de vista, há quem dê preferência por essa área central, em locais estratégicos: no caso, argumenta-se que a popularização da área garante um grande movimento de pessoas, tornando o local um ponto disputado para a instalação de uma atividade comercial popular. A Avenida Goiás, onde predominam as financeiras, é bem vista por alguns investidores interessados em aluguel, devido à demanda que apresenta.

Fugindo da regra, certo investidor é proprietário, sozinho, de 20% dos imóveis alugados para as financeiras num trecho da avenida. Acredita na estrutura da avenida e defende o centro da cidade. Mas foge à regra.

Hoje, uma forte tendência de ocupação dos imóveis dessa área está nas escolas profissionalizantes e cursinhos, por ser o local para o qual convergem todos os pontos da cidade e possuir boa infraestrutura urbana e linhas de transporte coletivo que contemplam toda a cidade.

Ensinar, educar, conhecer, aprender, respeitar, saber um pouco mais, fazer melhor, entender, perceber os moldes de organização social, espacial, sem fazer prevalecer apenas os interesses de classe, repensar a função da cidade, recuperar os espaços destinados à vida coletiva, pensar em uma cidade que busque o sol as plantas, a humanização, não apenas uma cidade mercadoria, que pensa e busca unicamente a maximização da taxa de lucro espacial – é disso que as cidades de hoje precisam.

A Avenida Goiás está no nosso coração, no coração da cidade, monumental, bonita, plana, com grandes canteiros centrais, largas calçadas. Está também na memória, na história da cidade, mas caiu no esquecimento: esquecemo-nos de sua importância, de seu passado. Fala-se em revitalização como estratégia para recuperação de áreas urbanas, ações de formulações, reconstruções, melhorias urbanas, dentre outras. Revitalização, como se não houvesse vida e muitas histórias vividas.

A avenida está, sim, descaracterizada, sem importância, mas repleta de vida, de gente de pessoas circulando em todas as calçadas, cheia de atividades, informais ou não. Podemos sim, cuidar, oxigenar, restaurar, preservá-la das ações fragmentadas descomprometidas com o seu passado e com a sua história.

Percebemos, no decorrer do trabalho, que diversos ângulos dessa avenida estavam escondidos, difíceis de serem vistos ou percebidos. Observamos também que outros interessantes aspectos se desnudaram, mostraram a potencialidade do assunto e as variáveis a serem exploradas: surgiram as idéias, a vontade de conhecer e explorar mais os cantos da rua, suas esquinas, suas calçadas, seus edifícios, suas histórias esquecidas e perdidas no tempo. Um desejo enorme de continuar andando, de resgatar e registrar momentos tão ricos de nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. R. Marcos (Org.) **Os centros das metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 2001.

ÁLVARES, Geraldo Teixeira. **A luta na Epopéia de Goiânia**. Rio de Janeiro: Gráfica Jornal do Brasil, 1942.

ASCHER, François. Metropolização e transformações dos centros das cidades. In: **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

AZEVEDO, Maria Emília Rocha Mello. Políticas urbanas e ações estratégicas de reforço do papel da centralidade, comentários. In: **Os centros das metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BENÉVOLO, Leonardo. **Arquitetura no novo milênio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

BORJA, Jordi. Grandes projetos metropolitanos: mobilidade e centralidade. In: **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. Qual o limite entre o Público e o Privado? In: **Os Centros das Metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CORDEIRO, Narcisa Abreu. **Goiânia: evoluções do plano urbanístico**. Goiânia: Artes Gráficas e Editora Ltda., 1989.

DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia européia no Brasil**. Goiânia: ICBC, 2003.

DINIZ, Anamaria, **Goiânia de Atílio Correa Lima (1932-1935) - Ideal estético e realidade política**. (Dissertação de Mestrado). UnB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007.

FERRAZ, Hermes. **Filosofia Urbana**. São Paulo: Scor Editora Tecci, 1999.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **História da civilização brasileira**. São Paulo: Ed. Gráfica Biblos Ltda, 1959.

FRÚGOLI Junior, Heitor. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. **Centralidade em São Paulo - Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez/ EDUSP, 2000.

_____. A questão da centralidade de São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. **Revista de Sociologia Política**, n.16, junho, 2006.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível.** Goiânia: UFG, 2003.

HUET, Bernard. Organização e requalificação de espaços públicos em Paris. In: **Os centros das metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937.

LEÃO LEITE, Carlos e BORGHI, Aline Tereza. **Caracterização das atividades informais - O camelô de rua de Goiânia.** Goiânia: Sociedade e Cultura,UFG.2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade.** São Paulo: Ed. Documentos Ltda.,1969.

LENER, Jaime. Equilíbrio no poder local: construindo hoje a cidade de amanhã. In: **Os centros das metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** Lisboa: Ed. Portugalia, 1955.

LIMA, Elaine Ferreira. **Velhos Centros, Novas Centralidades: Políticas de Enobrecimento Urbano e Uso dos Espaços Públicos.** Sergipe: Scientia Plena, 2007 In: <http://www.scientiaplena.org.br>

MARICATO, Ermínia. O centro e as novas centralidades da metrópole terciária. In: **Os centros das metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MEYER, Regina. O espaço da vida coletiva. In: **Os Centros das Metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia.** São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1938.

MORALES, Manoel de Solla. Ações estratégicas de reforço do centro. In: **Os centros das metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1961.

PORTAS, Nuno. As políticas de reforço das centralidades. In: **Os centros das metrópolis: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SEPLAM – **Secretaria de Planejamento Municipal de Goiânia.**

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

UGALDE, Cláudio e RIGATTI, Décio. **Configuração espacial e desenvolvimento urbano-regional**. Disponível em < <http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/desenvolvimentoregional/Grupo%202/17.pdf> > Acesso em: 15 mai. 2010.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Transformações do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação**. (Dissertação de mestrado) – Goiânia: UFG, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1998.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

ANEXO
ENTREVISTAS

Entrevistas

1- Altamir Garcia Edreira, nascido em setembro de 1935, na cidade de Urutaí-GO. Brasileiro, 75 anos, casado, bacharel em Direito pela UCG- Universidade Católica de Goiás, hoje PUC, Pontifícia Univeresidade Católica-Go. Comerciante, foi proprietário das Lojas Garcia, instalada na Avenida Goiás, Ed. José Garcia, de sua propriedade. Pai do atual prefeito de Goiânia, Paulo Garcia.

2- Amália de Araújo Mello, nascida em 1923 na cidade de Catalão. Viúva, casou-se com Antônio Saturnino de Araújo Mello em agosto de 1948, com quem teve dois filhos: Hélio de Araújo Mello e Heloísa Araújo Mello de Oliveira, pianista, analista judicial e empresária do ramo de exames clínicos. Amália é uma das proprietárias do Ed. Amália, na av. Goiás

3- Gilberto Marques Filho, nascido em Buriti Alegre-Go em março de 1951. Casado, bacharel em Direito pela UFG - Universidade Federal de Goiás, tendo concluído o curso em 1972. Foi aprovado no concurso para Juiz da Vara de Família, aos 23 anos em 1974. Atualmente, é Desembargador do Estado de Goiás. É filho do construtor do edifício Gilberto Marques, hoje Ed. Itumbiara.

4- Heno Jácomo Perillo, brasileiro, casado, natural de Goiás, antiga capital, nascido em junho de 1930, completando este ano 80 anos. Vio para Goiânia com 7 anos de idade, no ano de 1937. Casado, farmacêutico, integrante da Academia Nacional de Farmácia, proprietário da indústria de medicamentos Alex Star Ltda. Foi presidente da ACIEG, Associação Comercial do Estado de Goiás, quando sua sede estava instalada na Avenida Goiás.

5- Humberto Luis Barbosa de Castro, natural de Araguari-MG, nascido em 1966, divorciado, comerciante, cursou o segundo grau, proprietário da loja Magazine Goiânia, nesta capital.

6- Iracy de Jesus Mello Moraes, natural de Santa Luzia, hoje Luziânia-Go. É a quarta filha do casal Avelina Maria e Segismundo de Araújo Mello. Nasceu no dia 25 de Setembro de

1909, com 100 anos atualmente. Viúva, do lar, teve uma única filha, Elizabeth das Graças Mello de Moraes. Veio para Goiânia no início da construção da cidade. É irmã de Segismundo de Araújo e Antônio Saturnino, proprietários do Ed. Amália.

7- Jued Bittar, nasceu em Vianópolis-GO, em 1926. Solteiro, advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, do Largo do São Francisco, a mais tradicional e renomada Faculdade de Direito do país. Concluiu o curso em 1952. Não atuou profissionalmente como advogado a pedido do pai. É um bem sucedido empresário e comerciante.

8- Lorimá Dionísio Gualberto, Mazinho, nasceu nesta capital, em abril de 1940. Casado, pai de três filhos, foi jornalista do jornal O POPULAR. Também foi funcionário público do Estado quando trabalhou na Goiás Turismo. Neste período, escrevia matérias jornalísticas sendo o seu local trabalho o Posto de Informação ao Turista na Praça Cívica, instalado onde era o histórico coreto da cidade.

9- Luzia Sabino de Paiva, nascida na cidade de Inhumas, em 1961. Saiu de sua cidade natal em 1992 para trabalhar em Goiânia. Coursou até a oitava série. Separada, mãe de duas filhas, há vários anos trabalha na informalidade vendendo mapas.

10- Maria Lucy Veiga Teixeira, Fífia, nasceu na cidade de Goiás, antiga capital, em maio de 1926. Veio para Goiânia no ano de 1945, quando se casou. É diplomada em piano, canto e educação musical. Foi co-fundadora do Conservatório de Música de Goiás, mais tarde Escola de Música da Universidade Federal de Goiás, membro da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, membro da Academia Nacional de Música do Rio de Janeiro. Fundou e dirigiu o coral da Universidade Federal de Goiás durante 28 anos. Professora do Conservatório desde sua fundação.

11- Oswaldo Rodrigues Ribeiro, nascido em 1921, em Carmo do Paranaíba – MG. Casado, comerciante, veio para Goiânia em 1943, como funcionário da empresa Drogarias Alexandre. Montou sua própria empresa sendo um empresário muito bem sucedido em suas atividades.

12-Péricles Lupércio Cavalcante Mundim, nascido em 1946, em Taubaté-SP. Bacharel em Direito pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas – GO. Funcionário de carreira do SENAC, Serviço Nacional do Comércio, veio com os pais de Ipameri para Goiânia no ano de 1954. Hoje é advogado aposentado.

13- Katsume Fujioka, nascido na cidade de Rialma – Go, em julho de 1950. Casado, empresário, comerciante varejista e atacadista, é um dos proprietários e fundadores do Grupo Fujioka.

As entrevistas seguiram o roteiro prévio de investigação abaixo. Foram gravadas e, em seguida, transcritas (ou resumidas) conforme as normas do CPDOC, da maneira como aparecem nos relatos deste trabalho.

Roteiro para as perguntas feitas durante as entrevistas:

- 1- Natural de que cidade?
- 2- Em que ano nasceu?
- 3- Atividade profissional?
- 4- Escolaridade?
- 5- Quando veio para Goiânia?
- 6- Por que veio para a nova capital?
- 7- Como era a cidade quando chegou?
- 8- Qual foi a primeira impressão?
- 9- Acompanhou o crescimento da cidade?
- 10- Que atividade exerceu na cidade?
- 11- Como era a Avenida Goiás?
- 12- Qual o grau de importância da avenida na cidade?
- 13- Presenciou algum fato marcante na Avenida Goiás?
- 14- O que pensa da Avenida Goiás?
- 15- Como vê a Avenida Goiás hoje?